



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**LARA SOUSA MATOS**

**GEOMETRIA DE UM NÓ  
ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E FORMAÇÃO SOCIAL NO BRASIL**

Salvador  
2015

**LARA SOUSA MATOS**

**GEOMETRIA DE UM NÓ  
ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E FORMAÇÃO SOCIAL NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Souza Santos

Salvador  
2015

Escola de Administração - UFBA

M433 Matos, Lara Sousa.

Geometria de um nó: administração política e formação social no Brasil / Lara Sousa Matos. – 2015.  
146 f.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Souza Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2015.

1. Ciências da política. 2. Estrutura social – Brasil.  
3. Desenvolvimento social. 4. Evolução social. 5. Psicologia do desenvolvimento. 6. Economia. 7. Cidadania. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 320.6

**LARA SOUSA MATOS**

**GEOMETRIA DE UM NÓ  
ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E FORMAÇÃO SOCIAL NO BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 09 de fevereiro de 2015.

Prof. Dr. Reginaldo Souza Santos - Orientador  
Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas  
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Jorge Luiz Bezerra Nóvoa  
Doutor em Sociologia pela Université de Paris VII – Denis Diderot, França.  
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Fábio Guedes Gomes  
Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia  
Universidade Federal de Alagoas

A Filemon e Ana,  
porque ofertaram-me todos enunciados,  
as enunciações,  
teceram os discursos  
e garantiram a liberdade para proferi-los.

A Pedro Benjamin, Francisca Helena e Maria Dulce,  
música, letra e dança

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida.

A Amélia e Gildésia, porque chegaram antes e prepararam o caminho.

A Noemi, porque me ensina a andar, e a Gustavo, pela doce luz dos teus olhos verdes.

A meu pai, Filemon, porque todas as palavras são tuas. E os pensamentos surgiram em tua companhia. E a força propulsora de todo movimento vem de ti. E porque você afastou de mim todo *cale-se*. Você é o meu Carnaval.

A minha mãe, Ana Tereza, porque são teus os significados. E a sabedoria de unir o disperso, o sem jeito, o que não tem mais jeito. Teu é o olhar e tudo aquilo que existe e não se vê. A poesia, toda ela é tua. Você é o meu Natal, o meu Bonfim, a minha Semana Santa, a minha Canãa.

A Francisca Helena, meu momento infinito, porque teu é o meu amor.

A Pedro Benjamin e Maria Dulce, porque eu não existo sem vocês.

A Murilo, meu companheiro, porque estive ao meu lado, bem de perto. A tua presença está em cada letra, cada frase, cada silêncio, cada ponto. Está no que foi escrito e no que deixou de ser. Mais importante ainda: a tua presença preenche todos os espaços e eu sou feliz por isso. Eu não chegaria até o final do dia sem você.

Dizem que o triângulo é a estrutura plana mais estável que existe. Eu agradeço porque tenho os meus três vértices: Juliano, Simon e Manoel. A vocês, meus irmãos, porque somos partes de um só todo, estamos no mesmo barco e porque juntos somos fortes, somos flecha e somos arco; não há nada a temer. Muito amor no lance.

A Maria Teresa, pelo apoio sempre tão afetuoso e elegante e pelos nossos filhos.

A Enéas, meu amigo, pela nossa parceria que estava escrita nas estrelas.

A Lúcia, pela coragem alegre e sem vaidade, e a Evelly, porque é uma explosão de vida.

A Prof. Reginaldo Santos, meu orientador. É para mim uma honra e uma imensa alegria seguir ao teu lado. Agradeço-lhe por tudo o que me ensinou e por tudo aquilo que aprendi contigo.

Ao NPGA, funcionários e professores, o meu agradecimento comovido. Não é fácil ampliar os horizontes do possível, nem lançar luzes sobre o modo de pensar antigo e já obscurecido, nem tampouco ajudar na abertura de novas trilhas, novos caminhos. Obrigada por realizarem essas e tantas outras tarefas com competência, carinho e dedicação.

A Superintendência de Economia Solidária (SESOL), porque o nosso trabalho é fruto do sonho que sonhamos juntos e porque bebemos muito café. Compartilhar utopias, suor, lágrimas, tempo e café: isso é amizade.

A Turma 2013, porque eu não poderia ter melhores companheiros de aventura.

A Carla, em qualquer lugar, em qualquer tempo, sempre.

A Matheus e Vanessa, porque amizade é coisa rara e o nosso encontro foi um presente.

A Filé, Freud, Arquimedes, Alforria, Maria Moura, Vier, Brenda, Aparecida, Amora, Boo, Dorothy, Filomena e tantos outros, porque eu amo muito.

Uma agenda para o contemporâneo é um ato de coragem.  
Sua missão é nos fazer ver quem somos numa época afogada em narcisismo.  
Assim como quem atravessa o deserto, sem água e comida,  
alguns de nós, contemporâneos, que não desistimos do fardo animal de nossa consciência,  
apontaremos o dedo indicador em direção ao horizonte,  
acreditando que pensar, trabalhar, falar e escrever ainda são as melhores formas  
de resistir ao nosso abandono na terra.  
(Luiz Felipe Pondé)



MATOS, Lara Sousa. Geometria de um Nó: Administração Política e Formação Social brasileira. 146 f. 2015. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo colaborar para a compreensão da realidade brasileira, haja vista as condições reais de vida da maioria da população, traduzidas pela precariedade da cidadania vivenciada no país. A pesquisa foi empreendida tomando-se por conceitos norteadores a Administração Política, que assume como objeto a gestão das relações sociais, e a Formação Social, que compreende a inter-relação sistêmica entre as dimensões que forjam a realidade. O conceito de Formação Social foi tomado em sua acepção marxista. Sendo assim, este estudo elegeu para observação três dimensões principais: Sociedade, Estado e Economia, derredor das quais estrutura a análise. A respeito de cada uma destas ordens foram elaboradas, inicialmente, considerações gerais, que delineiam o quadro referencial de análise. Em seguida, os elementos específicos da formação social brasileira foram abordados. Ao identificar seus principais conceitos e categorias constituintes, explicitando a interação que estabelecem, pretendeu-se alcançar o intuito expresso. Importante registrar a teoria psicanalítica, que foi utilizada como fundamento para a discussão sobre a conformação do sujeito e do registro simbólico. O campo onde se desenvolveu a pesquisa é a literatura; tratou-se, portanto, de uma pesquisa teórica. A conclusão indicou as características atinentes às três dimensões da formação social e elabora uma sugestão de modelo de análise.

**Palavras-chave:** Administração Política; Formação Social; Cidadania; Sociedade; Estado; Economia.

MATOS, Lara Sousa. Geometry of a Knot: Political Administration and Brazilian Social Formation. 146 f. 2015. Master Dissertation – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

### **ABSTRACT**

This Master's thesis aims to contribute to a better understanding of Brazilian reality, considering the actual living conditions of the majority of the population, shown by the precariousness citizenship experienced in the country. This research was conducted by the guiding concepts of Political Administration, which takes as its object the management of social relations, and Social Formation, that comprises the systemic interrelationship between the dimensions that shape the reality. The concept of Social Formation is taken in its Marxist sense. Thereby, this study chose to observe three main dimensions: Society, State and Economy, from which the analysis is structured. Considering each one of these dimensions, general assumptions are initially presented, and outline the framework of analysis. Then, the specific elements of Brazilian Social Formation are disclosed. As the research identifies those important concepts and constituent categories, describing the interaction established between them, it corroborates to the intent of reaching the expressed purpose. It's important to highlight the Psychoanalytic Theory, which is used as a basis for debating about the conformation of the subject and the symbolic record. This research was developed as a literature review; being, therefore, a theoretical research. The conclusion indicates characteristics related to the three dimensions of Social Formation and formulates, as a suggestion, an analysis model.

**Keywords:** Political Management; Social Formation; Citizenship; Society; State; Economy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Diagrama da estrutura etimológica e conceitual da administração política	30
Figura 2	O <i>nó Borromeano</i> e a representação do entrelaçamento conceitual sugerido, acrescido do sintome.	39

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição percentual do total do rendimento familiar <i>per capita</i> dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por quintos de rendimento familiar <i>per capita</i> , segundo as Grandes Regiões – 2012	16
Tabela 2	Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrição de acesso, por tipo, e com rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a 60% da mediana, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012	18

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>CONCEITOS BALISADORES</b>	<b>25</b>
2.1	ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA	25
2.2	FORMAÇÃO SOCIAL	32
2.3	O NÓ	38
<b>3</b>	<b>SOCIEDADE</b>	<b>42</b>
3.1	CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE	42
3.2	IDEOLOGIA	49
3.3	SUJEITO	58
3.4	SOBRE A RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE	66
3.5	SOCIEDADE BRASILEIRA	69
<b>4</b>	<b>ESTADO</b>	<b>79</b>
4.1	O ESTADO ATRAVESSOU O OCEANO	79
4.2	OS “GRILHÕES” MODERNOS	82
4.3	POLÍTICAS PÚBLICAS	91
4.4	A ERA DA INDETERMINAÇÃO	94
<b>5</b>	<b>ECONOMIA</b>	<b>103</b>
5.1	CAPITALISMO E SUJEITO	108
5.2	SUBDESENVOLVIMENTO À BRASILEIRA	111
5.3	O ORNITORRINCO	127
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>136</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>141</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Vi ontem um bicho  
 Na imundície do pátio  
 Catando comida entre os detritos.  
 [...]
   
 O bicho, meu Deus, era um homem.

(Manuel Bandeira, O Bicho - Rio, 27 de dezembro de 1947).

O trecho do poema de Manuel Bandeira parece, nos dias atuais, distante da realidade brasileira. O país não mais figura no Mapa Mundial da Fome 2013 (2014) elaborado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a redução da pobreza está cantada em verso e prosa – 65% de redução da pobreza entre 2001 e 2012 e 75% de redução da pobreza extrema, no mesmo período (FAO, 2014). Sem dúvida, são números que reforçam a esperança em um país melhor e demonstram que no presente, ao menos neste aspecto objetivo de garantia de sobrevivência, vive-se melhor que no passado. No entanto, o esvaziamento semântico das palavras do poeta é só aparente. Para uma interpretação conservadora, pode-se lembrar das pessoas que, em pleno século XXI, ainda vivem nos lixões ou tiram “da imundície do pátio” o seu sustento, sem qualquer instrumento ou estrutura de trabalho decente. Se a hermenêutica permitir ir além da literalidade dos significantes, é possível atualizar o sentido do poema e reconhecer que o homem – o brasileiro, mais especificamente – está “catando” os fragmentos de sua cidadania alquebrada. O olhar aqui adotado, desse modo, embora reconheça os avanços conquistados pela população brasileira, mira o *dever ser*: interessa menos comparar o que era ruim e tornou-se melhor; interessa saber por que as condições de vida desta população não são o que, pelas condições de acúmulo do saber e da capacidade produtiva da sociedade brasileira, deveriam ser.

Assim, o presente trabalho, originando-se da percepção da realidade brasileira como aquém do possível, está construído a partir de um incômodo ético. É preciso desde já salientar que reconhecer constrangimentos éticos como elementos fundadores da pesquisa significa começar pela política. Isto porque, quando se trata de questões éticas, para além da moral circunscrita ao cumprimento (ou não) de orientações normativas, se lida com a relação entre o modo de vida individual e o modo de vida coletivo, com a organização do *ser-em-si* e do *ser-junto*; com política, pois. É possível considerar neste espectro as formas de aquisição e

distribuição de renda, divisão do trabalho, intermediação de interesses, dentre outros problemas postos diante dos indivíduos e da sociedade.

Parte-se da observação de Sen: “é difícil crer que pessoas reais poderiam ser totalmente indiferentes ao alcance do autoexame induzido pela questão socrática “Como devemos viver? ” (1999, p.18). A questão socrática suscita respostas diversas, até mesmo contraditórias, mas conduz a uma reflexão importante. Fixar parâmetros sobre como devemos viver – e, neste âmbito, como devemos administrar os meios para garantir a vida que julgamos adequada – é uma difícil tarefa que vem sendo tentada ao longo da existência das sociedades, sem termo definitivo. Os arranjos, disputas e disposições sociais, políticas e econômicas nos oferecem uma variedade histórica e empírica considerável a esse respeito.

Em consonância com este ponto de partida e com o propósito de observar a realidade, adotou-se o conceito de Administração Política como norteador da pesquisa. Eis a definição apresentada por Reginaldo Santos: “a administração política é a concepção de um modelo de gestão das relações sociais que tem por objetivo garantir certo nível de bem-estar, expresso nas garantias plenas da materialidade” (2009, p.37). Desde logo, portanto, assumimos como objeto da Administração a gestão destas relações. Diante desta definição, com especial atenção para a finalidade traçada, é possível suscitar um questionamento acerca do modelo de gestão adotado no Brasil haja vista a contradição verificada sobretudo nos últimos dois séculos, após a Revolução Industrial (FURTADO, 1974): o crescimento da produção de riquezas, com avanços tecnológicos expressivos, e a manutenção do gritante desrespeito à vida humana. As razões para a perpetuação do paradoxo identificado se revelam genéricas e multideterminadas entre o Estado, a Economia e a Sociedade; ou, dito de outro modo, a Formação Social brasileira responde por tal contradição. Assim, ainda que diante de uma assimetria que podemos constatar historicamente, seu conteúdo não é óbvio e impõe-se como um problema ético/político. Neste ponto, é oportuna a reflexão de Mészáros:

[...] apesar de todos os avanços das forças produtivas de nossa sociedade – que sob as atuais condições de existência são forças destrutivas ubiquamente difundidas e irresponsavelmente utilizadas –, as gritantes desigualdades que somos forçados a enfrentar com irredutível determinação para nos aproximarmos uma polegada dos objetivos desejados tornaram-se imensamente maiores e, do ponto de vista estrutural, ainda mais profundamente arraigadas do que antes. (2004, p. 12)

As condições de vida da população podem ser conhecidas e avaliadas tomando-se a cidadania como categoria de análise, haja vista a capacidade de congregar múltiplos olhares que este conceito possui. Considerando-a como instituto democrático para além da igualdade

meramente formal, e não apenas como suplência que pretende mascarar o conflito, podemos defini-la como o gozo pleno de três esferas de direitos: os civis, os políticos e os sociais (MARSHALL, 1963). Na cronologia histórica de suas conquistas, estes direitos também são conhecidos como de primeira (século XVIII), segunda (século XIX) e terceira (século XX) geração, respectivamente. Os direitos civis podem ser entendidos como liberdades individuais postas frente ao Estado, impondo limites à ação da autoridade estatal, indicando, assim, um *não-fazer*. São direitos civis o direito à vida, à propriedade e à igualdade perante a lei, dentre outros. Os direitos políticos, por sua vez, referem-se “à participação do cidadão no governo da sociedade” (CARVALHO, 2004, p. 9), envolvendo a possibilidade de organização política, de votar e ser votado. Os direitos sociais, por sua vez, pretendem garantir a participação dos cidadãos na riqueza socialmente produzida. São constituídos pelo direito à educação, saúde, previdência, trabalho e dependem de uma ação efetiva – exigem um fazer – por parte da Administração Pública. Conforme descreve Carvalho, “os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdades produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social” (2004, p.10).

As dimensões acima descritas podem existir conjuntamente ou em separado; podem estar articuladas de forma mais abrangente ou restrita, de sorte que os direitos que compõem a cidadania são, a um só tempo, *meios e fins*. Como *meios*, são instrumentos estratégicos para o alcance de outros direitos ainda não usufruídos em sua plenitude. Deste modo, por exemplo, os direitos de participação política podem ser fundamentais na conquista de direitos sociais básicos, e vice-versa. No que diz respeito aos *fins*, os direitos civis, políticos e sociais possuem conteúdos que por si mesmos são almejados socialmente.

No caso do Brasil, o direito a uma vida sem privações fundamentais permanece na aparência; não se concretizam em liberdades substantivas, ao menos para a maioria de sua população. A distância entre intenção e gesto é registrada por Fonseca, quando afirma “o fato é que existe uma inconsistência gritante – um hiato vertiginoso – entre, de um lado, o sentimento e o protesto generalizado de todos e de cada um de nós e, de outro, aquilo que somos em nossa vida coletiva” (1993, p. 12). A julgar pela realidade, nem o mais simples torna-se factível. A análise das condições de vida da população brasileira, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE por meio da publicação *Síntese de Indicadores Sociais* e realizada frente aos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de



Domicílio – PNAD 2012, dentre outras fontes, explicita a precariedade dos direitos sociais da maioria da população brasileira. Vejamos.

Com relação à distribuição de renda, embora possam ser detectados avanços no que concerne à redução da desigualdade, a realidade brasileira ainda é marcadamente polarizada, com uma diferença abissal entre os mais ricos e os mais pobres. A tabela a seguir reflete esta afirmação, pois informa que o primeiro quinto (20% mais pobres) detém tão somente 3,6% da renda – após período de célere crescimento, pois em 2001 somavam tão somente 2,6% –, enquanto o último quinto (20% mais ricos) participa com 57,7% deste total.

**Tabela 1** - Distribuição percentual do total do rendimento familiar *per capita* dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por quintos de rendimento familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2012

Grandes Regiões	Distribuição percentual do total do rendimento familiar <i>per capita</i> dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por quintos de rendimento familiar <i>per capita</i> (%)					
	Total	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	100,0	3,6	7,8	12,21	8,8	57,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Ainda na perspectiva dos indicadores de desigualdades de rendimentos, é importante registrar o perfil concentrador do sistema econômico brasileiro, por meio da observação do Coeficiente de Gini<sup>1</sup>. De acordo com reportagem de Tosta (2012), tem-se uma realidade que se altera vagarosamente: o índice do país, que era de 0,583 em 1981, caiu para 0,507 em 2011. A publicação do IBGE (2013, p. 175) afirma que em 2012 o indicador se manteve nesse patamar. Esta mudança significa uma diminuição na distância entre os brasileiros mais ricos e os mais pobres, principalmente graças três fatores fundamentais: “o período de crescimento econômico e geração de emprego, a política de valorização do salário mínimo e os programas de transferência de renda” (IBGE, 2013, p. 176). Ora, apesar dos esforços empreendidos, resta evidente que as conseqüências são de pequena monta, incapazes de alterar o perfil econômico da sociedade brasileira, pois nenhuma intervenção ocorre no âmbito das estruturas que geram e mantêm as desigualdades. Dito de outra forma, a administração política brasileira não orienta esforços consistentes na direção de uma melhoria na distribuição da riqueza produzida coletivamente no país.

<sup>1</sup>Importante lembrar: tal indicador é um número situado entre 0, que significa a igualdade de renda completa, quando toda a riqueza produzida é dividida entre todos, e 1, que indica a concentração total da renda nas mãos de um só.

No que tange a análise da realização dos direitos sociais, tem-se que diversos indicadores – monetários e não monetários – devem ser conjugados na tentativa de proporcionar uma abordagem multidimensional do fenômeno da pobreza e da desigualdade. Com este intuito, o IBGE (2013) adotou a metodologia desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e o Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social, do México. Desta forma, além do indicador monetário, foram elaborados quatro indicadores compostos que correspondem a “quatro restrições de acesso referentes a dimensões não monetárias importantes na análise de padrão de vida e que, ao mesmo tempo relacionam-se com o marco jurídico nacional que trata de direitos sociais fundamentais (IBGE, 2013, p. 182). São eles:

- **Acesso restrito à educação:** crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não freqüentavam a escola; pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas; pessoas com 16 anos ou mais de idade que não tinham concluído o ensino fundamental.
- **Acesso restrito à qualidade nos espaços dos domicílios:** moradores em domicílios cujas paredes não eram de alvenaria ou madeira aparelhada; telhado cujo material predominante não era telha, laje ou madeira aparelhada; e cuja densidade de moradores por dormitório era superior a 2,5 pessoas.
- **Acesso restrito aos serviços básicos de saneamento e iluminação:** moradores em domicílios cujo abastecimento de água não era por rede geral; esgotamento sanitário não realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica; sem coleta de lixo direta ou indireta; ou ainda aqueles sem iluminação elétrica.
- **Acesso restrito à proteção social:** moradores em domicílios sem ao menos uma pessoa com 10 anos ou mais de idade em algumas das seguintes condições: contribuinte para instituto de previdência social em qualquer trabalho; aposentado; pensionista de instituto de previdência ou beneficiário de programa de transferência de renda.

**Tabela 2** - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrição de acesso, por tipo, e com rendimento domiciliar *per capita* inferior a 60% da mediana, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes (%)					Com rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a 60% da mediana
	Restrições ao acesso, por tipo					
	À educação	À proteção social	À domicílios com qualidade nos espaços	À serviços básicos do domicílio	Ao menos uma das restrições	
Brasil	30,6	11,3	17,0	31,6	60,5	29,5
Bahia	36,8	12,8	15,0	44,9	69,9	49,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

No Brasil, 60,5% das pessoas sofre com pelo menos uma das restrições descritas. É a maioria da população. Na Bahia, a situação é ainda mais precária, chegando esta proporção a 69,9%. Em se tratando do indicador monetário, quase metade da população baiana possui rendimento domiciliar *per capita* inferior a 60% da mediana, ou seja, quase metade da população vive em situação de pobreza. Relevante registrar duas questões: a possibilidade de um contingente expressivo sofrer mais de um tipo de restrição; direitos sociais importantes estão fora desta abordagem, como é o caso do direito à saúde.

Considerações, ainda que rápidas, sobre o serviço de educação disponibilizado são importantes para caracterizar a precariedade da cidadania dos brasileiros. Trata-se da grande disparidade entre os horizontes do possível: para a maioria da população brasileira, as condições de vida e a qualidade da educação que recebem se impõem como limites face ao *vir-a-ser*; para uma minoria privilegiada, são um estímulo constante à realização de diversas possibilidades. Letramento, escolarização e ampliação do saber, nesta perspectiva, são elementos propulsores da liberdade de cada um, ou seja, são fundamentais para que as pessoas tenham condições reais de orientar sua jornada de acordo com as motivações e finalidades que entender pertinentes; para que sejam “ativamente envolvidas [...] na conformação de seu próprio destino” (SEN, 2000, p. 71). A educação deveria ser, portanto, a fiadora destas capacidades.

O contexto da educação no Brasil pode ser analisado, dentre outras fontes, a partir dos dados fornecidos pelo *Programme for International Student Assessment (PISA)* - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. O PISA é uma iniciativa internacional de avaliação comparada, desenvolvido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

(OCDE), que tem por objetivo produzir indicadores que norteiem a discussão sobre a qualidade da educação nos países participantes. No Brasil, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) coordena este Programa.

As avaliações do PISA são aplicadas a estudantes na faixa dos 15 anos, a cada três anos, e abrangem três áreas do conhecimento – Leitura, Matemática e Ciências – havendo, a cada edição do programa, maior ênfase em uma dessas áreas. Utiliza-se uma escala de proficiência – que se inicia no patamar *Abaixo do Nível 1* e vai até o *Nível 6* – para classificar os resultados obtidos. Para além da mensuração das competências estudantis, o Pisa coleta informações, via aplicação de questionários específicos, para a elaboração de indicadores contextuais, com a intenção de relacionar o desempenho dos alunos a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais.

A OCDE estabelece o Nível 2 como aquele que descreve as competências mínimas necessárias para que o estudante possa exercer sua cidadania, vivendo em sociedade de uma forma ativa e consciente. No caso brasileiro, consoante dados do PISA 2012 (Relatório Nacional PISA 2012, Resultados Brasileiros) temos que na área do conhecimento que envolve as habilidades de Leitura, cerca de 50% dos nossos estudantes encontram-se abaixo do Nível 2; em Matemática, passa de 60% a proporção dos estudantes que não atingem este nível; enquanto em Ciências, mais de 50% não alcançam este patamar mínimo. Sendo esta a realidade, não se pode afirmar que o aumento de renda seja suficiente para garantir melhoria na qualidade de vida das pessoas que, no exercício de suas capacidades, não contam com um requisito indispensável: educação de qualidade.

Quanto aos direitos civis, para ilustrar a fragilidade que os cercam é suficiente observar os dados divulgados no Relatório Sobre a Situação Mundial da Prevenção à Violência (2014), divulgado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e realizado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). O estudo reúne informações de 194 países e aponta: em 2012, o Brasil possuía a 11ª maior taxa de homicídios do mundo, o que significa uma taxa de 32,4 assassinatos por cem mil habitantes. Este índice é quase cinco vezes superior à média mundial (6,7) e nove vezes a média do grupo de países ricos (3,8).

Conforme demonstrado, mesmo em termos gerais, a situação de precariedade da cidadania vivenciada pela maioria da população é uma constante dramática neste país. O estímulo a esta pesquisa vincula-se, portanto, a uma necessidade social importante, prioritária e não satisfeita. Resta-nos entender que estrutura sócio-política e econômica sustenta a

realidade do paradoxo que põe, de um lado, o acúmulo histórico de recursos e saber, e, do outro, uma realidade que não logrou ser o que poderia ter sido. Diante do exposto, a questão ética e política que se impõe como pergunta de partida pode ser assim sintetizada: *Quais são as categorias essenciais para a compreensão da realidade brasileira?* Este é um questionamento que pretende sistematizar análises e conceitos para que possamos intentar uma investigação a um só tempo mais profunda e ampliada sobre *por que a realidade brasileira não se realiza*. Dentre os significados possíveis para o verbete *realizar*, definidos por Houaiss, toma-se por base os que seguem: “**3** criar, produzir, a partir de um plano, um projeto [...] **6** cumprir seu ideal ou meta de vida” (2009, p.16). Por que a realidade brasileira não existe a partir de um plano ou um projeto? Por que a realidade brasileira não cumpre seu ideal? Através do presente trabalho, pretendemos dar o primeiro passo.

A questão de partida não pode ser descrita como se fora uma equação matemática simples. A necessidade de se compreender a realidade circundante apresenta-se como um desafio e inscreve-se, por óbvio e obrigatoriamente, no âmbito de um arranjo social estruturado historicamente. Em se tratando de estrutura social, o “concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade na diversidade” (MARX, 2003, p.248). No entanto, não é possível analisar todas as múltiplas faces – objetiva e subjetivamente consideradas – do contexto onde se efetivam as relações sociais e que contribuem em alguma medida para a conformação da realidade sob análise. Por essa razão, elencamos algumas categorias principais, reconhecendo desde já a existência de outras que, a depender do ponto de vista, podem revelar ainda maior relevância do que aquelas aqui delineadas.

Por todo o exposto, o título atribuído a esta dissertação, Geometria de um Nó<sup>2</sup>, mostra-se adequado em seus dois termos: por ser geometria um campo da matemática, dedicado ao estudo das propriedades do espaço e das figuras, remete imediatamente a uma relação estrutural; por ser nó, associa-se a existência de um problema e representa o entrelaçamento necessário entre seus componentes – mais forte que isso: a “amarra” entre eles. Para alcançar teoricamente as propriedades sistêmicas da realidade estudada, a análise é guiada por dois conceitos: de Administração Política e de Formação Social. Neste sentido, Reginaldo Santos (2009), em relevante contribuição, propõe que a discussão sobre a Administração Política aconteça num contexto tridimensional: a primeira dimensão, a sociedade; a segunda dimensão, o Estado; e a terceira dimensão, o capitalismo. Aqui, adotaremos como terceira

---

<sup>2</sup> Título tomado por empréstimo do livro de mesmo nome de Juliano Matos. [MATOS, J. **Geometria de um Nó: Aforismos para Performances da Fragmentação**. Salvador: Grafhite, 1997].

dimensão a *economia*, por ser este um termo mais abrangente diante das diversas formas possíveis de organização da produção e distribuição de bens, ainda que não hegemônicas. A Formação Social, por sua vez, “expressa a unidade e a totalidade das diversas esferas – econômica, social, política, cultural – da vida de uma sociedade” (SERENI apud SANTOS, M. 1977, p.83).

O aprofundamento dos dois conceitos-chave e a referência obrigatória à teoria psicanalítica serão objeto do segundo capítulo deste trabalho. Logo após, os capítulos seguintes versarão sobre cada uma das dimensões indicadas: Capítulo 3 – Sociedade; Capítulo 4 – Estado; e Capítulo 5 – Economia. A lógica regente de todos eles parte de considerações gerais sobre os temas, com o intuito de formar o quadro referencial a partir do qual as questões atinentes à realidade brasileira serão observadas. Os comentários poderão, à primeira vista, parecer repetitivos ou, a depender do estilo, deslocados, mas é difícil escapar destes riscos, visto que não é possível considerar tais dimensões de forma separada, individualizada. Em verdade, muito do que cabe em um capítulo, caberia em qualquer um dos outros. O Capítulo 6 encerra a dissertação, identificando as categorias essenciais para a compreensão da Formação Social brasileira, desejando, mas não conseguindo ser, uma conclusão.

Compreender a Formação Social brasileira é o principal objetivo a ser alcançado neste trabalho. Para tanto, o percurso que deverá ser percorrido consiste em identificar, com base na literatura existente, as principais características da Sociedade, do Estado e da Economia que conformam a realidade brasileira tal como a apreendemos e, ao tempo em que e justamente por isso, condicionam a cidadania no Brasil; o que significa dizer, intenta-se traçar um quadro referencial que a seguir deverá colaborar na explicação do por quê a realidade brasileira não se realiza.

Como pressuposto, reconhecemos que a Formação Social brasileira, em sua complexidade e apesar da multiplicidade de aspectos que a constituem, é marcada pela exploração. Não existe plano a ser executado, nem ideal a ser perseguido; a realidade brasileira é desbussolada, porque o viés explorador não permite a construção de consensos. A gestão das relações sociais, que poderia representar criatividade, possibilidade de dinamismo e diferenciação (mesmo considerando-se que não constitui esfera autônoma e diferenciada das demais, e sim resultante da mesma Formação Social), não se revela capaz de ultrapassar as restrições que limitam o exercício da cidadania pela população brasileira. Não há convergência em torno de um plano nacional de desenvolvimento que defenda como

propósito a cidadania plena, pois os interesses particularistas não permitem. Percebemos, então, a reiterada prática dos projetos inconclusos e improvisados.

Neste fulcro, como afirma Reginaldo Santos:

Sendo a nossa análise lógica — e acreditamos que ela seja lógica —, podemos dizer que os procedimentos da gestão até aqui praticados estão totalmente inadequados [...]. Se o que fazemos tem como finalidade o bem-estar, então isto está sendo conseguido a um custo bastante elevado. Este é que é o ponto fundamental a ser considerado (2009, p.42).

Um exemplo que revela claramente a falta de convergência e a incapacidade da gestão são as políticas públicas no âmbito social: partes segmentadas que não conformam uma estratégia de desenvolvimento. A focalização, em que pese sua reconhecida importância e necessidade, pode fragmentar demasiadamente as ações governamentais. Claro que não é possível desconsiderar as recentes políticas públicas de redistribuição de renda e as demais políticas transversais, que consideram grupos historicamente desrespeitados e/ou socialmente vulneráveis. São elas importantíssimas porque melhoram a vida das pessoas, seja através da possibilidade de satisfação de necessidades materiais básicas, seja pelo reconhecimento de questões simbólicas fundamentais para o transcorrer de um democrático processo civilizatório. Enfim, satisfazem algumas liberdades. No entanto, parecem desarticuladas e insuficientes; são partes que não conformam um verdadeiro plano nacional de desenvolvimento, apto a garantir a cidadania integral para todos os seus habitantes. Como aponta Milton Santos, “atacam-se, funcionalmente, manifestações da pobreza” (2002, p. 73).

Ainda neste tema, Zizek reflete:

Quando Paulo diz que, do ponto de vista cristão, “não há grego nem judeu, não há homem nem mulher”, afirma raízes étnicas, identidade nacional, etc. não são uma categoria da verdade; para usar termos kantianos precisos, quando refletimos sobre nossas raízes étnicas, praticamos o uso privado da razão, restrito por pressupostos dogmáticos contingentes, isto é, agimos como indivíduos “imatuross”, não como seres humanos livres que se concentram na dimensão da universalidade da razão. Para Kant, o espaço público da “sociedade civil mundial” designa o paradoxo da singularidade universal, de um sujeito singular que, numa espécie de curto-circuito, contornando a mediação do particular, participa diretamente do Universal. Desse ponto de vista, o “privado” não é a matéria-prima de nossa individualidade oposta aos laços comunitários, mas a própria ordem institucional-comunitária de nossa identificação particular (2011, p.8).

No que tange as melhorias alcançadas, Kliass, ao comentar sobre o significativo aumento do contingente dos consumidores emergentes, reflete com excelência:

Parte-se de um fato inegável: ao longo dos últimos anos, a política de transferência de renda (via programas como Bolsa Família) e a política de valorização do salário mínimo foram o carro chefe de uma transformação significativa nas condições da população mais pobre em nosso País. Com elas vieram também a ampliação dos benefícios concedidos pela previdência social, a melhoria das condições no mercado de trabalho e o acesso ao crédito. No entanto, também é amplamente reconhecido que a política econômica desse período continuou a favorecer e beneficiar as camadas mais ricas de nossa sociedade, por meio da política de juros elevadíssimos (que só começou a mudar no último ano), das isenções fiscais, das desonerações tributárias, da ampliação da privatização e toda a sorte de benesses dirigidas ao capital em geral e ao setor financeiro em particular. [...] Pouco se fala a respeito da qualidade dos serviços públicos que recebem, como saúde, educação, saneamento, transporte público, etc. O que importa é a renda auferida.[...] Reconhecer as significativas transformações ocorridas com a população de menor renda em nosso País ao longo dos últimos 10 anos não nos permite tentar avançar na deturpação dos dados da realidade (2012, *Carta Maior*).

A relevância de se empreender um trabalho como esse está não apenas na tentativa de analisar a lógica que rege a interseção entre as três esferas estruturantes da vida em comum, mas sobretudo no reconhecimento ético da importância de se entender os fenômenos constituintes desta relação para colaborar ao menos com sua redescrção. De um lado, as conquistas materiais alcançadas pelo país; do outro, o acesso precário aos direitos civis, políticos e sociais por grande parte da população brasileira. A importância do tema, desta maneira, deve-se a íntima relação que estabelece com as condições reais de existência do povo brasileiro.

Por tratar-se de Formação Social, a atividade investigativa, em certa medida, considera tempos remotos, identificando as contradições não resolvidas, a fim de perceber elementos constitutivos do presente. Todavia, não se trata de uma pesquisa histórica. A ideia não é contar a história da Formação Social brasileira, fundamentando-a, mas ressaltar algumas passagens que lançaram as bases para a compreensão contemporânea de suas características. Outro ponto importantíssimo: a pesquisa foi realizada na literatura; é, pois, uma pesquisa teórica. São os textos de diversos pensadores que consubstanciam o universo pesquisado. Sendo deste modo, todas as citações, por vezes extensas e numerosas, são a um só tempo justificativa e caracterização das categorias delineadas como fundamentais para a compreensão do Brasil e do aviltamento da cidadania de sua população. Ao invés de dados, números, entrevistas, relatórios, tem-se em vista o pensamento estruturado dos que refletiram antes de nós.

Para a “organização lógica do assunto” (GIL, 2002, p. 84), uma referência parece indispensável: a abordagem *Hermenêutica Dialética*. A Hermenêutica Dialética apresenta-se



como uma via de acesso entre as ciências e a filosofia, buscando evidenciar o “caminho do pensamento”, com suas complexidades, contradições e composições. Tem-se a articulação de dois termos: a hermenêutica, como a arte de compreender um texto, e a dialética, que responde pela dinâmica de transformação do real, de sorte que o conhecimento da realidade social é a um só tempo compreensivo e crítico. Tal escolha está associada ao propósito expresso neste projeto: compreender os significados e intencionalidades incorporadas aos atos, estruturas e relações sociais, buscando na linguagem da práxis o entendimento acerca do sentido dos fatos que compõe a dinâmica social brasileira.

Sendo o pensamento estruturado e expresso o campo pesquisado, nota-se de imediato um ponto fundamental deste trabalho: aquilo que falta. Por uma razão de pertinência teórica, faltam muitos autores – importantes, sem dúvida – que não se alinham a matriz central escolhida, de orientação marxista e psicanalítica. Isto não significa dizer que outras linhas investigativas não sejam pertinentes, afinal certamente possuem perspectivas no mínimo interessantes para a compreensão do nosso paradoxo inaugural. Significa, ao contrário, que a tentativa de realizar uma aproximação entre pensadores de correntes teóricas diferentes exigiria um *quantum* de tempo e, mais ainda, uma capacidade intelectual que não pertencem à realidade da autora. Outros pensadores, ainda que da mesma corrente teórica, faltam pelas mesmas razões. Assumimos a certeza: nunca é possível – e é bom que seja assim – conhecer tudo. Refletir e sistematizar sobre o que se busca conhecer é uma atividade contínua e sem fim. Para trazer Freud, é como o instinto pulsional, não dá sossego. Os autores presentes, companheiros de longa data, foram estudados e ainda falta muito. Ao concluir a leitura, cada um terá uma lista daqueles que faltam e cuja contribuição seria estonteante; as sugestões serão muito bem vindas.

Existe, de modo semelhante, uma outra falta, esta insuperável. Um espaço vazio, o nada, não existe na realidade tal como a conhecemos. O espaço vazio é trazido à existência quando os seus contornos, ou limites, são postos. Quanto se tem o chão, se constroem as paredes e se coloca o telhado, tem-se a criação de um espaço vazio a ser preenchido pelos moradores daquela habitação. Para que o espaço vazio que constitui o anel exista, há que se moldar o aro. Mesmo espaço vazio do céu impõem impossibilidades que o condicionam. Pois bem. Este trabalho, como pesquisa teórica que é, pretende delinear os contornos da Formação Social brasileira a fim de tornar evidente o vazio que merece e precisa ser completado, preenchido, com a observação dos fenômenos sociais contemporâneos. É isto o que falta.

## 2 CONCEITOS BALISADORES

Neste capítulo, serão expostos os conceitos fundamentais que pautam a nossa leitura da realidade; serão estes os pontos cardeais orientadores do percurso. A partir da compreensão do que aqui explicitado, as categoriais relacionadas adiante estarão sempre envoltas no caráter sistêmico que efetivamente possuem.

### 2.1 ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

O campo do conhecimento no qual se inscreve a presente dissertação é o da Administração Política. Haja vista o caráter ainda recente desta construção, julgamos pertinente registrar algumas de suas características constituintes, de modo a evidenciar a adequação entre o conteúdo deste trabalho e a delimitação do campo; dito de outro modo, pretende-se aqui justificar a relação estabelecida entre a Administração Política e a Formação Social. De início, com o intuito de estabelecer um contraponto esclarecedor, pode-se caracterizar aquela a partir do que ela não é: a Administração Política não se confunde com a comumente denominada Administração Profissional. Como ensina Santos, a conhecida teoria – ou ciência – da administração possui gênese determinada:

ela nasce com o advento da escola neoclássica da economia, que surge com a crise do capitalismo do último quartel do século XIX e início do século XX, através do pensamento e obra de autores como William Petty, León Walras, Alfred Marshall e Arthur Cecil Pigou, entre outros, que construíram os fundamentos da microeconomia (2009, p.27,28)

A administração surge, pois, como campo auxiliar de um ramo novo da ciência econômica, que prioriza o valor utilidade, preocupando-se sobremaneira com a alocação dita racional dos fatores econômicos e admitindo como verdadeira a suposta soberania do consumidor. Concepções abrangentes, que possuíam como elemento norteador de suas reflexões a economia política do desenvolvimento, perdem espaço para estas novas acepções que, por sua vez, concentram esforços na compreensão das unidades de produção e consumo: indivíduos famílias e empresas (SANTOS, 2009).

O resultado deste percurso pode ser ilustrado de forma brilhante e definitiva com a obra de Frederick Taylor, *Princípios da administração científica*. Assim,

desse momento em diante, ainda que a análise administrativa incorporasse ao seu repertório conceitos de cultura, valor e ética, a administração nunca perdeu de vista sua racionalidade instrumental no âmbito das organizações, particularmente aquelas voltadas para o mercado capitalista, desenvolvendo técnicas cada vez mais sofisticadas para o aprisionamento e alienação do trabalhador em relação aos requisitos do aumento da produtividade de seu trabalho e de fidelidade à organização, ao seu patrão, em última instância (SANTOS, 2009, p.28).

Se a administração profissional nasce e se desenvolve como instrumento auxiliar do sistema capitalista, sobretudo no que se refere aos mecanismos de produção e reprodução de mercadorias, a administração política pode ser vislumbrada em outras paragens. Guerreiro Ramos, em sua obra *Administração e Contexto Brasileiro* (1983), inaugura as reflexões sobre este tema – ainda que não utilize a nomenclatura aqui expressa – quando questiona se existe ou não uma ciência da administração e tece considerações sobre esta possibilidade. Inicia adotando por base a definição de Max Weber, que entende por “ação” “um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um *sentido* subjetivo” (2012, p. 3). Um pouco adiante, Weber trata da ação social, informando que quanto ao sentido visado pelo agente,

a ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperados como futuro [...]. Os “outros” podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminadas de pessoas completamente desconhecidas (2012, p. 13,14)

Assim, Ramos (1983) classifica a ação administrativa como uma espécie de ação social, dotada, como toda ação, de *sentido*, ou, dito de outro modo, de motivações e finalidades. Sendo desta maneira, pode-se afirmar que a ação administrativa se realiza a partir da percepção acerca do *comportamento* de outros e, por este motivo, não é isenta de considerações sobre atitudes, costumes e, em última análise, valores; a ação administrativa se perfaz no cotidiano relacional dos indivíduos.

Ora, se a ação administrativa é uma ação social – e, portanto, portadora de *sentido* e orientada pelo comportamento dos outros –, possui caráter essencialmente *político*, posto que diretamente relacionada às atividades humanas intersubjetivas. Por conseguinte, será importante compreender na atividade administrativa os aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais que circunscrevem, e influenciam sobremaneira, os *sentidos* atribuídos e almejados pelos agentes e os tais comportamentos orientadores. Guerreiro Ramos (1983) salienta a importância deste conhecimento sistêmico, a fim de que as ações administrativas

não fomentem conflitos nem redundem em práticas perniciosas. Neste mesmo fulcro, Santos afirma que, para Ramos, “a analogia entre sistema político e sistema administrativo não é casual, pois é sabido que as diferenças entre política e administração são muito tênues e que participam de um mesmo continuum” (2009, p. 37).

Em sua elaboração teórica, Ramos (1989) propõe uma ruptura com o modelo humano unidimensional, segundo o qual os indivíduos agem apenas para maximizar a utilidade, sob a égide exclusiva do mercado. Apresenta, então, o modelo para econômico, que considera a realidade social como multicêntrica, “onde há descontinuidades de diversos tipos, múltiplos critérios substantivos de vida pessoal e uma variedade de padrões de relações interpessoais” (RAMOS, 1989, p. 141) e o mercado é tão somente um dos enclaves possíveis. A relação com a administração política reside no fato de que, para o autor, a

sociedade multicêntrica é um empreendimento intencional. Envolve planejamento e implementação de um novo tipo de estado, com o poder de formular e pôr em prática diretrizes distributivas de apoio não apenas de objetivos orientados para o mercado, mas também de cenários sociais adequados à atualização pessoal, a relacionamentos de convivência e a atividades comunitárias dos cidadãos. Uma sociedade assim requer também iniciativas partidas dos cidadãos, que estarão saindo da sociedade de mercado sob a sua própria responsabilidade e a seu próprio risco (1989, p. 155).

Então, o intuito de implementar um novo modelo de sociedade e de estado passa pela intenção dos agentes – pelo *sentido* inscrito na ação – e também pela capacidade de *formular e por em prática* uma série de medidas orientadas para a finalidade almejada. A sociedade multicêntrica depende, por conseguinte, de uma convergência entre administração política e administração profissional.

Ainda sob o manto da contribuição weberiana, incorporando um elemento fundamental de sua definição de *ação*, cabe-nos mencionar o *sentido* adotado o pela administração política. Sim, a administração política traz no cerne do seu conceito uma finalidade expressa: deve ser compreendida como “a concepção de um modelo de gestão das relações sociais [produção, circulação e distribuição] que tem por objetivo garantir certo nível de bem estar, expresso nas garantias plenas da materialidade” (SANTOS, 2009, p. 37). E aqui se encontra a postura ética fundamental deste campo do conhecimento. Não interessa tão somente a reflexão sobre as razões e os fundamentos de uma realidade; é preciso que o alcance do *bem estar* de todos seja a um só tempo a força propulsora e o horizonte possível de

toda reflexão no âmbito da administração política. Fazer ciência propondo o que deve ser é aliar produção de conhecimento a compromisso social. Neste fulcro, afirma Santos:

[o] desenvolvimento econômico só tem qualquer sentido prático e psicológico se a finalidade (resultado) última for o bem estar da humanidade (...) do ponto de vista material (econômico), o alcance dessa finalidade ficaria a cargo das disciplinas Economia Política (expressão das necessidades sociais), Administração Política (o Estado como responsável pelo modelo de gestão mais apropriado ao atendimento das demandas sociais) e Economia/Capitalismo (administração profissional, base técnica responsável pela execução do projeto de nação em conformidade com as finalidades – o bem estar de todos) (2009, p.61).

É possível, portanto, admitir a possibilidade de que a administração política poderia romper com o paradigma de que a administração funciona principalmente como forma de dominação entre as classes e como instrumento micro de estruturação organizacional, visto que “o somatório simples das realidades micro não conformam a realidade macro administrativa” (SANTOS, 2009, p. 87). Assim, rompe-se com a perspectiva que sanciona os procedimentos técnicos da administração profissional, regidos pelo paradigma da eficiência e direcionados a finalidades fracionadas, que não consideram seriamente o alcance do bem estar de toda coletividade.

Distanciamos-nos, desta forma, da economia de base micro e da administração dita profissional; afastamos-nos, pois, daquela compreensão que confere à administração um caráter auxiliar, instrumental, e que elege como seu objeto de análise as organizações. É compreensível esta escolha, pois se, segundo esta concepção restrita, a administração existe para que se produza mais e melhor, é preciso conhecer *onde*, em que *ambiente* e sob que *regras* ocorre esta produção. Nesta perspectiva, mesmo os conhecimentos tomados de empréstimo de outras áreas do saber são aplicados na unidade limitada que é uma organização.

Neste momento, Santos explica que há nesta escolha uma

impropriedade metodológica, visto que, em primeiro lugar, as organizações/instituições, como expressões das relações sociais, constituem objetos de estudos de diferentes campos do conhecimento. Em segundo lugar, como nossa discussão é fundamentalmente epistemológica — porque se trata da tentativa de apreensão do objeto e do método de um dado campo do conhecimento — temos de fazer a diferenciação importante da noção (compreensão) do objeto e do campo específico do conhecimento (e dele se pode dizer que é inalienável) daquela noção de objeto de um estudo ou de uma pesquisa específica (2009, p.41).

Diante do exposto, resta-nos concluir que as organizações são *locus* de análise de diversas disciplinas, enquanto que a dimensão que caracteriza a administração como campo autônomo do conhecimento é a gestão. E se o objeto de conhecimento da administração é a gestão, a administração política será encarregada de pensar a gestão da *polis*, da vida em comum. O termo *política* possui, por conseguinte, duas funções semânticas essenciais: primeiro, numa função *negativa*, posto que pretende explicitar o que *não é*, marca a diferença entre a administração política e a administração profissional; segundo, com caráter positivo, de afirmação, define sua área de atuação, ou seja, as relações sociais, entendidas em sentido amplo. Uma comparação pertinente entre economia política e administração política talvez colabore para o entendimento.

A economia política, que possui como marco a publicação do livro *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, em 1776, pode ser “entendida como a ciência que estuda as relações de produção, circulação e distribuição de bens materiais e compreende (ou deve compreender) as leis que regem tais relações” (SANTOS, 2009, p. 43). A partir desta definição, ainda segundo Santos, tem-se que enquanto a economia política

no plano da materialidade humana, responde pelo “que” e “por que” fazer, ou seja, pelas possibilidades da produção, da circulação e da distribuição de bens materiais, a administração política tende a responder pelo “como” fazer, ou seja, pela concepção do modelo de gestão para se chegar à finalidade (2009, p.44).

De modo semelhante, podemos comparar a administração política com a definição de grande política, elaborada por Gramsci:

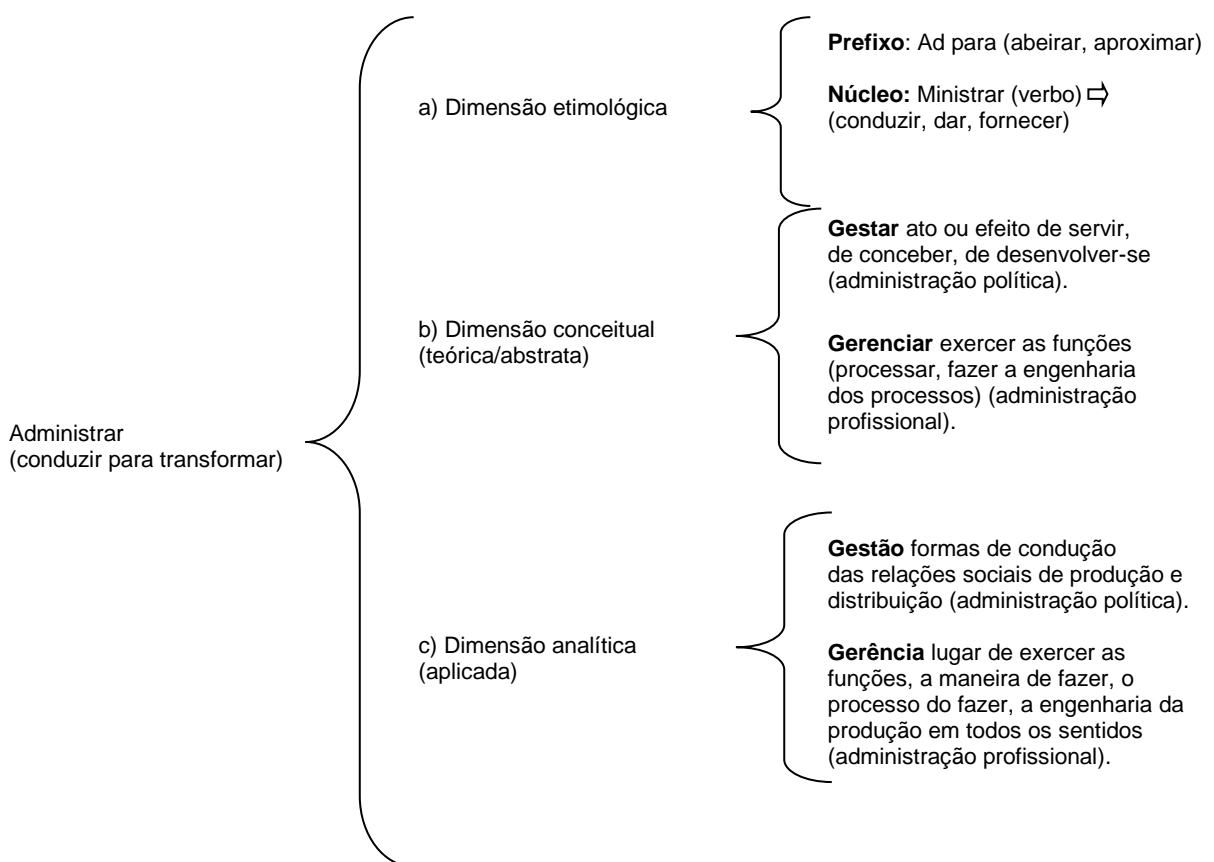
A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre diversas frações de uma mesma classe política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). Portanto, é grande política tentar excluir a pequena política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2010, p. 29).

A administração política, portanto, deverá levar em consideração a pequena política, a fim de garantir a execução do planejamento traçado. A gestão do dia a dia é fundamental para o êxito de todo e qualquer projeto. No entanto, é junto ao conceito de grande política que melhor se assenta a administração política, pois para gestar as relações sociais almejando a garantia da materialidade que, por sua vez, confira bem estar a toda população, será

imprescindível enfrentar a “luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”.

Outra perspectiva que se apresenta como salutar para a compreensão sobre a administração política é a relação estabelecida entre a análise etimológica da palavra *administração* e sua respectiva dimensão conceitual e analítica, como demonstra a figura abaixo.

**Figura 1** -Diagrama da estrutura etimológica e conceitual da administração política



Fonte: SANTOS, R.; RIBEIRO, E.; CHAGAS, T. Bases teórico metodológicas da Administração Política (p.29)

Para refletir sobre a administração política, abarcando toda amplitude que sua definição alcança – “gestão da materialidade das relações sociais afim de se chegar à finalidade do processo de desenvolvimento” (SANTOS, R., 2009, p. 44) –, propôs-se que a discussão fosse organizada num contexto tridimensional: sociedade, estado e economia. Estas dimensões constituem nosso primeiro campo de análise. Portanto, adotamos aqui tal orientação, acrescentando, na primeira dimensão, o sujeito:

- Sociedade, observada a partir de dois pontos de vista: seus grupos, organizações e instituições, que expressam os mais diversos interesses; e seus sujeitos, que se formam numa determinada ordem socio simbólica;
- Estado, ator relevante para gestão social e responsável pelas políticas públicas;
- Economia, responsável pela geração e distribuição de riquezas, com foco no capitalismo, posto que sistema hegemônico atual.

Neste momento, é interessante registrar a construção teórica de Daniel Bell, expressa na sua obra *The Cultural Contradictions of Capitalism*, e trazida até nós pelo filósofo Luiz Felipe Pondé (2014). Segundo Pondé, para Bell “a sociedade e a História são “disjuntivas em suas dimensões constituintes”, ou seja, não está indo para lugar nenhum e é bem contraditória se somarmos todos os elementos que compõem a sociedade e a vida como um todo” (2014, p. 23). Deita por terra as visões teleológicas expressa por Hegel e por alguns marxistas. Sendo assim, não há que se falar em organicidade ou integração: a economia global e os avanços na comunicação não se traduzem em compartilhamento de significados e, portanto, não deságuam na evolução da sociedade como um todo. O que se vê são pessoas e grupos guiando-se por culturas distintas e mesmo conflitantes. Voltaremos a isso, através da contribuição de Wanderley Guilherme dos Santos.

Esta disjunção – história e sociedade não estão caminhando juntas para lugar nenhum – ocorre, para Bell, em três dimensões, constituintes da sociedade – a semelhança com as três dimensões definidas para discussão da administração política é clara, o que nos impele a pensar no acerto da proposição tridimensional de análise –, quais sejam:

1. Estrutura tecnoeconômica, responsável pela geração e distribuição da produção que visa reduzir a escassez natural da condição humana (a vida é pobre e frágil e lutamos contra isso o tempo todo).
2. Política, instância que gera e administra o poder e a violência legítima numa sociedade (a organização de quem manda e quem obedece de forma legal).
3. Cultural, dimensão que produz, organiza e distribui os significados que tornam uma sociedade uma identidade de sentido (as religiões, assim como as tendências de comportamento, nascem nessa dimensão, apesar de se materializarem também nas duas anteriores). Essa identidade de sentido nos diz quem somos e por que vivemos do modo que vivemos (PONDÉ, 2014, p. 24,25).

Pondé (2014) indica que as sociedades modernas avançadas, sendo esta definição mais geopolítica e cultural do que propriamente geográfica ou temporal, como o conceito



gramsciano de sociedade ocidental e oriental, são o palco onde a disjunção entre essas três dimensões ocorre. Estes desencontros geram “conflitos contínuos dentro da estrutura, causando problemas intermináveis a serem administrados pelas instâncias responsáveis por cada uma delas ou pelo conjunto disjuntivo (ou desintegrado) da vida social, política e cultural” (PONDÉ, 2014, p. 25); e são o pano de fundo para aquilo que o autor denomina como “era do ressentimento” ou “contemporâneo”, tema a ser aprofundado adiante. Não seria outro o ambiente da administração política.

## 2.2 FORMAÇÃO SOCIAL

Tudo o que encontramos no mundo e a que podemos nos referir por um termo singular, i.e., tudo aquilo a que atribuímos existência, é parte de um certo domínio. [...] Assim, se aquilo que denominamos “mundo” ou “universo” é algum tipo de totalidade, devemos concordar que é uma totalidade composta essencialmente de subconjuntos ou domínios de objetos. Não pode ser simplesmente a totalidade de elementos porque uma característica essencial do mundo é ser acessível sob várias descrições. Qualquer tentativa de reduzir o mundo ao domínio de *um* objeto (i.e., toda forma de monismo ôntico ingênuo) fracassa necessariamente porque não permite dar conta de seu próprio processo de construção teórica, de sua própria operação de destacar um subconjunto do mundo e combinar seus elementos de um modo particular (e portanto contingente) (GABRIEL, 2012, p. 31).

Diante do campo escolhido – administração política – foi preciso destacar um conceito adequado à complexidade da análise tridimensional proposta. Não basta unir as dimensões descritas; é necessário explicitar o por quê desta reunião, a razão de serem estas, e não outras, as dimensões fundamentais para a compreensão da realidade. É neste contexto que o conceito de Formação Social surge como elemento capaz de estabelecer as ligações fundamentais entre a sociedade, o estado e a economia; noutras palavras, surge como uma maneira teoricamente consistente de combinar os subconjuntos que compõem uma totalidade de modo único. Assim, adotamo-lo como peça chave para nossa análise.

A princípio, pode-se definir Formação Social a partir de três acepções principais:

- a) *um conceito descritivo*: o termo Formação Social é um expediente taxonômico para designar as mais variadas configurações, autônomas e empiricamente distinguíveis, de interações estabilizadas;

- b) *um conceito teórico-marxista*: por Formação Social entende-se a totalidade histórico-social constituída por um modo de produção e pela sua superestrutura política e ideológica;
- c) *um conceito teórico-sociológico*: a Formação Social é definida como um conjunto de estruturas da personalidade, do sistema social, da cultura e dos seus mecanismos de reprodução congruentes entre si (PAQUINO, 2010, p. 509)

O conceito descritivo designa as partes do todo, ou melhor dizendo, os subconjuntos, e é utilizado tanto pelas ciências jurídicas quanto pelas ciências sociais. Os dois conceitos teóricos dirigem-se à totalidade, explicando os componentes da Formação Social e o “nexo que as liga mediante teorias sociológicas e epistemológicas particulares: o materialismo histórico e a abstração determinada, a primeira; o estrutural-funcionalismo, o empirismo e o método dos tipos puros, a segunda” (PAQUINO, 2010, p. 509, 510). Os conceitos teóricos são usados tão somente nas ciências sociais.

Neste trabalho, adotaremos a segunda definição. Isto por ser este um trabalho de ciências sociais aplicadas e porque as duas principais correntes que utilizam o conceito teórico-sociológico, propostas por Gallindo e por Habermas, possuem elementos não consistentes com a dinâmica que a análise ora proposta pretende alcançar, em que pese serem substancialmente adequadas sob outras perspectivas ou tendo em vista outros interesses. A definição de Gallindo traz as “estruturas de personalidade” (*apud* PAQUINO, 2010, p. 516) como parte essencial do conceito, o que contraria a ética da imanência na formação do sujeito; a de Habermas, por sua vez, “privilegia mais a função de controle e a problemática da crise dos sistemas sociais do que sua reprodução e evolução” (PAQUINO, 2010, p. 516), o que não capta a realidade em movimento contínuo.

Na perspectiva marxista, a Formação Social, ou Formação Econômico-Social (FES), designa “o conjunto das relações que com a evolução de um modo de produção se vão determinando historicamente entre este, a sua superestrutura política e ideológica, aspectos de outros modos de produção e de outras superestruturas” (PAQUINO, 2010, p. 511). Isto significa que a Formação Social preponderante resulta de um embate entre relações diversas, como deixa evidente a denominada corrente “estruturalista” do marxismo que, com Poulantzas, afirma ser a Formação Social constituída por instâncias econômicas, políticas e ideológicas, “articuladas num modo dominante de produção e as instâncias de outros modos de produção coexistentes e subordinados ao principal” (PAQUINO, 2010, p. 514).

De imediato, é importante ressaltar, frente a esta definição, que a FES fundamenta-se em um modo dominante de produção, mas reconhece a existência de outros, regidos por

vertentes econômicas, políticas e ideológicas diversas. Isto é de suma importância porque reconhece a multiplicidade de valores e práticas que convivem em uma mesma sociedade, ao tempo em que é uma espécie de testemunho de resistência contra toda forma de determinismo que tende a homogeneização. Então, é fato que a sociedade capitalista contemporânea exercita seu domínio; no entanto, outras formações sociais lhe são contemporâneas, disputam – ainda que de maneira absurdamente desigual – a hegemonia e, o mais importante, demonstram que as comunidades humanas podem organizar e administrar a manutenção e a reprodução da vida das mais variadas maneiras.

Uma questão importante atinente à Formação Social, que justifica a adoção desta e não de outra acepção, encontra-se na necessidade de considerá-la como um “modelo fundado sobre a totalidade estruturada” (SERENI, 1974, p. 15 *apud* SANTOS, 1977, p. 83). Assim, não é para uma “sociedade em geral” que o conceito foi forjado; ao contrário, a Formação Social dirige-se a uma sociedade que existe sob um tempo histórico determinado. Dito de outro modo, como escreveu Bourkharine, “cada sociedade veste a roupa do seu tempo” (*apud* SANTOS, 1977, p. 84).

Explica Milton Santos:

O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução. O estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre F.E.S.; mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que as distingue das outras e, no interior da F.E.S., a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações (SANTOS, 1977, p. 84).

Pretende-se ao longo deste trabalho elencar as categorias principais para a compreensão da realidade brasileira, mantenedora de uma cidadania precarizada; deste modo, a FES revela-se como o instrumento perfeito para a observação de suas especificidades. Fundamental, de igual modo, a permanente tensão entre o particular e o todo, posto que não é possível a separação radical de construções culturais forjadas num mesmo espaço e num mesmo tempo histórico. A FES pode, de fato, ser desenhada, percebida, em qualquer tempo, em qualquer espaço; todavia, vai mais além: precisa necessariamente referir-se a um espaço definido durante um lapso temporal demarcado.

Como as funções em uma sociedade não permanecem as mesmas, nem são fixas e imutáveis as relações sociais e as forças produtivas, a Formação Social deve ser

compreendida no âmbito de um movimento permanente e totalizador, “no qual todos os seus elementos são variáveis que interagem e evoluem juntas, submetidas à lei do todo” (SANTOS, 1977, p. 84). Conclui Milton Santos:

A noção de Formação Econômica e Social é indissociável do *concreto* representado por uma sociedade historicamente determinada. Defini-la é produzir uma *definição sintética* da natureza exata da diversidade e da natureza específica das relações econômicas e sociais que caracterizam uma sociedade numa época determinada. Esta exigência de concretude, sobre a qual insistiu Sereni (1974, 44, 45) não quer de modo algum dizer que se possa apreender elementos concretos isolados como uma coisa em si própria (*thing in itself*). Uma F.E.S. é “um objeto real que existe independentemente de seu conhecimento, mas que não pode ser definido a não ser por seu conhecimento” (ALTHUSSER, 1965, 205) (SANTOS, 1977, p. 85).

Dentre as pesquisas marxistas que utilizam o conceito de Formação Social, cumpre-nos registrar, dada a semelhança com o que aqui se propõe, alguns estudos realizados em países que foram colônias, liderados por Amin, Arrighi, Bettelheim, Cordova, Santos, dentre outros. Pesquisas foram empreendidas sobre os modos de produção locais, anteriores e contemporâneos à colonização, “para explicar o tipo particular de subordinação ao modo de produção capitalista, externo e interno, das estruturas econômicas, sociais, políticas e das características étnicas locais” (PAQUINO, 2010, p. 515). Deste modo, a Formação Social, como o lugar teórico que admite a coexistência entre diversos modos de produção e suas respectivas superestruturas, além de abarcar a interação dinâmica entre suas variáveis constituintes, foi identificada por todos estes autores como conceito sistêmico fundamental; postura essa aqui replicada.

Tem-se, portanto, a Administração Política, como campo do conhecimento que estuda a gestão das relações sociais, e sua proposição de análise tridimensional; e a Formação Social como amálgama teórico pertinente a esta perspectiva. Assim, de início, antes de estudarmos a FES brasileira, é importante que se registre as elaborações clássicas sobre a relação entre o Estado, a Economia e a Sociedade, presentes ainda nos dias atuais com graus variados de adaptação, posto que precursoras fundamentais da análise proposta.

Como não poderia deixar de ser, começaremos pelo começo: Aristóteles atribui à sociedade política, definida como a articulação de indivíduos e de classes, a finalidade de realizar a justiça, dando a cada um o direito que lhe pertence. A associação entre os indivíduos ocorre também para o alcance de uma vantagem comum, superior àquelas individualmente almejadas. O Estado ou sociedade política se confunde com a concretização deste um bem maior:

Como sabemos, todo Estado é uma sociedade, a esperança de um bem, seu princípio, assim como de toda associação, pois todas as ações dos homens têm por fim aquilo que consideram um bem. Todas as sociedades, portanto, têm como meta alguma vantagem, e aquela que é a principal e contém em si todas as outras, se propõe a maior vantagem possível. Chamamo-la Estado ou sociedade política (ARISTÓTELES, 2005, p. 28).

Por seu turno, Hobbes define o Estado como ente resultante de um pacto, de um contrato realizado entre os homens com o objetivo de evitar a guerra de todos contra todos, a partir da renúncia do individualismo e da subsequente construção de uma vontade coletiva. Diz-nos o autor:

A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. O que equivale a dizer: designar um homem ou uma assembleia de homens como representante de suas pessoas, considerando-se e reconhecendo-se cada um como autor de todos os atos que aquele que representa sua pessoa praticar ou levar a praticar, em tudo o que disser respeito à paz e segurança comuns; todos submetendo assim suas vontades à vontade do representante, e suas decisões a sua decisão. Isto é mais do que consentimento, ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens, de um modo que é como se cada homem dissesse a cada homem: Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim civitas (HOBBS, 1999, p.105).

Nesta perspectiva de fundamentação histórica, Engels explica que, com o instituto da propriedade privada,

a riqueza passa a ser valorizada e respeitada como bem supremo e as antigas instituições das *gens* são pervertidas para justificar-se a aquisição de riquezas pelo roubo e pela violência. Faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras - a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada das riquezas -; uma instituição, em uma palavra, que não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E esta instituição nasceu. Inventou-se o *Estado* (2010, p. 102).

De acordo com esta posição teórica, é deixada de lado a compreensão harmoniosa de viés contratualista e o conflito de base econômica é apreendido como elemento constituinte da relação entre o Estado e a Sociedade. No âmbito da Sociedade, a clivagem fundamental entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores cuja força de trabalho é mercantilizada; o Estado como terceiro garantidor desta relação. Não por outra razão, Marx e Engels definem o Estado como o escritório da burguesia, no *Manifesto do Partido Comunista*, e Marx novamente elabora formulação semelhante, ao definir Estado como a forma por meio da qual a classe dominante faz valer os seus interesses, no livro *A Ideologia Alemã*.

Durkheim (2002) retoma uma visão mais pacificada da sociedade. Segundo este autor, a sociedade é resultante da associação – e não simples soma – entre os indivíduos, dando origem a vida social com suas características diferenciadas. Assim, a fusão das almas individuais faz nascer “um ser, psíquico, se quisermos, mas que constitui individualidade psíquica de novo gênero” (DURKHEIM, 2002, p. 96), que possui fins superiores aos individuais. Como parte funcional deste todo, encontra-se o Estado, definido como “órgão especial, encarregado de elaborar certas representações que valem para a coletividade. Essas representações se distinguem das outras representações coletivas por grau mais alto de consciência e reflexão” (DURKHEIM, 2002, p. 46). Entre as finalidades do Estado está a busca bem comum e a proteção dos direitos individuais.

Encerrando este passeio teórico, indispensável citar Max Weber. Para este autor, o Estado não deve ser definido a partir de suas finalidades por dois motivos: durante sua existência, não houve sequer uma atividade humana cuja disciplina já não tenha sido percebida entre os fins estatais; por outro lado, não houve sequer uma atividade humana que tenha sido exercida exclusivamente pelo Estado durante todo o tempo (WEBER, 2011). De sorte que Weber prefere definir o Estado a partir do seu instrumento de manutenção. Eis o que propõe:

Todo Estado se funda na força, disse um dia Trotsky a Brest-Litovsk. E isso é verdade. Se só existissem estruturas sociais de que a violência estivesse ausente, o conceito de Estado teria também desaparecido e apenas subsistiria o que, no sentido próprio da palavra, se denomina “anarquia”. A violência não é, evidentemente, o único instrumento de que se vale o Estado – não haja a respeito qualquer dúvida –, mas é seu instrumentos específico. Em nossos dias, a relação entre o Estado e a violência é particularmente íntima. Em todos os tempos, os agrupamentos políticos mais diversos – a começar pela família – recorreram à violência física, tendo-a como instrumento normal de poder. Em nossa época, entretanto, devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de um determinado território – a noção de território corresponde a um dos

elementos essenciais do Estado – reivindica o *monopólio do uso legítimo da violência física*. É, com efeito, próprio de nossa época o não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer uso da violência, a não ser em casos que o Estado o tolere: o Estado se transforma, portanto, na única fonte do “direito” à violência. Por política entenderemos, conseqüentemente, o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado (WEBER, 2011, p. 66, 67).

Estes foram apenas alguns autores clássicos aqui citados com o fito de ilustrar a relação entre o Estado e a Sociedade, de modo evidente, e a Economia. Partindo dessas relações, será percebida a Formação Social brasileira.

### 2.3 O NÓ

Resta evidente que a análise a ser desenvolvida não ocorre frente a um encadeamento causal linear e estável; deve ser resultante da interação sistêmica entre diversas características atinentes aos campos conceituais indicados. No âmbito desta pesquisa, para ilustrar o que se propões, utilizamos o modelo topológico do *nó borromeano*, a semelhança do que fez Lacan para demonstrar a estrutura da relação entre o Imaginário, o Simbólico e o Real. Trata-se de uma referência direta ao símbolo das armas de uma dinastia milanesa, a família Borromeu, que consiste de três anéis entrelaçados de tal modo que caso um se retire, os outros dois também se soltam (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 541). Aplicando este modelo à questão apresentada, nota-se que as três categoriais sugeridas para análise são interdependentes, relacionando-se de forma tão próxima que as características de cada uma só se delineiam a partir da influência das outras, em um ambiente de constante tensão mutuamente reforçada. Se houver alteração nos princípios ou movimentos de uma das partes, as outras deixarão de ser como são e estas alterações novamente provocarão mudanças subseqüentes.

Acompanhando os estudos de Lacan (2007), nos deparamos com a inclusão de um quarto elemento, o *sinthome*. Este elo possui um caráter suplementar e é responsável, na teoria psicanalítica lacaniana, por garantir que os outros três registros permaneçam enlaçados. É precisamente o *sinthome* que revela a forma singular, única, de cada sujeito. No horizonte da nossa analogia, o *sinthome* será aqui compreendido como a Formação Social, o quarto elemento do nó que expressa a singularidade do enlaçamento entre os outros registros, posto que expressão de uma sociedade e as suas variações sócio-históricas particulares.

**Figura 2** – O nó Borromeano e a representação do entrelaçamento conceitual sugerido, acrescido do sinthome.



Fonte: [www.escarlateletraa.blogspot.com](http://www.escarlateletraa.blogspot.com)

Do mesmo modo que justificamos a adoção da concepção marxista sobre Formação Social, neste ponto é importante esclarecer porque utilizamos um estratagema da teoria psicanalítica como analogia apropriada aos nossos objetivos.

O termo psicanálise foi usado por Sigmund Freud pela primeira vez em 1896, mas foi com a publicação de *Die Traumdeutung*, no final de 1899, que os princípios da psicanálise foram estabelecidos. De acordo com o biógrafo Peter Gay, Freud considerou a *Interpretação dos Sonhos* “como a via régia do acesso ao conhecimento do inconsciente na vida mental” (1989, p. 109). A teoria do inconsciente foi uma das contribuições mais originais ao campo da psicologia geral e do conhecimento porque produziu um abalo sísmico no semblante do racionalismo cartesiano – *ego cogito ergo sum* –, apresentando um novo componente – o *inconsciente* (como substantivo e não adjetivando algo que escapa momentaneamente da consciência) – capaz de “dar a volta” na razão.

Freud fundou sua análise da vida social e política numa teoria da natureza humana muito própria, sendo as paixões humanas reprimidas pela cultura. Assim, *O Mal-estar na Civilização*, de 1930, surge como uma teoria psicanalítica da política. Como afirma Peter Gay:

O ensaio *O Mal-estar da Civilização* traça o contorno do homem freudiano na cultura: é um homem assediado por necessidades inconscientes, com sua incurável ambivalência, seus amores e ódios primitivos e apaixonados, mal contidos por coerções externas. As instituições sociais são muitas coisas para Freud, mas são sobretudo barreiras contra o assassinato, o estupro e o



incesto. [...] A teoria da civilização de Freud, portanto, considerada a vida em sociedade como um compromisso imposto com um transe fundamentalmente insuperável. As próprias instituições que funcionam para proteger a sobrevivência da humanidade também geram seu mal estar: os homens não podem viver sem civilização, mas não podem viver felizes nela (GAY, 1989, p. 496, 497).

Nesta mesma direção, cumpre-se registrar que “toda psicanálise, como escreveu Freud, é uma “psicologia de grupo”, já que o sujeito é indissociável do campo simbólico a que pertence” (KEHL, 2002, p. 12). Desta forma, é possível que elaborações construídas através da clínica psicanalítica possam colaborar para a compreensão de fenômenos coletivos, principalmente quando a ideologia atua para recalcar manifestações da subjetividade. Ainda assim, é importante atentar para o fato de que, apesar do inconsciente participar da política, suas formações públicas, sociais, não se confundem com aquelas expressas pelo sujeito diante do seu sintoma e das demandas do Outro. Ainda Kehl, “o sintoma, quando social, não se reduz a uma mera ampliação daquele dito individual – embora, por vias diferentes, ambos possam ser entendidos como tentativas de responder a uma suposta demanda do Outro” (2002, p. 11).

Como ensina Kehl, “a psicanálise (assim como o seu irmão gêmeo em importância no século XX, o materialismo histórico) não é uma *teoria aplicável*, à maneira dos modelos teóricos fechados, a situações individuais e/ou econômicas e sociais” (2002, p. 11). O que mantém esses irmãos gêmeos – a psicanálise freudiana e o materialismo histórico marxista – em pleno vigor é a capacidade de renovação que possuem, acompanhando as mutações incessantes pelas quais passam os seus objetos. E estas atualizações só são possíveis porque as duas teorias são sustentadas “por pressupostos dinâmicos aliados a métodos investigativos capazes de auxiliar a compreensão das tensões sociais, das crises econômicas, da dominação entre classes, assim como das motivações desconhecidas, ditas inconscientes, das ações individuais e grupais” (KEHL, 2002, p. 11).

É certo que não pretendemos exigir da psicanálise algo que ela não pode nos oferecer: a psicanálise não é uma teoria apaziguadora, não servirá por isso para “botar panos quentes” ou “dourar a pílula” do nosso mal-estar contemporâneo, ou, para utilizar as palavras de Luiz Felipe Pondé, do nosso ressentimento. Ao contrário, a psicanálise aproxima-se mais da composição de Tom Zé, quando afirma que “eu tô te explicando pra te confundir / tô te confundindo pra te esclarecer / tô iluminando pra poder cegar / tô ficando cego pra poder guiar”. Nas palavras de Kehl, “a grande potência do dispositivo analítico continua ser a de

desestabilizar – certezas, crenças, ilusões, defesas neuróticas, fortalezas narcísicas”(p. 2002, p.10). A pretensão, pois, é utilizar o saber psicanalítico para contribuir

[...] com a discussão de um fato, uma crença, um automatismo ideológico que, sem isso, passariam despercebidos ou despertariam apenas o conformismo indignado e silencioso dos leitores. [...] a fim de desnaturalizar tudo aquilo – a violência, a corrupção, a injustiça, a burrice que se conforma, a desigualdade, os abusos de poder – que somos levados a aceitar como se fossem fatalidades da vida social (KEHL, 2002, p. 13, 14).

Fala-se em *sinthome* como a singularidade radical do sujeito. E o que em psicanálise se entende por “cura” está longe de ser uma normalização médica de determinados padrões físicos, clínicos e sociais; antes, remete ao encontro do sujeito com o seu *sinthome*, com a sua – e só sua – diferença, particularidade. Esse não é um encontro fácil, nem suave; não é apaziguador, nem consola o ressentimento. Na contramão do sossego imaginário, promove um encontro face a face com o que nos esforçamos tanto para não perceber. De modo semelhante, a Formação Social significa também trazer à tona as vicissitudes de uma sociedade; justamente o que a torna única, com todos os seus traumas.

### 3 SOCIEDADE

Com o intuito de relacionar os conteúdos atinentes às três esferas citadas, começemos pela sociedade. Para tanto, este capítulo está organizado em cinco subitens: Construção social da realidade, Ideologia, Sujeito, Relação sociedade e Estado e Sociedade brasileira. Os quatro primeiros subitens versam sobre conceitos e fenômenos de amplo alcance, cuja análise é pertinente em face de qualquer Formação Social a ser observada. São questões relevantes posto que estruturam a esfera social e guardam entre si uma lógica de complementariedade: como a realidade é socialmente construída, como a ideologia circula neste processo e como forma-se o sujeito imerso nesta dinâmica, cercado de realidade e ideologia por todos os lados. O quinto e último subitem discorre sobre características importantes da sociedade brasileira, identificando as principais categorias para sua compreensão.

#### 3.1 CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

A sociedade é compreendida como o amplo conjunto de múltiplos, ou seja, o espaço onde indivíduos diferentes convivem e ao tempo em que conformam uma realidade, são por ela conformados. Esta relação entre o ser humano que produz o mundo social e é por ele produzido é dialética por excelência e pode ser sistematizada em três momentos: exteriorização, quando o ser humano, coletivamente, forma a sociedade; objetivação, quando a sociedade, já formada, existe para todos; e interiorização, quando a existência da sociedade é internalizada pelo processo de socialização, formando novos sujeitos. Ou, como afirmam Berger e Luckmann: “A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social” (2009, p. 87).

De logo, é preciso compreender que deve ser observada a partir de uma análise sociológica – *um não-todo* – e de outra, psicanalítica – o sujeito. A denominação *um não-todo* pretende significar que a sociedade não é simplesmente todo, pois, apesar de reunir indivíduos e grupos sociais diversos, não expressa nem todas as formulações possíveis para os arranjos relacionais, nem apenas uma única. Por outro lado, possui características próprias, que a diferenciam de todas as demais. Desta maneira, em qualquer tempo ou lugar considerado, a sociedade será a manifestação de *uma* possibilidade de organização social. Aqui, fica evidente

a pertinência com o conceito balizador de Formação Social, com o reconhecimento do modo de produção dominante convivendo com outras formas de organização social.

Para se alcançar a bom termo os objetivos almejados, é fundamental refletir sobre a construção social daquilo a que se chama realidade e sobre as relações que esta realidade mantém com outra construção social, o conhecimento – ou a interpretação que se faz da realidade, ou ainda como um fenômeno é alçado à condição de realidade. Dito por outras palavras, é muito importante, para estudarmos a dimensão social, que a realidade (re)conhecida e o saber sobre esta realidade, as leituras que dela advém, sejam percebidas com mais vagar, se não em todas, pelo menos em algumas sutilezas principais. São estes vínculos – realidade e conhecimento – que pautam a convivência social, incluindo aí a conformação das ideias, crenças e valores. As considerações que aqui se iniciam são baseadas na obra *A construção social da realidade*, de Berger e Luckmann.

Realidade, pois, pode ser definida como um atributo de fenômenos que existem – possuem um *ser* – independente da vontade humana. Ou seja, pode-se investir energia volitiva para que um fenômeno exista ou não; isto será indiferente quando tratar-se daqueles fenômenos imersos no que (re)conhecemos como realidade: eles simplesmente são. A convivência familiar, o trabalho, a escola, por exemplo, são fenômenos sociais que são percebidos como realidade, ainda que em algum momento deseje-se ardentemente sua extinção. Conhecimento, por sua vez, é a convicção da existência real dos fenômenos e de que possuem características particulares, específicas.

A “realidade” e o “conhecimento”, como construções culturais, são relativas; variam conforme o tempo e o lugar. A diversidade empírica dos tipos de conhecimento é imensa, com certeza. No entanto, aqui nos interessa perceber os “processos pelos quais *qualquer* corpo de “conhecimento” chega a ser socialmente estabelecido *como* “realidade”” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 13, 14); como o conhecimento constrói a realidade e como a realidade elabora o conhecimento. Como questionam os autores: “Como é possível que significados subjetivos *se tornem* facticidades objetivas? Como é possível que a atividade humana produza um mundo de coisas?” (2009, p. 34).

Estas questões essenciais remetem de imediato à relação necessária – mais que isso: inescapável – entre o subjetivo do pensamento e o objetivo não só dos corpos, mas também dos comportamentos; a velha, e no que diz respeito aos humanos, falsa dualidade entre o concreto (observável) e o abstrato (elaborações psíquicas). A relação é inescapável, impossível fugir dela, pois não há fenômeno observável que não seja objeto do pensamento,

ainda que automático e superficial. Por seu turno, as elaborações, por mais subjetivas que sejam, estão inseridas na construção social da linguagem e tomam por substrato algum fenômeno, interno ou externo. Para Marx, por exemplo, o pensamento humano está vinculado ao trabalho humano e às relações sociais originadas a partir de então; a realidade e o conhecimento, por conseguinte, teriam essa gênese.

Explicam Berger e Luckmann:

A consciência é sempre intencional; sempre “tende para” ou é dirigida para objetos. Nunca podemos apreender um suposto substrato de consciência enquanto tal, mas somente a consciência de tal ou qual coisa. Isto assim é, pouco importando que objeto da experiência seja experimentado como pertencendo a um mundo físico externo ou apreendido como elemento de uma realidade subjetiva interior (2009, p. 37).

O contato que o ser humano estabelece com a tal realidade ocorre mais imediatamente numa esfera denominada *vida cotidiana*. É a realidade do dia-a-dia, que fornece ao mundo sentido, ordem, coerência e estabilidade, orientado assim as condutas. O mundo coerente e dotado de sentido da vida cotidiana é real para os seres humanos, porque nasce de seus pensamentos e ações. Então, interessa “esclarecer os fundamentos do conhecimento na vida cotidiana, a saber, as objetivações dos processos (e significações) subjetivas graças às quais é construído o mundo intersubjetivo do senso comum”(BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 36). Novamente, como a coerência se estabelece e como o sentido é construído e partilhado numa sociedade.

Na vida cotidiana, a realidade impõe-se à consciência de um modo intenso, radical; a vida cotidiana é apreendida como a realidade por excelência. Como já visto, possui as qualidades da ordem e da coerência: “seus fenômenos acham-se previamente dispostos em padrões que parecem ser independentes da apreensão que deles tenho e que se impõem à minha apreensão” (BERGER; LUCKMANN, 2009 p. 38). Isto quer dizer que a vida cotidiana surge como uma realidade forjada previamente, onde os objetos e fenômenos foram assim pensados, elaborados e definidos como tais antes do início da vida individual de quem quer que seja. Quando nasce uma criança, a realidade da vida cotidiana já está objetivada, envolvendo-a.

A linguagem – em sentido amplo, para além da língua – é um poderoso instrumento de elaboração e transmissão dos padrões vigentes na vida cotidiana. Logo no início da formação do sujeito, a linguagem comum fornece significantes que, com passar do tempo, são carregados de significado e, a partir desta complementariedade, a realidade começa a fazer

sentido. Por exemplo: ser menino ou menina, filha, estudante, profissional, professar tal religião ou ideologia... Sendo a linguagem uma manifestação cultural compartilhada, o sentido que ela traz também será partilhado entre aqueles que se utilizam do mesmo sistema de comunicação. Desta forma, a linguagem fornece os pontos cardeais que conduzem a vida de cada um dentro da sociedade.

Além deste papel fundante, a linguagem permite uma manobra interessantíssima. As atividades da vida cotidiana estão primordialmente focadas no “aqui” e “agora”. É nesta combinação tempo-espaço imediata que vivemos a realidade, afinal é justamente nela que nos situamos. Conversamos “aqui” e “agora”, ao nos relacionarmos diretamente com os nossos interlocutores; trabalhamos “aqui” e “agora”; é “aqui” e “agora” que experimentamos as sensações mais diversas. Outra articulação entre espaço e tempo não “existe” ou, mais corretamente, não é percebido como *real*. Acontece que a linguagem permite a construção da realidade para além do imediato. Ao elaborar significantes para uma série de significados, esta nova unidade ganha autonomia e se desloca de um tempo-espaço para outro, sem perder a qualidade de realidade. A linguagem, portanto, permite os deslocamentos que forjam as lembranças, as ideias, os planos, as crenças, etc.

Estas transposições conformam uma categoria socialmente importante: o símbolo. O símbolo é o exemplo clássico de desprendimento do “aqui” e “agora”: está *localizado* em uma realidade e *referem-se* a outra. Trazem consigo uma série de significados importantes, construídos, adjetivados e compartilhados socialmente, e estão aí, circulando por diversas esferas por meio da chamada linguagem simbólica; este é o veículo que permite a transcendência. Dizem Berger e Luckmann: “a linguagem constrói, então, imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo” (2009, p. 61), como é o caso da religião, da filosofia e da arte.

A transcendência, o desprendimento, e mesmo a impossibilidade de acesso pela experiência diária, não significa dizer que estes sistemas são pouco importantes para a dimensão da vida cotidiana. Ao contrário, esses “edifícios de representação” apresentam-se, via linguagem simbólica, como elementos reais nesta dimensão da vida. Tornam-se, pois, componentes objetivados da realidade da vida cotidiana e, tão importante quanto, da apreensão comum, compartilhada, desta mesma realidade. É fácil perceber o papel fundamental exercido pelo discurso religioso, para uns, e filosófico, para outros, com todos os seus símbolos balizadores do comportamento humano cotidiano, regendo suas ações,

afirmando os seus valores e difundindo interpretações – ou dotando de sentido comum – acerca da vida, do mundo, de por que as coisas são como são; ou seja, construindo socialmente a realidade.

E como algo se reveste da qualidade de símbolo? A resposta está no hábito. Uma mesma ação pode ser repetida diversas vezes quando o seu fazer, daquele modo específico, alcança os objetivos do agente – como já vimos em Weber, toda ação é dotada de *sentido*. Cria-se um hábito. Não importa, para a conformação do hábito, se tais objetivos são econômicos, sentimentais, vinculados à honra, etc; o que importa é que a ação praticada alcançou o seu fim de um modo que agradou o agente, de um modo que apresentou vantagens (o tipo da vantagem também não importa). Esta ação repetida, habitual, cria um padrão que pode ser reproduzido; isto quer dizer que a ação pode ser praticada em seguida obedecendo a um roteiro prévio, que provou ser adequado. O estabelecimento de um padrão possui a grande vantagem da economia de esforço: não será preciso começar sempre do início e fazer e refazer múltiplas tentativas, testar todas as opções disponíveis; este percurso já foi percorrido, a ação a ser praticada para o alcance daquele objetivo foi delineada e repetida, tornou-se hábito e conformou um padrão. O hábito – como o padrão que dele decorre – permanece como herança para o futuro. A mesma ação continuará a ser executada da maneira habitual, garantindo a economia de esforço.

O hábito conforma a ação e, junto com ela, o ator que pratica esta ação. É uma dupla vinculação, por assim dizer. A intervenção cirúrgica, por exemplo, deve obedecer a um padrão socialmente construído e deve ser realizada por um ator específico, reconhecido socialmente como apto para tanto. Assim sendo, os hábitos, em relação intersubjetiva, desenham os padrões, que indicam o como fazer, e vinculam os atores, indicando quem deve fazer o que; *tipificam* as ações. Desta organização de atividades e papéis, tem-se a institucionalização: “a institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. Dito de maneira diferente, qualquer uma dessas tipificações é uma instituição” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 79). As instituições surgem, portanto, quando as ações e os seus respectivos atores constituem um *tipo* reconhecido por todos. Importante frisar que, se o reconhecimento recíproco é elemento constituinte da institucionalização, resta evidente que as tipificações são partilhadas, se impõem a toda coletividade, definindo atores e ações.

A construção de um hábito, de um padrão, de uma tipificação, com o seu necessário reconhecimento recíproco, ocorre durante um longo tempo. Não surge do dia para noite. É no

transcorrer da história que as ações são intentadas, alçadas à condição de padrão e tipificadas socialmente. As instituições, deste modo, são produtos de um processo histórico e para compreendê-las se faz necessário saber o porquê do seu surgimento. Além da historicidade, as instituições possuem como característica o exercício do controle, afinal “controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis”(BERGER; LUCKMANN, 2009 p. 80). Este controle pode ser classificado como primário, posto que inerente à conformação de uma instituição; pelo simples fato de existir uma tipificação reconhecida socialmente, o controle subjaz ao comportamento que foi estabelecido. Utilizando termos diferentes: definir como correta e adequada *uma* ação e seu respectivo agente é controlar. Outros mecanismos de controle, ditos secundários, podem vir a existir com o fito de reforçar o controle primário, quando este sozinho já não garante a preservação ou o bom funcionamento de uma instituição. Vale lembrar: no *O Mal-estar da Civilização*, citado no segundo capítulo deste trabalho, Freud enfatiza o caráter impositivo da civilização e de suas instituições.

Sendo históricas, as instituições passam de geração a geração. Com a contínua transmissão, as instituições tornam-se objetivas. São experimentadas na vida cotidiana como realidades cristalizadas, independentes dos atores que no presente executam as ações padronizadas; existem, são exteriores – não advêm da vontade íntima de um ou outro sujeito e não se submetem a vontades deste gênero – e coercitivas. No entanto, não cabe aqui um ponto final. É preciso legitimar o mundo institucional, justificá-lo, explicá-lo de alguma maneira, haja vista ser transmitido às gerações futuras como realidade histórica, e não como experiência própria. Para convencer, as explicações legitimadoras devem ser divulgadas o mais amplamente possível e devem, isso é muito importante, de alguma forma, “fazer sentido”. Quando as instituições são tidas como corretas e naturais, as condutas são mais facilmente controladas e previsíveis. De modo semelhante, por ser uma realidade histórica e não biográfica, os sistemas de controle secundários podem parecer necessários, pois “é provável que haja desvio dos cursos de ação institucionalmente “programados”, uma vez que as instituições passam a ser realidades divorciadas de sua importância original nos processos sociais concretos dos quais surgiram” (BERGER; LUCKMANN, 2009 p. 89).

Uma observação: diante da multiplicidade social – *um não-todo* – e coerente com o conceito de Formação Social, pode-se facilmente perceber que diversos processos de institucionalização ocorrem sem que sejam necessariamente integrados; ou seja, instituições



divergentes, e mesmo antagônicas, surgem e convivem no espaço social. Todavia, não é possível perder de vista a unidade na diversidade: “*certos* interesses serão comuns a todos os membros de uma coletividade” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 90).

As instituições são tipificações reconhecidas pelo corpo social. Tipificações estas que englobam padrões de conduta, de comportamento, de ações. Ora, as ações habituais e padronizadas, em seguida institucionalizadas, são dotadas de um roteiro a ser obedecido e determinam as condutas a serem adotadas por cada grupo social. Isto significa que “toda instituição tem um corpo de conhecimento transmitido como receita, isto é, conhecimento que fornece as regras de conduta institucionalmente adequadas. (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 93). Neste momento, alcançamos mais uma percepção fundamental: o conhecimento como produção cultural no âmbito de instituições vigentes. Como nos informa Berger e Luckmann:

[...] o conhecimento situa-se no coração da dialética fundamental da sociedade. “Programa” os canais pelos quais a exteriorização produz um mundo objetivo. Objetiva este mundo por meio da linguagem e do aparelho cognoscitivo baseado na linguagem, isto é, ordena-o em objetos que serão apreendidos como realidade, É em seguida interiorizado *como* verdade objetivamente válida no curso da socialização (2009, p. 94).

Este conhecimento, ensinado e aprendido durante o processo de socialização, é o mediador entre a consciência individual e a estrutura social; o conhecimento garante a apreensão da realidade objetivada e sua interiorização como verdade subjetiva. A interiorização ocorre sempre que um acontecimento é interpretado como sendo revestido de sentido. Para “fazer sentido” é necessário que a subjetividade de outros estejam em acordo, que outros tenham, antes, atribuído sentido àquele acontecimento. De tal sorte que, “a interiorização neste sentido geral constitui a base primeiramente da compreensão de nossos semelhantes e, em segundo lugar, da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 174).

Eis a atitude fundamental de cada sujeito no transcorrer da socialização (expressa por Berger e Luckmann uma belíssima forma): “assumir” o mundo. Os autores esclarecem que o indivíduo “assume” um mundo pré-existente, já habitado por outros, e cheio de significados socialmente partilhados. E esta postura, longe de representar um determinismo tosco, pode revelar uma faceta criativa: ao “assumir” o mundo, o ser humano pode modificá-lo. A interiorização, pois, significa que o sujeito socializado compreende os processos subjetivos do outro e, mais importante, compartilha com o outro o mundo, fazendo-o igualmente seu. Para

tanto, como foi dito em relação à institucionalização, é preciso um longo tempo de partilha. Assim,

cada um de nós não somente compreende as definições das situações partilhadas mas somos capazes de defini-las reciprocamente. Estabelece-se entre nós um nexos de motivações que se estende para o futuro. Mais importante ainda é o fato de haver agora uma contínua identificação mútua entre nós. Não somente vivemos no mesmo mundo, mas participamos cada qual do ser do outro (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 174, 175).

A realidade, enquanto verdade reconhecida e assumida como tal, tem o condão de formar sujeitos. O sujeito, ao atravessar o processo de socialização em contato com um determinado corpo de conhecimento, assumirá como realidade verdadeira alguns padrões, algumas instituições, que nortearão sua conduta, valores e crenças. A partir de então, pode-se partir para reflexões sobre ideologia.

### 3.2 IDEOLOGIA

“Que é luta de classes?  
 – É o processo antagônico que constitui as classes e determina suas relações.  
 – Mas, na nossa sociedade, não há luta entre as classes!  
 – Está vendo, é assim que funciona!”  
 (ZIZEK, 2013, p. 27).

A importância de se discutir ideologia nos dias de hoje nasce do sentimento generalizado de que não há alternativas possíveis ao sistema capitalista. É o estonteante sucesso na ideologia neoliberal, mencionado por Anderson no capítulo 5 desta dissertação. É como se, para continuarmos a falar de realidade, o capitalismo fosse o real, um fenômeno social dado, cuja existência é naturalizada. Ele faria obscurecer suas características de construção sócio-histórica para ser apreendido como único absoluto, contra o qual não vale a pena lutar. Para que um fenômeno seja revestido desta aura, é preciso que o corpo de conhecimento elaborado a seu respeito seja criado e transmitido via processos de socialização, como vimos, de modo efetivo. A ideologia está aqui, quando legitima e trabalha para homogeneizar esta compreensão. Deste modo, “pode-se afirmar categoricamente a existência da ideologia *qua* matriz geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação” (ZIZEK, 2013, p. 7).

Essa relação dialética operada pela ideologia é facilmente identificada quando ocorre uma das seguintes situações: o evento inaugural de uma nova época ou dimensão é apreendido como mera continuidade do passado, ou como versão atualizada deste mesmo passado; ou, ao contrário, o evento é produto da ordem vigente e, ainda assim, é percebido como se fora grande novidade (ZIZEK, 2013). Para ilustrar o primeiro caso, percebe-se que o surgimento de novos Estados – com o desmembramento da União Soviética e da Iugoslávia, apenas para citar dois exemplos retumbantes – não significa uma volta ao passado, um *remake* do antigo Estado Moderno europeu, com sua identidade bem formada e sua soberania jurídico-constitucional. O surgimento desses novos Estados, em contraponto, demonstra a falência dos Estados nacionais soberanos, posto que as múltiplas comunidades étnicas arregimentaram força política, desestabilizando qualquer tentativa de imposição identitária, ao tempo em que numa era de financeirização econômica globalizada e crise ecológica mundial, a soberania está visivelmente fragilizada. O surgimento desses novos Estados, portanto, é um fenômeno que inaugura novas relações. Para ilustrar o segundo caso, tem-se a análise do capitalismo avançado, que, para os críticos do marxismo, seria novidade: coisa inteiramente diversa, que não obedeceria à dinâmica capitalista elaborada por Marx. Lendo Marx, fica evidenciado que o capitalismo atual, vivido hoje, é “velho”, produto do passado.

É preciso perceber que “quando um processo é denunciado como “ideológico por excelência”, pode-se ter certeza de que seu inverso não é menos ideológico” (ZIZEK, 2013, p. 9). Com esta frase, Zizek inicia a exposição de uma operação dialética semelhante, realizada pela ideologia, que pode ser identificada na relação estabelecida entre Necessidade e contingência. Uma contingência histórica pode ser socialmente revestida de Sentido, simbolizada e internalizada através da socialização; será, então, reconhecida como uma Necessidade (com letra maiúscula mesmo, indicando seu estatuto superior, a ser observado por toda comunidade). Sendo Necessidade, imposta e compartilhada por todo grupo social, tal contingência é “perenizada”, absorvida como realidade objetivada, naturalizada; tem-se aqui um processo ideológico. A secular dominação masculina é um bom exemplo de contingência revestida de Sentido.

Como reflexo no espelho, também é ideológico o ato de não perceber uma Necessidade, considerando-a displicentemente como mera contingência. Zizek cita o que se passa corriqueiramente no campo da economia, “no qual o procedimento ideológico por excelência consiste em reduzir a crise a uma ocorrência externa e, em última instância, contingente, deixando assim de levar em conta a lógica inerente do sistema que a gerou”

(2013, p. 10). Aqui, ao invés de internalizar uma contingência e assumi-la como Necessidade, os procedimentos ideológicos resultam na externalização de uma Necessidade, observando-a como se apenas contingência fosse. A crítica à ideologia passa, por conseguinte, por saber diferenciar o que é continuidade, passado ou retorno a ele, e o que é novo; e o que é Necessidade e o que é contingência.

A respeito de uma postura comum frente à compreensão da ideologia, Žizek faz uma ressalva importante:

o conceito de ideologia deve ser desvinculado da problemática "representativista": a ideologia nada tem a ver com a "ilusão", com uma representação equivocada e distorcida de seu conteúdo social. Dito em termos sucintos, um ponto de vista político pode ser perfeitamente correto ("verdadeiro") quanto a seu conteúdo objetivo, mas completamente ideológico; e, inversamente, a idéia que uma visão política fornece de seu conteúdo social pode revelar-se totalmente equivocada, mas não ter absolutamente nada de "ideológica" (2013, p. 12).

Deste modo, a ideologia não possui como atributo inerente a falsidade; ela pode, sim, ser verdadeira quanto ao seu conteúdo explicitado. Quando, por exemplo, os Estados Unidos invadem países árabes apresentando como justificativa a defesa de direitos humanos, pode ser verdade verdadeira que os direitos humanos sejam ali desrespeitados. Ou quando, no Brasil, a ditadura militar, promotora da violência, classifica como *terrorista* algumas das reações contrárias: é verdade que grupos armados praticaram atos objetivamente violentos contra o regime. No entanto, se o conteúdo afirmado é verdade ou não, isso pouca importância tem. O que importa, realmente, é “*o modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação*” (ŽIZEK, 2013, p. 13). Para voltar a Weber, o *sentido* atribuído à enunciação. Portanto, a ideologia está no uso deste conteúdo – “falso” ou “verdadeiro” (se verdadeiro, melhor, porque convincente) – para legitimar e manter oculta uma relação de dominação social.

Neste ponto, o autor esloveno traça uma aproximação ilustrativa com a teoria psicanalítica lacaniana que afirma ter a verdade estrutura de ficção. Sendo assim, a verdade da enunciação, a verdade da existência de uma relação de dominação, aparece como ficção, oculta sob o manto de um conteúdo “verdadeiro” ou “falso”. A verdade das alternativas ao sistema capitalista hegemônico, por seu turno, é apreendida como ficção utópica, impossível de ser alcançada. Na atualidade, a crítica à ideologia passa também por distinguir a verdade – não do conteúdo enunciado, mas da postura subjetiva vinculada à enunciação; e dos

elementos antagônicos ao sistema – e a ficção. Trazer à luz a verdade das relações de dominação e das possibilidades de outra Formação Social.

Estas relações dialéticas revelam a dinâmica de funcionamento dos processos ideológicos e suas inversões, demonstrando claramente que ao se tentar sair da ideologia, é neste momento que se retorna a ela. Agora, torna-se importante esboçar um entendimento sobre, afinal, o que é a ideologia. São muitas as noções de ideologia que se apresentam e, por esta razão, de acordo com a postura investigativa adotada por Žižek, “em vez de avaliar diretamente a adequação ou a "veracidade" das diferentes noções de ideologia, deve-se interpretar essa própria multiplicidade de determinações da ideologia como um indicador de diferentes situações históricas concretas” (2013, p.15). Nesta perspectiva, adota-se a tríade hegeliana – elaborada pelo filósofo tendo em vista a religião – do *Em-si/Para-si/Em-si-e-Para-si*; termos em torno dos quais irão agregar-se os diferentes conteúdos sobre a ideologia.

1. Ideologia *Em-si*. A ideologia nesta dimensão é compreendida como doutrina: um corpo de ideias, crenças, valores, que almejam a condição de “verdade”, mas servem às relações de poder. Um exemplo brasileiro:

Temos assim a prova definitiva de que o *desenvolvimento econômico* – a ideia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender a necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os *investimentos*, as *exportações*, e o *crescimento* (FURTADO, 1974, p. 75,76).

A crítica da ideologia, diante desta noção, é a leitura sintomal: os interesses inconfessos do poder aparecem como sintoma – um sinal de que há algo além do evidente – e podem ser identificados a partir dos lapsos, confusões, lacunas e rupturas do discurso. Seria preciso, portanto, reconhecer a tensão encoberta, mas sempre presente, entre o conteúdo enunciado e suas verdadeiras diretrizes condutoras.

Hoje, a análise do discurso propõe uma inversão nesta relação: “o que a tradição do Esclarecimento descarta como uma mera perturbação da comunicação "normal" converte-se

na condição positiva desta comunicação” (ZIZEK, 2013, p. 16). Isto porque a análise do discurso considera que os dispositivos discursivos que estruturam a comunicação simbólica são necessariamente distorcidos em alguma medida e/ou guardam relação com o poder, vez que não há possibilidade de acesso à realidade sem tais mediações. Interpretar os lapsos discursivos como sintoma de uma intenção escamoteada, e assim identificar a falsidade que o discurso ideológico que impor, não é possível nestes termos, pois qualquer discurso, mesmo este interpretativo e com intuito esclarecedor, será também ideológico. Zizek explica a visão da análise do discurso através de Ducrot:

A idéia básica de Ducrot é que não se pode traçar uma clara linha demarcatória entre os níveis descritivos e argumentativos da linguagem: não existe conteúdo descritivo neutro; toda descrição (designação) já é um momento de algum esquema argumentativo; os próprios predicados descritivos são, em última instância, gestos argumentativos reificados-naturalizados. Esse impulso argumentativo assenta-se nos *topoi*, nos "lugares-comuns", que operam apenas enquanto naturalizados, apenas enquanto os empregamos de maneira automática, "inconsciente" — uma argumentação bem-sucedida pressupõe a invisibilidade dos mecanismos que regulam sua eficiência (2013, p. 16,17).

Esta explicação está plenamente de acordo com os processos de construção social da realidade, descritos no início deste capítulo. Através destes “lugares-comuns”, o conhecimento é transmitido, as instituições legitimadas e as condutas controladas; para usar palavras citadas, a argumentação pode ser considerada bem-sucedida.

Zizek (2013) menciona, em seguida, Michel Pêcheux. Este último autor afirma que uma das formas de atuação da ideologia é fazer existir uma “evidência” de Sentido. Os mecanismos discursivos propõem algo que pode ser expresso com as frases: "Olhe, você pode ver por si mesmo como são as coisas!" ou "Deixe os fatos falarem por si". Ora, os fatos não podem, simplesmente, ser tomados por “evidência”, afinal jamais “falamos por si”; sempre são compreendidos no âmbito de um discurso – vale lembrar a constatação de Ducrot: “toda descrição (designação) já é um momento de algum esquema argumentativo”. Esta falsa “evidência” remete a questão do ponto de vista. O sujeito imerso num universo simbólico será conduzido a *ver* isso ou aquilo, a reconhecer ou não como “evidência” dotada de Sentido este ou aquele fenômeno social. Tudo o que percebe como falta ou excesso decorre da organização do espaço simbólico no qual se move. Perceber como excesso o número de pessoas pobres no aeroporto – fazendo parecer uma rodoviária – é fruto de um discurso, de uma organização simbólica, pois. Como diz Drummond,

A porta da verdade estava aberta,  
mas só deixava passar

meia pessoa de cada vez

Assim, não era possível atingir toda a verdade,  
 porque a meia pessoa que entrava  
 só trazia o perfil de meia verdade.  
 E sua segunda metade  
 voltava igualmente com meio perfil.  
 E os meios perfis não coincidiam.

Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.  
 Chegaram a um lugar luminoso  
 onde a verdade esplendia seus fogos.  
 Era dividida em duas metades,  
 diferentes uma da outra.

Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.  
 Nenhuma das sua era perfeitamente bela  
 E carecia optar. Cada um optou conforme  
 seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

O filósofo esloveno menciona, ainda, Ernesto Laclau que, ao abordar de maneira inovadora o fascismo e o populismo, concluiu que “o sentido não é inerente aos elementos de uma ideologia como tal — antes, esses elementos funcionam como "significantes soltos", cujo sentido é fixado por seu modo de articulação hegemônica” (ZIZEK, 2013, p.18). Isto significa dizer que os significantes existem “soltos” – como ecologia, economia, política, conservadora, estatal, e tantos outros substantivos e adjetivos – e são unidos, consubstanciando um discurso, de diversas formas. A forma hegemônica é um modo de articulação discursiva – ou de organização do espaço simbólico. Os significantes articulados não possuem significados em si mesmos, nem tampouco significados primários ou secundários, ou seja, não há um significante principal em redor do qual gravitam os demais inscritos, não há relação suplementar; antes, definem-se mutuamente. Assim, por exemplo, a expressão “Estado neoliberal” define o significante *Estado* e o significante *neoliberal* no momento da articulação.

2. Ideologia *Para-si*. Neste segundo momento, verifica-se a externalização da ideologia. A elaboração que melhor define este movimento é a de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), proposta por Louis Althusser (1985). Os AIE “apontam a **existência material** da ideologia nas práticas, rituais e instituições ideológicas” (ZIZEK, 2013, p.18, grifo nosso), de tal sorte que seguir o ritual estabelecido cria a base ideológica. Os rituais religiosos, por exemplo, não são apenas o aspecto visível da crença íntima e personalíssima dos fiéis praticantes; são mecanismos que produzem a própria crença. Note-se que os Aparelhos Ideológicos são do Estado, o que implica “a presença maciça do Estado, a relação

transfereencial do indivíduo com o poder do Estado, ou — nos termos de Althusser — com o grande Outro ideológico em quem se origina a interpelação” (ZIZEK, 2013, p. 19).

3. Ideologia *Em-si/Para-si*. Nesta dimensão, a ideologia não é a doutrina que garante a coesão e reprodução social; transforma-se, segundo Zizek, “numa "família" wittgensteiniana de processos vagamente interligados e heterogêneos, cujo alcance é estritamente localizado” (2013, p.20). Já não é um mecanismo que cimenta a sociedade. De acordo com as críticas Tese da Ideologia Dominante (TID), ou a ideologia possui amplitude, e sua importância é diminuta; ou sua influência é crucial, mas exercida tão somente frente a pequenos grupos sociais. O que ocorre aqui, segundo o mesmo autor, é a “desintegração, autolimitação e autodispersão da noção de ideologia” (2013, p. 19). Parece simples, mas esta fluidez, esta indeterminação (para já nos aproximarmos da nomenclatura utilizada por Chico de Oliveira), é justamente a força da ideologia. E aqui, novamente, quando se pensa estar livre do jugo da ideologia, retorna-se a ela.

Neste terceiro campo de atuação da ideologia, não se pode identificá-la com teses e convicções que fornecem as explicações verdadeiras sobre os fenômenos humanos, físicos e sociais. De modo similar, aqui a ideologia também não é dotada de materialidade, como são as instituições e procedimentos que lhe expressam. Neste campo, a ideologia aparece como uma “rede elusiva de pressupostos e atitudes implícitos, quase "espontâneos", que formam um momento irreduzível da reprodução de práticas "não ideológicas" (econômicas, legais, políticas, sexuais etc.)” (ZIZEK, 2013, p 19, 20). Tais práticas parecem inocentes, revestidas de uma suposta neutralidade – o discurso científico exerce papel preponderante nesta elaboração –, mas forjam a percepção da realidade e constroem demandas. Na articulação dialética do mercado com os meios de comunicação de massa, se conforma a nossa “sociedade do espetáculo” (Guy Debord), quando a realidade e a realidade “esteticizada” não se distinguem uma da outra.

Envoltos em ideologia, é pertinente questionar com Zizek: “Apontará nosso resultado final para a impossibilidade intrínseca de isolar uma realidade cuja coerência não seja mantida por mecanismos ideológicos, uma realidade que não se desintegre no momento em que dela retiramos seu componente ideológico?” (2013, p. 22). Por parecer impossível – ou por ser ideológica a tentativa de – delinear os limites entre ideologia e realidade efetiva, a resposta pós-moderna diz que a postura não ideológica requer a negação da existência de uma realidade extra-ideológica. Aceita-se o fato de que a não há “realidade”; o que existe são as ficções simbólicas com os seus discursos. Seria uma solução, se a ideologia não aparecesse



justamente aí, onde pretendia ocultar-se. Negar a possibilidade de enxergar os processos ideológicos em funcionamento é a própria ideologia em plena atuação. No entanto, reconhecer a presença da ideologia nesta postura não resolve o problema. A esse respeito, Zizek tece a seguinte consideração:

Tudo depende de persistirmos nesta posição impossível: embora nenhuma linha demarcatória clara separe a ideologia e a realidade, embora a ideologia já esteja em ação em tudo o que vivenciamos como "realidade", devemos, ainda assim, sustentar a tensão que mantém viva a *crítica* da ideologia. Talvez, seguindo Kant, possamos chamar esse impasse de "antinomia da razão crítico-ideológica": a ideologia não é tudo; é possível assumir um lugar que nos permita manter distância em relação a ela, *mas esse lugar de onde se pode denunciar a ideologia tem que permanecer vazio, não pode ser ocupado por nenhuma realidade positivamente determinada*; no momento em que cedemos a essa tentação, voltamos à ideologia (p. 22, 23).

A partir de todos os processos ideológicos mencionados, é factível, didaticamente, diferenciar a ideologia “espontânea”, experimentada na realidade da vida cotidiana, e a ideologia imposta, não espontânea, portanto. A ideologia “espontânea” pode ser identificada e superada, a princípio, com um esforço de questionamento e reflexão. A ideologia imposta, por seu turno, é elaborada para, como mencionado anteriormente, disfarçar relações de dominação existentes e possui como centro primeiro o Estado. Ora, sabe-se que esta separação não acontece nitidamente, porque a imposição ideológica – vinda do Estado, do mercado, ou de qualquer outra fonte – está presente na conformação da experiência cotidiana, isto é, norteia aquilo que deve ser apreendido como realidade. É a arte da sutileza, de se fazer presente de forma subliminar.

No âmbito da oposição ontológica entre realidade e ilusão, Zizek apresenta um novo elemento: o termo “espectro”, empregado antes por Derrida em livro sobre Marx. O filósofo esloveno sugere, então, que neste conceito repousa o cerne pré-ideológico da ideologia, sua “matriz formal em que são enxertadas as várias formações ideológicas” (2013, p. 26). E o que é o espectro? É o suplemento necessário que permite a existência da realidade. Outra pergunta se impões, logicamente: “Mas, por que não existe realidade sem o espectro?” (ZIZEK, 2013, p.26). Vejamos. A realidade não é a coisa em si; é uma construção social fundada em um arcabouço simbólico e acessível via mecanismos da mesma natureza. O processo de simbolização, por sua vez, nunca é perfeito, total; deixa sempre um resto de real. Quando pronuncio árvore, não *está ali* a árvore real plantada no jardim; o significante é um símbolo que media, descreve, se refere à árvore real, graças aos deslocamentos permitidos pela linguagem. Ao dizer árvore, ainda que me refira à árvore plantada no jardim, algo do *real* da

árvore se perdeu: serão inúmeras palavras para descrevê-la, mas *não será ela* de fato, concretamente. Sendo deste modo, “*Esse real (a parte da realidade que permanece não simbolizada) retorna sob a forma de aparições espectrais*” (ZIZEK, 2013, p.26).

Espectro não é o mesmo que ficção simbólica. Antes, o espectro é justamente o *quantum* de real impossível de ser abarcado pelo universo simbólico; são noções incompatíveis e, forçosamente, co-dependentes (ZIZEK, 2013). Então, sendo a realidade apreendida e vivenciada necessariamente por meio de processos de simbolização, e sendo tais processos também necessariamente incompletos frente ao real, surgem desta lacuna entre a realidade e o real as aparições espectrais. Estas aparições preenchem o buraco do real, tamponam a falta, dão conta do resto não simbolizado. Este é o “cerne” pré-ideológico da ideologia. Explica Zizek:

É isso que todas as tentativas de traçar uma clara linha separatória entre a "verdadeira" realidade e a ilusão (ou de fundamentar a ilusão na realidade) deixam de levar em conta: para que emerja (o que vivenciamos como) a "realidade", algo tem que ser foracluído dela — em outras palavras, a "realidade", tal como a verdade, nunca é, por definição, "toda". *O que o espectro oculta não é a realidade, mas seu "recalcamento primário", o X irrepresentável em cujo "recalcamento" fundamenta-se a própria realidade* (2013, p.26).

Para este autor, o resto de real não simbolizado na sociedade capitalista, aquilo que é irrepresentável, é o conceito marxista de luta de classes. Um antagonismo que não existe na “realidade”, mas surge como aparição espectral, impedindo que a sociedade forme uma totalidade fechada (ZIZEK, 2013), ao mesmo tempo em que permite o surgimento da tal “realidade”. A luta de classes determina, ainda, que a lógica de todos os processos sociais está implicada em sua dinâmica. Dito com as palavras de Zizek, “a própria "paz", a ausência de luta, já é uma forma de luta, é a vitória (temporal) de um dos lados na luta” (2013, p.28).

Utilizando-se da luta de classes como antagonismo, Zizek propõe uma reflexão sobre o contraste entre este e a polaridade complementar dos opostos. Afirma o autor que “talvez a redução do antagonismo à polaridade seja uma das operações ideológicas elementares” (2013, p.29). A operação ideológica funciona da seguinte forma: o antagonismo (de classes, social) é reduzido ao reconhecimento da coexistência de duas entidades opostas. Assim, os termos antagônicos, como masculino e feminino, burguesia e proletariado, são tidos como pólos que coexistem num espaço neutro. Entretanto, não há este ambiente neutro compartilhado onde um dia, quem sabe, os pólos opostos poderiam, mediante concessões mútuas ou alcance da razão iluminada, alcançar o apaziguamento. Há somente um único discurso, com suas

clivagens: é neste terreno que as forças sociais antagônicas disputam a hegemonia. Deste modo, não há complementaridade possível entre opostos, como entre capital e trabalho, masculino e feminino, etc. O antagonismo, portanto, é o real.

Diante de tantas sutilezas evidentes (contradição apropriada para os mecanismos ideológicos), ao observar a realidade é preciso saber que nos

[...] deparamos com o limite intrínseco da realidade social, com aquilo que tem que ser foracuído para que emerja o campo coeso da realidade, justamente sob a forma da problemática da ideologia, de uma "superestrutura", de algo que parece ser um mero epifenômeno, um reflexo especular da "verdadeira" vida social. Estamos lidando, aqui, com a topologia paradoxal em que a superfície (a "mera ideologia") está diretamente vinculada com — ocupa o lugar de, representa — aquilo que é "mais profundo que a própria profundidade", mais real que a própria realidade (ZIZEK, 2013, p.35, 36).

### 3.3 SUJEITO

O sujeito não deve ser concebido a partir de uma matriz de pensamento transcendente, seja de orientação cosmológica – com posições e papéis sociais naturalmente pré-definidos –, seja a partir de uma Razão promotora de imperativos categóricos (moral) e hipotéticos (política/direito). De modo semelhante à disjuntiva entre sociedade e História – para recordar: a História não possui um fim em si mesma e, portanto, a sociedade não caminha junta em alguma direção (PONDE, 2014) –, o sujeito também não possui finalidade inata. Contra os postulados, uma ontologia do sujeito baseada na imanência, nas diferenças, nas condições reais de elaboração; um sujeito circunstancial, forjado na cultura.

O ser humano é produto e produtor da sociedade. Está dinâmica se dá no universo simbólico – cultural –, o que significa dizer que o ser humano necessariamente está imerso e submetido à linguagem. Ele precisa construir um sistema psíquico para sobreviver fisicamente. Desta forma, mesmo o que seria o mais elementar ato reflexo, que guiado pelo instinto pretende a manutenção da vida, é mediatizado pelos pensamentos, pelas palavras. No ser humano, não é possível falar de um instinto biológico puro que transmita a ideia de um saber inerente a respeito de como o indivíduo deve sobreviver; o conhecimento básico sobre a sobrevivência também é socialmente construído; a cultura oferece instrumentos para esta

construção. O ser humano, portanto, não possui um saber *a priori*; eles – o ser humano e o saber – são formados imersos na linguagem, sempre equivocada porque falha, nunca total.

O elemento caracterizador essencial do ser humano, não sendo o instinto, é, pois, a pulsão (ou instinto pulsional). A pulsão é um fenômeno psíquico que tem que dar conta de um corpo; é uma força constante, ininterrupta, que exige satisfação. Dirige-se ao outro, indispensável para a sobrevivência do corpo, e não à natureza. O processo civilizatório pode ser descrito como o esforço empreendido para tentar dominar as pulsões.

No início da vida, a busca de satisfação segue ao lado da necessidade. O que satisfaz é também o necessário para a manutenção da vida. Então, ao satisfazer sua necessidade corporal, o ser humano experimenta uma vivência de apaziguamento de caráter mítico, compreendendo o mito como algo capaz de apreender o real, de dizer sobre o indizível. É como se, por um breve instante, pudesse alcançar a plenitude, efêmera e fugidia em essência, para logo em seguida ser novamente lançado ao movimento incessante das pulsões. É neste momento que são estabelecidas as condições que delineiam o que Lacan chama de objeto *a* ou objeto perdido. O objeto *a* não é uma coisa, como sugere o senso comum; muito além, é uma relação através da qual a pulsão atinge, ainda que apenas momentaneamente, sua finalidade precípua de satisfação.

Este primeiro objeto de satisfação é vinculado à necessidade e, por ser dirigido ao outro, já está submetido à mediação da linguagem. Estar submetido à linguagem, como discutido acima, implica em uma perda decorrente da simbolização. O real é todo, o simbólico é incompleto, falho. Acontece que nem só de necessidade vive o ser humano e, por esta razão, o objeto que faz frente à necessidade torna-se monótono e não mais satisfaz. A satisfação una, mítica, se perde. É a passagem do real para o simbólico. Vislumbra-se, assim, o delineamento do desejo. Então, haja vista a constância da força pulsional, que não dorme nunca e quer se realizar, o desejo se distancia gradativamente dos objetos comuns da necessidade e busca por outros, os mais diversos e variáveis, numa tentativa constante e interminável de alcançar seu apaziguamento.

O objeto perdido nunca será reencontrado, pois foi construído miticamente; não se sabe ao certo sobre detalhes da sua existência. Dito de modo distinto, o real da satisfação plena não pode ser simbolizado e, por isso, o objeto desta satisfação é foracluído; na linguagem estão as ruínas do objeto. Ele *falta*. O desejo surge justamente desta falta, como resultado do movimento pulsional que não encontra sua satisfação plena – nunca encontrará... –, porém encontra meios para sua satisfação parcial. Por conseguinte, o desejo é sempre

insatisfeito, posto que visa preencher uma falta estrutural, e pode ser ilustrado como o intervalo entre a satisfação pulsional exigida e aquela outra, parcial, efetivamente alcançada.

Diante do exposto, percebe-se que o estrutural no mal-estar é esta perda que todo ser falante sofre para entrar na cultura. A perda é para todos, mas se inscreve de modo particular para cada um; a cultura acolhe a diversidade. Os objetos oferecidos para tamponar a falta não trazem satisfação e por isso o mal-estar continua. Para consentir com a substituição e vislumbrar o semblante da satisfação plena, é preciso consentir que não é o mesmo objeto; é preciso consentir com a perda e, em conseqüência, com o sem sentido originário de toda busca pulsional incessante e mesmo dramática. A civilização, por seu turno, busca domar as pulsões e uniformizar as particularidades. A demanda de uniformização é, no capitalismo, fomentada pela hegemonia da lógica de mercado.

Esta dificuldade em assumir a falta e o sem sentido aproxima-se da elaboração do filósofo brasileiro Luiz Felipe Pondé sobre os ressentidos. Ele define:

Ressentidos são pessoas que passam a vida buscando não sentir o que a vida é: falta de sentido, indiferença, incerteza, sofrimento ou o que os psicanalistas chamam de “falta”. Claro, não só, mas apenas quando temos clareza desse lado obscuro do mundo é que podemos vislumbrar alguma beleza (2014, p. 39).

O ressentimento deita suas raízes no terror diante do abandono, da “indiferença no universo vazio” (PONDÉ, 2014, p. 43). E, como a tarefa desse encontro com o real do sem sentido é tortuosa e torturante, o esforço tentando com ânsia é para de manter-se na superfície, protegido, sem pensar. A busca por objetos parciais de satisfação na versão pós-moderna do consumo desenfreado, por exemplo, é a busca pelo preenchimento da falta, do vazio que estrutura o sujeito e provoca o ressentimento. Sendo estruturante a causa, não existe cura para o ressentimento, do mesmo modo que não há cura para uma verdade. Pode-se, tão somente, enfrentá-lo ou evitá-lo; para Pondé, “a covardia contemporânea é o nosso modo específico de evitar essa verdade íntima” (2014, p.44).

Como drama ontológico, porque fruto de condições imutáveis, o ressentimento também pode ser definido como “nossa fúria para com a mortalidade que nos define e torna quase todas as nossas qualidades irrelevantes” (PONDÉ, 2014, p.56). Para aliviar a dor desta verdade, a civilização contemporânea volta-se para si, numa postura narcísica que não revela desmedido amor próprio; antes, reflete a incapacidade de criar vínculos. Para tanto, contribui o mundo contemporâneo, onde a sociabilidade se estreita, onde o outro é deve ser temido ou conquistado. A vaidade é um ato de isolamento e de fuga do ressentimento; de covardia.

Com a construção social da realidade, considerando a atuação da ideologia e tendo em vista os desafios ontológicos do sujeito, se observa a constituição do ser social imerso no arcabouço simbólico. O ser social deve ser compreendido como um “complexo de complexos”, terminologia definida por Nicolai Hartmann e utilizada por Lukács (2012). Ele é resultante de uma complexa e dinâmica interação entre diversas categorias – “formas e determinações da existência” –, perfazendo *um*, dialeticamente articulado, frente a tantas outras totalidades múltiplas e parciais. Nas palavras de Zizek,

O foco da psicanálise é outro: o Social, o campo das práticas sociais e de crenças socialmente alimentadas, não está apenas em nível diferente da experiência individual, mas é algo com o qual o indivíduo propriamente dito tem de se relacionar, que o indivíduo propriamente dito tem de experimentar como uma ordem minimamente “reificada”, externalizada. O problema, portanto, não é “como pular do nível individual para o social”; o problema é: como a ordem sociossimbólica externa-impessoal de práticas institucionalizadas e crenças deveria se estruturar quando o sujeito tem de manter sua “sanidade”, seu funcionamento “normal”? [...]. Em outras palavras, a lacuna entre o indivíduo e a dimensão social “impessoal” tem de se reinscrever no próprio indivíduo: essa ordem “objetiva” da Substância social só existe na medida em que os indivíduos a tratam como tal, relacionam-se com ela como tal. (2008, p. 17).

Sobre o ser social, conformado numa ordem sociossimbólica capitalista, uma questão importante explicitada por Polanyi (2012) refere-se à motivação do ser humano para agir. Segundo o autor, a ficção mercantil impôs uma prática utilitarista para justificar o fazer humano, resumida em dois principais estímulos: a fome, de um lado, e os ganhos, do outro. Para voltar a Weber, as ações teriam apenas dois sentidos fundamentais. Assim, o trabalhador vendia a sua força de trabalho no mercado para garantir alimento e os empresários agiam para auferir lucros. Esta prática calcada na utilidade, como ensina o autor, “deturpou fatalmente a compreensão que o homem ocidental tinha de si mesmo e de sua sociedade” (2012, p.54).

Em se tratando da sociedade, Polanyi informa que a seguinte compreensão foi adotada: “suas instituições eram “determinadas” pelo sistema econômico” (2012, p.55). O determinismo econômico surge, assim, como lei de alcance pleno, que submete toda a sociedade humana. O autor afirma que, de fato, esta lei é determinante numa economia de mercado, definindo as classes sociais e exercendo influência importante frente a diversas outras instituições, como o “Estado e o governo, o casamento e a criação dos filhos, a organização da ciência e da educação, a religião e as artes, a escolha da profissão, os tipos de habitação, as formas dos aglomerados humanos e a própria estética da vida privada” (2012,

p.55 e 56). Como não existe ação humana “no vácuo (até os santos precisam de um pilar)” (2012, p.56), Polanyi explica que “os efeitos indiretos do sistema de mercado acabaram por determinar o conjunto da sociedade”, reforçando a conclusão equivocada de que a sociedade é o seu sistema econômico (2012, p.56). Esta “ficção mercantil”, elaborada em torno dos interesses norteadores da ação humana e da conformação social, lança a base para a Substância social contemporânea.

Na Era do Ressentimento, de Pondé, ou da Indeterminação, de Chico de Oliveira, tem-se um paradoxo: o mundo simbólico é construído por uma força que pretende a dessimbolização. Esta análise é exposta exemplarmente por Dany-Robert Dufour, em sua obra *A Arte de Reduzir as Cabeças* (2005), que aqui se toma por base. O autor reconhece que o ser humano está submetido a dominações de duas ordens distintas. A primeira justifica-se pelo fato, explicitado no início deste subitem, de que o homem não possui instintos e, por isso, precisa do outro para satisfazer suas necessidades e garantir sua sobrevivência. Desta maneira, o ser humano é submetido à linguagem desde o seu nascimento; esta dominação exercida pelo mundo simbólico possui, como resta evidente, caráter ontológico – diz respeito e estrutura o *ser* do sujeito – e é incontornável. Não há para onde, não há como fugir (a não ser que se perca a humanidade e caia-se na barbárie). Este estado do sujeito perante a linguagem pode ser denominado de “servidão simbólica” (DUFOUR, 2005). A segunda dominação é um fato sociopolítico e seus mecanismos foram descritos no subitem Ideologia.

É importante não confundir as duas dominações embora, como já se tenha dito em relação à ideologia “espontânea” da vida cotidiana e a ideologia imposta, elas atuam conjuntamente. Ainda assim, a dominação ontológica guarda uma particularidade importantíssima: todo ser humano é submetido à linguagem e, por esta razão, adquire um direito inalienável à palavra; uma espécie de fresta de liberdade – melhor seria de possibilidade criativa – sob a servidão necessária. A dominação sociopolítica não será capaz de se sobrepor completamente à dominação ontológica, pois “jamais algo pode deter a busca de sentido” (DUFOUR, 2005, p.195). Como não se confundem as duas dominações, de igual modo os atos que pretendem a dessimbolização não se confundem com atos de resistência à dominação sociossimbólica.

Aqui cabe uma aproximação: estão na mesma esfera a servidão simbólica, a ideologia “espontânea” da vida cotidiana e o controle primário concernente à simples criação de uma instituição. De forma correlata, estão juntas a dominação sociopolítica, a ideologia imposta e os mecanismos de controle secundário que visam defender instituições. Esta separação é

interessante para que se possa articular os conteúdos tratados, atentando para as especificidades de cada um, e para que se perceba adiante o movimento pela dessimbolização perpetrado pelo neoliberalismo.

Os sistemas de dominação anteriores fundavam-se no controle institucional; reforçavam a dominação sociopolítica, conformando sujeitos submissos. A postura de dominação institucional harmoniza-se com o capitalismo produtivo e com a ideologia em seus momentos *Em-sie Para-si*, como doutrina legitimadora e como Aparelhos Ideológicos do Estado. O neoliberalismo, por sua vez, age objetivando o contrário: a desinstitucionalização. Tal novidade é explicada por Dufour:

O novo capitalismo estava descobrindo e impondo uma maneira muito menos constrangedora e menos onerosa de garantir a sua sorte: não mais continuar a reforçar a dominação segunda que produzia sujeitos submissos, mas quebrar as instituições e assim acabar com o tomar o encargo da dominação primeira de maneira a obter indivíduos dóceis, precários, instáveis, abertos a todos os modos e todas as variações do mercado (2005, p.197).

A estratégia de desinstitucionalização corresponde à financeirização do capitalismo e à ideologia *Em-si-e-Para-si*, quando significa a reprodução de pressupostos e atitudes dispersas, “não ideológicas”. Nos dias atuais, em consequência, a ordem única e exclusiva é as trocas de mercadorias sejam realizadas, pura e simplesmente. Nenhuma consideração estranha a este processo, ou seja, nenhuma apreciação valorativa, cultural ou moral, deve interpor-se na relação de consumo. Qualquer instituição – recordando: tipificação recíproca de ações com os seus respectivos atores – que traga referências limitantes à circulação de mercadorias não é bem vinda. Num primeiro olhar, é possível perceber neste discurso pela destruição dos interditos um tom libertário; tudo deve ser possível, aceito, compreendido em respeito à autonomia de cada um. Contudo – olha a ideologia aí – embora o conteúdo possa ser verdadeiro – é legítimo que todo ser humano tenha sua autonomia e liberdade respeitadas –, no presente contexto este discurso funciona para encobrir a verdade (é a forma de sua ficção): o que se pretende é a autonomia da mercadoria, para que circule livre e desimpedida, e a liberdade do consumidor, não do sujeito.

Abrir mão das instituições produz a dessimbolização. Uma coisa está concatenada com a outra. Se a linguagem simbólica permite a criação, manutenção e, para as gerações futuras, a internalização das instituições, ao serem estas vítimas de um processo de destruição ou, pelo menos, esvaziamento, como um refluxo, o espaço simbólico sofrerá perdas de sentido. Dufour afirma que “o limite absoluto da dessimbolização é quando mais nada vem assegurar e



assumir o encaminhamento dos sujeitos para a função simbólica encarregada da relação e da busca de sentido” (2005, p.198). Este ponto é inalcançável, porque, como se disse, a servidão simbólica tem natureza ontológica: não é possível vida humana sem submissão à linguagem. Ainda que livres da total dessimbolização, a humanidade sofre com as perdas de sentido parciais, que “jogam contra” a discursividade e abrem espaço para as relações de força.

Ficou claro que a dessimbolização decorre do pragmatismo contemporâneo e tem por intuito retirar o fardo simbólico que pesa sobre as trocas de mercadorias. Então, pode-se dizer que a “dessimbolização indica um processo que visa desembaraçar a troca concreta do que a excede ao mesmo tempo que a institui: seu fundamento” (DUFOUR, 2005, p.199,200). Senão, vejamos. As trocas observam regras que não existem em si mesmas, mas foram socialmente elaboradas com base em certos valores. Tanto as regras quanto os valores, por óbvio, decorrem de um espaço simbólico estruturado, isto é, de uma cultura. Importante frisar que numa cultura podem existir valores diferentes, conflitantes e mesmo antagônicos. Ora, o neoliberalismo, com a sua empreitada de dessimbolização, quer justamente liberar as trocas materiais de todo peso histórico dos valores, como também as trocas subjetivas, transformando-as em mercadorias e/ou serviços. O que não possui valor mercadológico, não possui valor. A cultura que possibilitou as trocas e engendrou o sistema capitalista já não serve, tornou-se obsoleta e pesada. A esse respeito, conclui Dufour: “o que o novo capitalismo visa hoje é o núcleo primeiro da humanidade: a dependência simbólica do homem” (2005, p.198).

A partir de outro ponto de vista, ainda com Dufour (2005), questiona-se: não poderia este processo de dessimbolização anunciar uma espécie de libertação? O desmantelamento do grande Sujeito provoca alterações psíquicas e cívicas; no entanto, as tragédias patrocinadas pelos grandes Sujeitos da modernidade (religião, raça, nação, partido...) foram aterradoras o suficiente para que seja encarado com alívio “a perda final de todo grande *espantelho*, paramentado de sentido último” (DUFOUR, 2005, p.189). De tal sorte que a dessimbolização ocasiona

um abrir de olhos doloroso, mas salvador do sujeito, passando subitamente da modernidade para a pós-modernidade. [...] Certo, não temos mais leis externas para nos guiar (e nos assujeitar), mas essa seria a ocasião única para encontrar suas próprias leis internas. Estaríamos, pois, diante de uma chance histórica de acesso à autonomia (DUFOUR, 2005, p.189).

E novamente a ideologia *Em-si-e-Para-si...* Adverte-nos Dufour (2005) que se este fosse o caminho verdadeiro, seria necessário que se pudesse apreender esta chance e,

concomitantemente, adotar as providências para sua realização. A oportunidade *da e para a* autonomia exige reflexão e esforço, a “direção da consciência” para o alcance de um propósito, e não o abandono na cultura, com a formação de sujeitos precários. O que se percebe hoje não é a preparação para autonomia; a compreensão disseminada é que a “liberdade decorre automaticamente da queda dos ídolos” (DUFOUR, 2005, p.190).

Como síntese, Dufour (2005) apresenta a questão em outros termos: a dessimbolização significa um niilismo filosófico lúcido (o grande meio-dia nietzscheano) ou o “niilismo cansado” (hora crepuscular)? São conceitos opostos, irreconciliáveis. Eis a diferença:

O niilismo lúcido parte da ideia de que os antigos fundamentos metafísicos dos valores nunca foram mais que ficções construídas em torno do nada. Ele geralmente engaja um exercício eminentemente exigente e frequentemente salutar: como recomeçar a pensar a partir de nada? O outro niilismo, o “niilismo cansado”, para retomar a própria expressão de Nietzsche, reenvia a um momento incerto onde todos os valores são cinzentos (DUFOUR, 2005, p.190,191).

Na atualidade não nos parece que os sujeitos estejam empenhados em dissecar os valores metafísicos a ponto de se chegar ao nada para, a partir de então, recomeçar a pensar. A “direção da consciência” não demonstra está voltada para a conquista e consolidação da autonomia. Os valores tornam-se cinzentos não porque são tecidas dúvidas em torno deles ou porque estão sendo “investigados”, e sim porque são recusados socialmente. Neste “niilismo cansado”, do mesmo modo que na sociedade narcísica dos ressentidos da qual nos falou Pondé e no caso dos objetos parciais de satisfação buscados pelo sujeito descrito na psicanálise, é dado “um lugar central a “tudo o que alivia, cura, tranquiliza, entorpece, sob vestimentas diversas” – a mercadoria ocupando hoje essa posição chave” (DUFOUR, 2005, p.191). A mercadoria é o que tenta tamponar a falta, garantir a impossível satisfação, fugir do encontro com o real do sem sentido; preenche com objetos o nada ontológico. O resultado, necessariamente, leva à frustração e, pior, atenta contra a humanidade.

Conclui-se a caracterização do arcabouço simbólico contemporâneo – ressentido e indeterminado – com a ressalva de Nietzsche: “se não fizermos da morte de Deus uma grande renúncia e uma perpétua vitória sobre nós mesmos, teremos que pagar por essa perda” (apud DUFOUR, 2005, p. 191).

### 3.4 SOBRE A RELAÇÃO SOCIEDADE E ESTADO

A relação que intitula este subitem foi claramente descrita por Marx (2003) quando, após exaustiva pesquisa, concluiu que o Estado e as demais relações jurídicas não podem ser explicados a partir de si, nem tampouco via evolução geral do espírito humano. De outro modo, estes fenômenos sociais estão inseridos “nas condições materiais de existência de que Hegel [...] compreende o conjunto pela designação de ‘sociedade civil’” (MARX, 2003, p. 4). Em seguida, Marx afirma que a “a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política” (2003, p.4,5), afinal

na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relação de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. [...] O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o ser social que, inversamente, determina a sua consciência (2003, p.5).

Ao propor que as estruturas sociais inscrevem-se nas condições materiais da existência e que estas últimas conformam o ser social, Marx elabora um modo de pensar e entender o mundo que: a) percebe o caráter dinâmico das influências recíprocas entre estas esferas; b) pode ser utilizado para a compreensão de diversas sociedades, onde diferem as forças produtivas materiais. Argumenta-se com Lukács, ao comentar a novidade do pensamento de Marx, que esta postura deve ser entendida como

uma estrutura de caráter completamente novo: uma cientificidade que, no processo de generalização, nunca abandona esse nível (existência em-si) e que, não obstante, em cada singular adequação aos fatos, em cada reprodução ideal de um nexos concreto, examina continuamente a totalidade do ser social e desse modo sopesa continuamente a realidade e o significado de cada fenômeno singular; uma consideração ontológico-filosófica da realidade existente em si que não vaga sobre os fenômenos hipostasiando as abstrações, mas, ao contrário, se põe, criticamente e autocriticamente, no mais elevado nível de consciência, só para poder tomar cada existente na plena forma de ser que lhe é própria, que é específica propriamente deste (2010, p.21).

Seguindo mais adiante na marcha histórica, ainda no âmbito das relações entre a sociedade, o Estado e os modos de produção, contribuição relevante nos é ofertada por Gramsci (apud COUTINHO, 1981), que *atualiza* Marx. Este elegeu a economia como ponto de partida para sua construção teórica; o autor sardo traz como esfera fundamental de análise a política. Em sentido amplo, Gramsci identifica a política com liberdade, com

universalidade, com toda forma de *práxis* que supera a mera recepção passiva ou a manipulação de dados imediatos e se orienta conscientemente para a totalidade das relações subjetivas e objetivas; é, pois, um processo em desenvolvimento vinculado necessariamente a uma realidade concreta.

Para Gramsci, como nos informa Coutinho:

Se ao processo de socialização da produção econômica corresponde um tendencial “reco das barreiras naturais”, um maior âmbito de jogo em face da coerção das leis naturais, a correspondente socialização da política implica o que poderíamos chamar de “reco (tendencial) das barreiras econômicas”, com a consequente ampliação da autonomia e do poder determinante da esfera política sobre o conjunto da vida social. Quanto mais se ampliar a socialização da política, quanto mais a sociedade civil for rica e articulada, tanto mais os processos sociais serão determinados pela teleologia (pela vontade coletiva organizada) e tanto menos se imporá a causalidade automática e espontânea da economia (1981, p. 76).

Assim, ao relacionar a infraestrutura econômica com a superestrutura, “Gramsci “descobre” uma lei que Lukács formularia sistematicamente anos depois: a “prioridade ontológica” de uma esfera em relação à outra [...] não implica absolutamente a ideia de uma hierarquia lógica ou causal eterna e fixa entre as esferas em questão” (COUTINHO, 1981, p. 77). O modo de articulação entre as duas esferas, o maior ou menor poder de determinação em sua ação recíproca, dependem, portanto, do tipo específico de Formação Social.

Importante aprofundar os conceitos gramscianos, sobretudo porque relacionam de forma intrínseca as dimensões delineadas, constituindo-se assim em instrumentos privilegiados de análise. É preciso reconhecer, como já assinalado, a importância da política e o papel preponderante que para o autor sardo é exercido pela vontade e pela ação na transformação da realidade, contrariando o determinismo vulgar e fatalista preponderante em sua época e, em outra direção, mas com as mesmas consequências, ainda mais visível na contemporaneidade.

Ao invés de, como os clássicos, identificar o Estado (sua gênese, função e estrutura) com o conjunto de aparelhos repressivos, o autor italiano dialoga com a realidade do seu tempo, quando os processos de socialização da política são intensificados e, por conseguinte, uma maior complexidade se apresenta. É a partir desse novo olhar que Gramsci nos apresenta, na Teoria Ampliada do Estado, o conceito de “sociedade civil”, e os sujeitos coletivos de massa, como a esfera de mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito, o que significa o reconhecimento de novas determinações para o agir estatal. A “sociedade civil” e os “aparelhos privados de hegemonia” (escolas, Igrejas, sindicatos, etc.)

são, portanto, organismos de participação política voluntários, que não se caracterizam pelo uso da repressão. A hegemonia é dotada, pois, de uma base material própria, um espaço autônomo e específico de atuação. Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado, os portadores materiais da sociedade civil são os “aparelhos privados de hegemonia”. Este fato novo – a nova determinação do Estado – não nega ou elimina as determinações registradas pelos clássicos, mas representa um enriquecimento da teoria marxista.

Com a descoberta dos “aparelhos privados de hegemonia”, a teoria ampliada do Estado em Gramsci distingue duas esferas essenciais no interior das superestruturas: sociedade política (ditadura ou aparelho coercitivo) e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social exercida através de organizações privadas). Ambas, em conjunto, formam o Estado: ditadura + hegemonia. Em outro contexto, Gramsci define o Estado também como sociedade política + sociedade civil (hegemonia revestida de coerção). Como explica Coutinho:

Nesse sentido, ambas servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Mas o *modo* de encaminhar essa promoção varia nos dois casos: no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a *direção política* e o *consenso*. Por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma *ditadura*, ou, mais precisamente, uma *dominação* mediante *coerção* (1981, p. 82).

Ao momento sintético que unifica a hegemonia e a dominação, o consenso e a coerção, a direção e a ditadura, Gramsci denomina *supremacia*. Sendo deste modo, a autonomia relativa das esferas superestruturais, ou da predominância de uma ou de outra, dependem do grau de socialização da política alcançado pela sociedade e da correlação de forças entre as classes sociais que disputam a supremacia.

Com a descrição da sociedade civil, uma questão fundamental é a compreensão gramsciana de que a luta pela hegemonia não está circunscrita a interesses econômicos e/ou políticos. Ele dispõe que “as estruturas e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, ou seja, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção”, no entanto um novo bloco histórico não é cimentado apenas pela convergência de interesses econômicos ou mesmo políticos, mas por afinidades, de natureza cultural. Assim, a batalha das ideias – o diálogo e o confronto cultural – assume uma importância decisiva na luta pela hegemonia.

Para o futuro, Gramsci admite o fim do Estado como o desaparecimento progressivo dos mecanismos de coerção, ou seja, “a reabsorção da sociedade política na sociedade civil”. As funções sociais da dominação e da coerção – à medida que se avança na construção econômica do socialismo – devem ceder progressivamente espaço à hegemonia e ao consenso: “O elemento Estado-coerção poder ser imaginado como capaz de se ir exaurindo à medida que se afirmam elementos cada vez mais numerosos de sociedade regulada (ou de Estado ético ou sociedade civil)”.

Em se tratando da sociedade civil, segundo Oliveira, no Brasil, ela é reduzida aos atores privados: designa “um lugar do não conflito, um lugar da concertação – que ele é, certamente – em que os interesses não aparecem” (2001, p. 22). Este autor destaca a falsidade conceitual desta visão, bem como sua falsidade no real concreto, pois, retomando Gramsci, a sociedade civil é mais que o conjunto de atores privados, “é o lugar do conflito pela hegemonia” (2001, p. 22), onde de conforma a ideologia. Não cabe, por conseguinte, uma visão reducionista ou apaziguadora.

### 3.5 SOCIEDADE BRASILEIRA

Diante de todo o exposto, para uma análise mais consistente e aplicada à realidade brasileira, parte-se do modelo proposto por Bordieu, atentando para a sua observação inicial:

De fato, todo o meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como “caso particular do possível”, conforme a expressão de Gaston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis (2011, p.15).

A primeira noção relevante que deve ser considerada na tarefa de pesquisa, a fim de perceber os traços marcantes da sociedade brasileira como uma das dimensões essenciais do problema formulado, é a de *espaço*, como

conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua *exterioridade mútua* e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e *entre* (BORDIEU, 2011, p.18,19).

Tal espaço social é organizado a partir do que este autor caracteriza como *princípios de diferenciação*: o capital econômico e o capital social. Assim, conforme disponham de

capital social e/ou econômico e de acordo com a proporção que cada uma destas espécies de capital contribui para o capital total, os agentes individuais ou coletivos tem a sua posição social definida. Estas *posições sociais* (conceito relacional), por sua vez, estruturam e são estruturadas por *disposições* – que o autor também denomina de *habitus* – e *tomadas de posição*, “as “escolhas” que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática” (BORDIEU, 2011, p.18). Desta forma, as regiões sociais agrupam agentes próximos tanto no que diz respeito às suas condições materiais de vida, como também no que tange aos seus costumes, preferências de consumo, opiniões políticas, etc.

A atuação destes diversos grupos promove um sem número de possibilidades relacionais. No entanto, a força para fazer prevalecer – e conservar – perante toda sociedade alguns dos componentes do *habitus* e/ou opiniões está vinculada a posição social do(s) agente(s). Esta disputa sem fim termina por implicar na construção de um arcabouço simbólico que fundamenta as formações sociais, políticas e econômicas, e que sofre influências recíprocas destas mesmas formações. Aqui, as correntes ideológicas atuam no mais das vezes de forma subliminar, usando seus diversos disfarces.

Neste ponto, outra contribuição fundamental trazida por Bourdieu (2011) aborda e propõe o desenvolvimento de um tipo próprio e, mesmo, novo de conhecimento sobre a organização interna do campo simbólico e sua importância como catalisador e mediador da dinâmica social. Segundo o sociólogo francês, a função do campo simbólico compartilhado por uma sociedade reside exatamente no ordenamento da realidade coletiva através de discursos, mensagens e representações. São os mediadores simbólicos socioculturais que definem a estrutura real das relações sociais bem como suas relações de poder. Inclusive, a nossa relação com a memória, elemento decisivo e indispensável para construção da identidade comum e de um componente estruturante da cidadania: a legitimidade histórica. Para Bourdieu, portanto, a organização de uma realidade plural e diversa, e consequente consolidação de um consenso histórico a seu respeito, passa pela elaboração de discursos e redes de significação variadas. Termina por se constituir como uma função do Estado democrático de direito promover a circulação de bens simbólicos, ação necessária para que uma única cultura dominante, numa dada formação social, não promova de modo unilateral uma prática político-ideológica de legitimar e sancionar um determinado regime de dominação.

Repousa a construção do campo simbólico numa premissa expressa por Boaventura de Sousa Santos: “o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal” (2007, p. 71).

Uma linha, um abismo, que separa dois lados. O lado conhecido, ocidental, que contém o que há de relevante, e o outro lado da linha, inexistente. Aqui, “inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível” (SANTOS, B. 2007, p. 71), escapando mesmo da possibilidade de ser considerado como “outro” sob a perspectiva da inclusão. Uma divisão entre o que é admitido como realidade, simbolizado, e aquilo que não é, que de tão estranho e “primitivo” está fora do circunscrito na humanidade.

Boaventura Santos explica que a modernidade ocidental oscila entre a regulação e a emancipação sociais. No entanto, há uma distinção anterior a esta, que a fundamenta: “a distinção entre as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais” (2007, p. 72). Nos territórios coloniais, o outro lado da linha, a tensão se dá entre a apropriação e a violência; entre os cidadãos da metrópole, há tensão entre a regulação e a emancipação. De um lado, dominar e usurpar através do uso força; do outro, disciplinar as condutas e garantir liberdades substantivas. É a barbárie da acumulação primitiva versus o Estado de direito. As linhas abissais permanecem, mas não necessariamente nos mesmos lugares, pois sofreram deslocamentos históricos. Assim, atualmente há linhas abissais no interior das sociedades contemporâneas, não importa que historicamente tenham figurado como colônias ou metrópoles. Observa-se ainda, nos tempos presentes, o fortalecimento e a ampliação da lógica da apropriação/violência frente à lógica da regulação/emancipação. O capitalismo neoliberal, o sujeito ressentido e desbussolado, os processos de desinstitucionalização e dessimbolização, longe de conduzirem a História à evolução, fomentam comportamentos e padrões de convivência regidos pela apropriação/violência. É a hora crepuscular.

Com o intuito de “desenvolver uma epistemologias das regiões periféricas e semiperiféricas do sistema-mundo” (2007, p. 78), Boaventura Santos descreve um movimento que denomina “regresso do colonial e do colonizador” e um contra movimento designado como “cosmopolitismo subalterno”. Sobre o regresso do colonial, afirma tratar-se de “um novo colonial abissal” (2007, p. 78), que ultrapassa as antigas demarcações e ingressa nas sociedades metropolitanas, contra a vontade do colonizador. Por conseguinte, “o abissal metropolitano se vê confinado a um espaço cada vez mais limitado e reage remarcando a linha abissal” (SANTOS, B., 2007, p. 78). As divisões nítidas tiveram fim e a “linha tem de ser desenhada a uma distância curta o bastante para garantir a segurança” (2007, p.78). Dito de outro modo, a “apropriação/violência” está cada vez mais perto da “regulação/emancipação”, exercendo sobre esta pressão contínua.



Do outro lado deste movimento está o “regresso do colonizador”, que restaura mecanismos de governo colonial, desta vez também nas sociedades metropolitanas. Boaventura Santos destaca uma espécie de governo indireto como sua manifestação mais significativa, que ocorre quando o Estado privatiza os serviços públicos, restando nas mãos de entes não estatais “o controle sobre a vida e o bem-estar devastas populações” (2007, p. 80). Em lugar da antiga obrigação política assumida pelo Estado para com os cidadãos, predominante neste lado da linha, tem-se agora “obrigações contratuais privadas e despolitizadas” (SANTOS, B., 2007, p. 80), com a fragilização da parte mais fraca, de forma semelhante ao que acontecia com os governos fundados na “apropriação/violência”, historicamente típicos no outro lado da linha.

Neste contexto, Boaventura Santos apresenta um importante conceito: o fascismo social. Deve ser compreendido como “um regime social de relações de poder extremamente desiguais, que concedem à parte mais forte poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca” (2007, p. 80). O *fascismo social*, como o estado de natureza revertido de nova forma, existe “à sombra do contrato social sob duas formas: pós-contratualismo e pré-contratualismo” (SANTOS, B., 2007, p. 81). O primeiro ocorre quando são excluídos do contrato social grupos e interesses, sem que subsista a possibilidade de retorno. Assim, contingentes populacionais expressivos tornam-se descartáveis. Já o pré-contratualismo impede “o acesso à cidadania a grupos sociais que tinham a expectativa fundamentada de nela ingressar” (SANTOS, B., 2007, p. 81), como os jovens, por exemplo. Importante salientar que o fascismo social convive com a democracia política liberal, vez que banalizada. Boaventura Santos conclui: “creio que talvez estejamos entrando num período em que as sociedades são politicamente democráticas e socialmente fascistas” (2007, p. 81).

Realizando uma aproximação que pretende compreender a formação do campo simbólico brasileiro, é preciso recorrer a Darcy Ribeiro (2012), cuja elaboração converge com os princípios gerais acima mencionados. Ribeiro reconhece o bem sucedido processo de homogeneização cultural na América Latina a partir da expansão ibérica e afirma que procedimentos despóticos ético-sociais, que regiam “a vida social em cada detalhe” (2010, p. 38), foram utilizados para garantir o sucesso do empreendimento metropolitano. Num primeiro momento, as classes dominantes locais como “estrato gerencial que custodiava e legitimava a colonização” (RIBEIRO, 2012, p. 39); após a independência, estas classes dominantes, defensoras de interesses exógenos, continuaram “regendo suas nações como cônsules de outras metrópoles” (RIBEIRO, 2012, p. 39), apoiadas em uma ordem

socioeconômica e política baseada no “latifúndio e no entreguismo” (RIBEIRO, 2012, p. 39). Este contexto revela a lógica do *transoceanismo*, de que fala Paulo Prado, caracterizada pelo desamor pelo Brasil do europeu: “o desejo de ganhar fortuna o mais depressa possível para desfrutar no além-mar” (2012, p.62). Esta é a marca definidora da relação que estrangeiros e brasileiros desenvolveram com o país: uso irresponsável. O povo, por sua vez, é percebido como mera força de trabalho, nunca como cidadãos, como sujeitos. São submetidos – povo e território – ao binômio apropriação/violência.

Formou-se no Brasil, uma civilização predatória,

cicatrizada por mais de três séculos de escravismo e de exploração extensiva de recursos naturais, com fronteiras em expansão itinerante, uso destrutivo de solo, tradições, etc. acúmulo de massas marginalizadas e destituídas, e pressões desarticuladoras ao longo do largo e diferenciado território (BRANDÃO, 2013, p. 23).

Ainda em atenção à relação histórica entre a sociedade brasileira e sua economia, entende-se como fundamental observar as discussões sobre o subdesenvolvimento e a conformação do “ornitorrinco”. Como explica Oliveira:

O subdesenvolvimento poderia se inscrever como um caso da “revolução passiva”, que é a opção interpretativa de Carlos Nelson Coutinho e Luis Jorge Werneck Vianna, mas de qualquer modo faltam-lhes, para se igualar à teorização do subdesenvolvimento, as específicas condições latino-americanas, vale dizer, o estatuto de ex-colônias, que lhe dá especificidade política, e o estatuto rebaixado da questão da força de trabalho, escravismo e *encomiendas*, que lhe confere especificidade social (2003, p.127).

No caminho desta análise, face à contribuição de diversos autores, principalmente dos estruturalistas latino-americanos, Furtado explica que “o subdesenvolvimento passou a ser visto como uma confrontação estrutural e não como uma fase evolutiva” (2013, p. 228). A partir de uma abordagem interdisciplinar, o desenvolvimento, foi definido “como correspondendo a um tipo de sociedade em cuja reprodução desempenham papel fundamental relações externas de dependência que se introjetam na estrutura social” (FURTADO, 2013, p. 229). Esta dependência se faz evidente na estrutura social como um ideal adotado pelos grupos detentores do excedente que promulgam como desenvolvimento o “processo mimético de padrões culturais importados” (FURTADO, 1974, p.90).

Não é surpresa, portanto, que no Brasil os mediadores simbólicos socioculturais obedeçam a uma lógica dominante subordinada a padrões internacionais, como adverte Furtado:

Hoje vivemos uma fase que não é apenas de contestação, mas também de desilusão e ansiedade [...]. Já a ninguém escapa que nossa industrialização tardia foi conduzida no quadro de um desenvolvimento imitativo que reforçou tendências atávicas de nossa sociedade ao elitismo e à opressão social. Formas mais sutis e insidiosas de dependência, infiltradas nos circuitos financeiros e tecnológicos, vieram a substituir a tutela antes exercida pelos mercados externos na regulação de nossas atividades produtivas. O processo de acumulação foi posto a serviço da modernização desbrida do estilo de vida dos estamentos sociais de rendas médias e altas, desatendendo-se a satisfação das necessidades mais elementares da massa da população (2012, p. 30).

Neste contexto, mister se faz observar o que Wanderley Guilherme dos Santos define como cultura cívica, ou seja, “o sistema de crenças, compartilhado pela população, quanto aos poderes públicos, quanto à própria sociedade em que vive, e quanto ao catálogo de direitos e deveres que cada um acredita ser o seu” (1993, p. 105). Assim, as expectativas que os indivíduos depositam no governo, em seus concidadãos e em si mesmos podem conduzir as políticas públicas – independentemente de sua qualidade técnica – ao sucesso ou ao fracasso, pois conformam uma “teia de expectativas que se frustram ou se reforçam reciprocamente como em um jogo de espelhos” (SANTOS, W., 1993, p. 106). Importante salientar que tal sistema é mais ou menos compartilhado numa sociedade a depender, conforme nomenclatura de Bordieu mencionada acima, das *posições sociais*.

O ritmo de mudança de uma sociedade é ordinariamente lento, o que cria uma sensação de segurança e previsibilidade diante do “mundo social” (SANTOS, W., 1993, p. 107). Quando ocorrem transformações sociais que impõem um ritmo acelerado às mudanças – como é o caso do Brasil recente –, a estabilidade cede lugar às incertezas, gerando insegurança acerca do que esperar para o dia seguinte. Constitui-se, deste modo, um ambiente onde a relação entre *contribuição* do indivíduo e *retribuição* da sociedade não está definida, o que promove “a erosão das normas de convivência social, a tendência ao isolacionismo e ao retorno ao estado de natureza, e a anomia” (SANTOS, W. 1993, p. 108); o que o autor chama de *hobbesianismo social*.

Sendo assim, os interesses privados se sobrepõem à arena pública, posto que os indivíduos não estão seguros para confiar nas normas de convivência diante da imprevisibilidade, e mesmo hostilidade, do mundo social. Conforme Wanderley Santos, “a sociedade retorna ao estado da natureza hobbesiano, no qual inexistem normas gerais universalmente aceitas” (1993, p. 109), de tal sorte que

tendem a prevalecer os códigos privados de comportamento, compartilhados apenas por pequenos segmentos da sociedade maior. [...] O universo social

espatifa-se em micro-agrupamentos que passam a definir para si próprios o que é certo e o que é errado, o justo e o injusto. Constituindo-se de maneira estanque, não há entre as minissociedades uma linguagem, um direito comum. Todas tem seu “código de honra”, cada uma inteiramente alheia aos códigos das demais (SANTOS, W. 1993, p. 109).

Para compreensão deste fenômeno, fundamental registrar a conclusão de Ianni (1994): “[o] Brasil não é propriamente uma nação”, mas configura-se, desde o Império e ao longo da República, como “uma vasta desarticulação” (IANNI, 1994, 177-178 apud PINHO et al, 2009, p. 1363). O povo brasileiro não se conformou a partir de elementos identitários. Primeiro, um ajuntamento de pessoas submetidas à violência do colonizador; em seguida, como lumpen, constituído por “populações que foram ficando abandonadas no curso do processo histórico, descartadas, sobretudo, em função de mudanças econômicas” (MARTINS, 2011, p. 37).

Podemos considerar que o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, publicado pela primeira vez em 1936, sinaliza a trilha da compreensão do ser social brasileiro. A colonização portuguesa acabará por definir o traço vigente do nosso personalismo, visto que o valor do homem decorre “da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste” (HOLANDA, 1995, p. 32).

Segundo Antonio Cândido, em texto que apresenta a obra citada, daí “provêm a frouxidão das instituições e a falta de coesão social” (1995, p. 13), bem como a percepção de Holanda com respeito ao *homem cordial* – formado nos quadros da estrutura familiar – que não acha “agradáveis relações impessoais, características do Estado, procurando reduzi-las ao padrão pessoal e afetivo”, que opta constantemente por relações de simpatia. Assim, o *homem cordial*, “não pressupõe bondade, mas somente o predomínio dos comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras nem profundas, que se opõem aos ritualismos da polidez” (1995, p. 17). Sendo uma sociabilidade apenas aparente, tal característica obstaculiza a “estruturação de uma ordem coletiva”, tendo por consequência o individualismo, que “se manifesta como relutância em face da lei que o contrarie” (1995, p. 17).

Holanda considera que, até a Independência, nossa base personalista caracterizou “o peculiar da vida brasileira” com “uma acentuação singularmente energética do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras” (1995, p. 61). Esta base moldou a sociedade brasileira. Formula ainda a interessante categoria do *desleixo*, o deixar estar, que se

sobrepunha à “ambição de arquitetar o futuro, de sujeitar o processo histórico a lei rígidas, ditadas por motivos superiores às contingências humanas” (HOLANDA, 1995, p. 117).

Manuel Bandeira fala-nos do gosto pelo improviso:

É uma tecla muito batida pelos que procuram estudar o caráter dos brasileiros, o gosto que estes revelam pela improvisação em todos os ramos da atividade. A cada passo, se verifica o pendor deles para as tarefas improvisadas, de que não raro se saem com brilho e galhardia. Isso de se preparar longa e pacientemente para resolver os problemas próprios a uma certa especialidade, não vai muito com eles. Improvisam-se os nossos sociólogos, improvisam-se os nossos estadistas, improvisam-se os nossos lingüistas. Agora mesmo estamos vendo como improvisam-se os nossos comunistas. (2009, p.16)

Outro aspecto característico de nossa formação e comportamento refere-se à “repulsa firme a todas as modalidades de racionalização e, por conseguinte, de despersonalização” (HOLANDA, 1995, p. 133). Como consequência, é admissível como perfeitamente normal a aquisição de vantagens por intermédio da camaradagem e a não compreensão “que uma pessoa, por exercer determinada função pública, deixe de prestar a amigos e parentes favores dependentes de tal função” (HOLANDA, 1995, p. 134). Tal conjunto de elementos, segundo Holanda, retardaria o florescimento de uma mentalidade burguesa, capitalista, havendo certa incapacidade de “fazer prevalecer qualquer forma impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal, como o são as que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade” (1995, p. 137).

O autor observa o cotidiano dos brasileiros: “Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. [...] A polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade [...] implica em uma presença contínua e soberana do indivíduo” (1995, p.147). A polidez, portanto, separa a vida particular do sujeito da vida compartilhada no espaço social. Na realidade brasileira, ao contrário, a vida particular se impõem, com suas relações, à vida social.

Cabe destacar que Holanda reconhece que constituições e leis foram feitas na América do Sul para não serem cumpridas, ou para serem violadas, a favor de indivíduos e oligarquias. “Na primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva revela-se nitidamente o predomínio do elemento emotivo sobre o racional” (1995, p. 182). Para o autor,

na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com

familiaridade os governantes. **A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido.** É curioso notar-se que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo: foram de inspiração intelectual, se assim se pode se dizer, tanto quanto sentimental (HOLANDA, 1995, p. 160; grifo nosso).

Outra da característica da sociedade brasileira, motivadora deste trabalho, é a cidadania usufruída precariamente pela população. A privação dos direitos civis, sociais e políticos, numa sociedade capitalista marcada por acentuada desigualdade, está intimamente vinculada à ocorrência da pobreza. Neste caso, a riqueza produzida socialmente mantém-se em poder de uma parcela mínima da população, que financia seu acesso a educação, saúde, etc, elementos que reforçam sua condição social. Por seu turno, a gestão das relações sociais, coordenadas pelo Estado, revela-se incapaz de alterar este traço concentrador em direção ao bem-estar coletivo, ao tempo em que não fornece serviços públicos de qualidade; a justiça social permanece como meta irrealizável. O aspecto mais grave é que

A pobreza atual resulta da convergência de causas que se dão em diversos níveis, existindo como vasos comunicantes e como algo racional, um resultado necessário do presente processo, um fenômeno inevitável, considerado até mesmo um fato natural. Alcançamos, assim, uma espécie de naturalização da pobreza, que seria politicamente produzida pelos atores globais com a colaboração consciente dos governos nacionais [...]. (SANTOS, M., 2002, p. 72)

No contexto desta pesquisa, a pobreza deve ser compreendida não somente como baixo nível de renda, e sim “como privação de capacidades básicas” (SEN, 2000, p. 109) que uma pessoa possui, sendo *capacidades* definidas como as “liberdades substantivas para levar o tipo de vida que tem razão para valorizar” (SEN, 2000, p. 109). Daí porque os direitos civis, políticos e sociais são os componentes fundamentais da questão, apontando para um horizonte ampliado das necessidades individuais e coletivas. Ainda de acordo com Sen, são três os argumentos que justificam a abordagem da pobreza como privação de capacidades:

- 1) A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são *intrinsecamente* importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas *instrumentalmente*).
- 2) Existem *outras* influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).
- 3) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é *variável* entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional. (2000, p. 109, 110).

Milton Santos afirma que “a cidadania plena é um dique contra o capital pleno” (2002, p. 64). Oliveira, no mesmo sentido, diz que a tarefa da esquerda no mundo é a de “domar as forças arbitrarias do capital” (02/07/2012, Roda Viva). Também o movimento verde no mundo aponta os limites do capitalismo considerando o forte impacto da sua lógica de produção e consumo na ecologia do planeta. Diante do pensamento contra-hegemônico, as alternativas ao capitalismo deverão ser consideradas, pois são conquistas significativas em prol de uma cidadania plena.

## 4 ESTADO

O Estado é um produto cultural resultante das disputas entre os fatores reais de poder, o que explica a grande diversidade de teorias sobre sua origem e finalidade. A Administração Política estabelece o Estado como ator relevante na cena social e econômica, atribuindo-lhe a condição de gestor, dada sua incumbência de conceber e escolher as formas de gestão mais adequadas no processo de execução do projeto de nação que leve ao desenvolvimento, e de executor, pois é um empreendedor relevante nos marcos do processo de reprodução capitalista e tem “capacidade de gerenciar os dois componentes da demanda: o consumo e o investimento” (SANTOS, R., 2009, p.58). Ainda na perspectiva da Administração Política, as ações do Estado têm três aspectos essenciais: o sociológico (mediar conflitos), o político (poder para arbitrar os espaços de atuação entre os capitais – porte; rivalidades) e econômico (capacidade alocativa dos recursos visando à expansão) (SANTOS, R., 2009, p. 59).

No entanto, no âmbito deste trabalho, mais importante que defini-lo é abordá-lo sob a perspectiva tridimensional proposta. Neste sentido, explicação relevante nos é trazida por Bobbio sobre o desenrolar histórico da relação entre Estado e Sociedade:

Com a emancipação da sociedade civil-burguesa, no sentido marxiano, ou da sociedade industrial, no sentido saint-simoniano, do Estado, inverte-se a relação entre instituições políticas e sociedade. Pouco a pouco a sociedade nas suas várias articulações torna-se o todo, do qual o Estado, considerado restritivamente como o aparato coativo com o qual um setor da sociedade exerce o poder sobre o outro, é degradado à parte (1987, p. 61)

Pode-se, diante das transformações decorrentes da tensão dinâmica entre as esferas mencionadas, com Gramsci, como mencionado em item anterior, considerar o Estado em sentido amplo – composto pela sociedade política, que detém o monopólio legal da repressão e da violência, e pela sociedade civil, constituída pelas organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias – como tributário de novas determinações.

### 4.1 O ESTADO ATRAVESSOU O OCEANO

No Brasil, a conformação desta base material de mediação ocorre de maneira tortuosa. Historicamente o nosso Estado não foi organizado através da emancipação burguesa seguida



aliança contratual firmada entre o poder central e a chamada sociedade civil, sendo cada uma dessas esferas dotada de certa autonomia e possibilidade de controle do poder uma da outra. Aqui devemos adotar uma linha interpretativa menos funcional e mais estruturalista, reconhecendo o Estado como uma instituição dotada de características e movimentos próprios, herdeiro da constituição patrimonialista. Isto significa que o poder central é forte e não representa necessariamente grupos ou setores organizados da sociedade; ao contrário, seu poder se exerce a partir de negociações permanente sobre os benefícios e privilégios que controla. A sociedade civil, por seu turno, é fraca e desarticulada.

Em 1927, a partir de sua ligeira pretensão de “apenas esboçar uma visão panorâmica do povoamento e evolução da terra brasileira” (2012, p.35), Prado admite que o Brasil “foi descoberto ao acaso, e ao acaso o deixaram durante longos anos” (2012, p.65); foi a cobiça, a força da ambição pelo ouro, pelas especiarias e pelas riquezas minerais e vegetais que impulsionou o dinamismo da exploração do território nacional. O autor, como vimos, adota o *transoceanismo* de Cipriano de Abreu – “o desejo de ganhar fortuna o mais depressa possível para desfrutar no além-mar” (PRADO, 2012, p. 62) –, que pode ser reconhecido como a elaboração conceitual da primeira manifestação daquela que seria a marca fundante da formação social brasileira: a exploração a serviço de interesses particulares. A formação social brasileira não se realizou de forma planejada; foi fruto da invasão e da apropriação continuada – se importaram “menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão” (HOLANDA, 1995, p. 95). No entanto, Prado destaca a importância das características da administração pública metropolitana sobre a formação social brasileira:

O atraso, os próprios vícios e defeitos da burocracia central portuguesa foram os fatores preponderantes nesse processo de unificação [...]. A tradição histórica forjara, durante séculos, um formidável instrumento de influência e governo na organização centralizadora da Metrópole [...] Em todos os ramos da atividade social da Colônia, se sentia a ação contínua e minuciosa da pesada máquina administrativa de Lisboa (2012, p.134,135).

Sobre a herança portuguesa, Lamounier (2014), ao comentar a obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, lembra que o agrarismo português é caracterizado pela predominância do indivíduo e do círculo familiar. Cita Holanda:

Em realidade, não é pela maior temperança no gosto das riquezas que se separam espanhóis ou portugueses de outros povos, entre os quais viria a florescer essa criação tipicamente burguesa que é a chamada mentalidade capitalista. Não é sequer por sua menor parvificência, pecado que os moralistas medievais apresentavam como uma das modalidades mais

funestas da avareza. O que principalmente os distingue é, isto sim, certa incapacidade, que se diria congênita, de fazer prevalecer qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal, como os são as que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade (apud LAMOUNIER, 2014, p. 212).

Tais características foram reproduzidas no processo de colonização, pela conformação de sua base material e cultural. Sob a óptica material, através da adoção de certos instrumentos de organização da produção, como as sesmarias, engenhos e latifúndios, o agrarismo lusitano foi reforçado. A escravidão, pilar da produção agrícola, ao tempo em que distinguia o empreendimento colonial com traços mercantis, cuja produção destinava-se ao exterior, “garantia a perpetuação da velha aversão pelo trabalho manual e até pelo trabalho regular, de modo geral” (LAMOUNIER, 2014, p.213). Como consequência direta, nas comunidades isoladas e dispersas, as relações fundadas “no parentesco, na vizinhança e na amizade” foram cristalizadas. O campo dominava a cidade, que era vista tão somente como palco para os festejos religiosos. Novamente, mister se faz afirmar que este processo de socialização e internalização de instituições não foi planejado; a tendência ao imprevisto, segundo Manuel bandeira, e ao *desleixo*, no termo de Sérgio Buarque de Holanda, faz-se presente na conformação do Brasil colônia. A colonização por estas bandas não aspirava à construção do que quer que fosse, era movida pelo “enriquecimento aventureiro e predatório” (LAMOUNIER, 2014, p.214).

A reprodução dos padrões de sociabilidade da metrópole portuguesa, com centro no indivíduo e nas relações familiares, consubstanciou-se, na colônia, numa dificuldade relevante para se construir a ordem pública. No modelo de estruturação social introjetado no Brasil, o círculo familiar se expande e abarca as demais relações sociais, submetendo-as, o que inviabiliza – ou contribui sobremaneira para inviabilizar – o surgimento de uma esfera impessoal que transcenda os laços de dependência, fidelidade e dívida parental. Fica, assim, caracterizado o surgimento do Estado brasileiro, como extensão do “recinto doméstico”. Nem será preciso explicitar o patrimonialismo.

Como a motivação desta pesquisa nasce do reconhecimento da precariedade da cidadania usufruída pela massa da população brasileira, e diante desta narrativa sobre a origem do Estado, cabe refletir com Holanda, comentado por Lamounier:

Sinteticamente, o argumento de Sérgio Buarque de Holanda é que não pode haver democracia e cidadania onde não existe um verdadeiro Estado. No modelo político republicano-liberal, tomado em abstrato, Estado, democracia e cidadania devem interpenetrar-se e se reforçar mutuamente, catalisados

pela efetiva vigência da lei e por outras normas impessoais de conduta. Onde não existe um Estado verdadeiramente legal e impessoal, não pode haver democracia em cidadania. Mas como poderá tal Estado surgir num país com características opostas, no qual o poder público não consegue se desprender realmente do poder privado, e cuja cultura traz ainda bem nítidas as imagens do indivíduo e da família, com a peculiar dilatação que lhes imprimiu o agrarismo português? (2014, p.209).

A nossa formação social, portanto, individualista e familiar, carente da “moral do trabalho” (HOLANDA, 1995), dificultou o surgimento da ordem pública necessária à democracia e à cidadania e contrapôs-se a capacidade de organização social. De acordo com Holanda, “o esforço humilde, anônimo e desinteressado é agente poderoso da solidariedade dos interesses” (1995, p.39); dito de outra forma, a moral do trabalho estimula a organização e a coesão social, através da associação mediada pela convergência de interesses. No caso dos portugueses e espanhóis, na ausência da moral do trabalho, a solidariedade

existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse – no recinto doméstico ou entre amigos. Círculos forçosamente restritos, particularistas e antes inimigos que favorecedores das associações estabelecidas sobre plano mais vasto, gremial ou nacional (1995, p.39)

As práticas associativas, seguindo a tendência de predomínio das relações de parentesco e de amizade, assumem o viés clientelista. A sociedade civil gramsciana surge fragilizada, sem condições de fazer frente ao Estado e aos interesses econômicos em geral. É o *homem cordial* em ação. Uma formação social onde tanto o Estado quanto a sociedade civil têm sua gênese nas relações afetivas familiares – o que Lamounier denomina de “indiferenciação da ordem “pública” e a atrofia da arte de associação” (2014, p.211), testemunha a sobreposição do privado sobre o público, do particular sobre o geral, dos interesses individuais sobre os coletivos.

#### 4.2 OS “GRILHÕES” MODERNOS

Diante desta matriz, podemos identificar alguns traços marcantes do Estado brasileiro, interpretados por alguns como “grilhões” que, a princípio, impedem o desenvolvimento do país. De início, Schwartzman aponta duas características predominantes:

Primeiro, um sistema burocrático e administrativo que denominamos, para seguir a tradição weberiana, de neopatrimonial, e que se caracteriza pela apropriação de funções, órgãos e rendas públicas por setores privados, que permanecem no entanto subordinados e dependentes do poder central,

formando aquilo que Raymundo Faoro chamou de “estamento burocrático” (1986, p. 3).

A segunda característica decorre da modernização e profissionalização do estamento burocrático, dando origem ao despotismo burocrático: “nossos governantes tendem a achar que tudo sabem, tudo podem, e não tem na realidade que dar muita atenção às formalidades da lei” (SCHWARTZMAN, 1986, p. 3). Eis, então, retratada formação neopatrimonial do Estado brasileiro:

não é simplesmente uma de sobrevivência de estruturas tradicionais em sociedades contemporâneas, mas uma forma bastante atual de dominação política por um “estrato social sem propriedades e que não tem honra social por mérito próprio, ou seja, pela burocracia e a chamada “classe política” (SCHWARTZMAN, 1986).

Importante destacar o tipo de racionalidade que prevalece nesta situação. Na perspectiva weberiana, apresentada por Schwartzman (1986), tem-se a racionalidade formal, que se refere à existência de normas explícitas – leis – que regulam o comportamento dos agentes públicos, normalmente resultante daquela evolução histórica que organiza o poder do Estado via contrato. A ela opõem-se duas outras: a discricionariedade pessoal, própria do patrimonialismo antigo; e a racionalidade substancial ou substantiva, típica das democracias plebiscitárias, que pretende alcançar um conjunto de objetivos, independentemente de regras ou regulamentos formais, invocando as chamadas “Razões de Estado”. Afirma Schwartzman que “a combinação entre governos centrais comandados por suas “Razões de Estado” e massas passivas, destituídas e mobilizáveis é a receita mais acabada para os regimes patrimoniais burocráticos modernos” (1986, p. 5).

Estas características trazem consigo outras três: o neocorporativismo, que pretende organizar os grupos de interesses em instituições controladas pelo Estado e tem como outra face a exclusão; o neomercantilismo, quando o Estado dirige empreendimentos econômicos os mais diversos; e o populismo, que é a outra cara do autoritarismo. Ainda sobre este último, conforme Schwartzman, “o que caracteriza o populismo é a tentativa de estabelecer uma relação direta entre a liderança política e a “massa”, o “povo”, sem a intermediação de grupos sociais organizados” (1986, p.3). Um modo de governar direcionado à base da população, mas que enfraquece as instituições democráticas e as articulações sociais – responsáveis que deveriam ser pelas transformações sociais estruturantes – vez que fortalecem a personalização messiânica de algum líder em particular. Desta forma, a população é seduzida, sem que melhorias substanciais de longo prazo sejam efetivamente implementadas.

Lamounier, por sua vez, apresenta o clientelismo. Na realidade brasileira contemporânea, segundo este autor, o clientelismo não deve ser encarado como uma espécie de sobrevivência, como “um “arcaísmo”, um conjunto de práticas que não mais se coaduna com a etapa evolutiva alcançada pela sociedade, mas que se sobrevive e se reproduz por força de alguma inércia cultural” (2014, p.222). Antes, o clientelismo, diante das mudanças sociais e econômicas, transformou-se; atualmente, opera junto aos inúmeros e vultosos processos de compra inaugurados pelo Estado. Distingue-se, assim, dois tipos de clientelismo:

Se o primeiro (“voto de cabresto”, nomeação de apadrinhados para o serviço público, utilização de máquinas municipais no interior das fazendas, empréstimos camaradas em bancos oficiais), tradicional, evoca o parentesco e a pequena comunidade, o segundo, eminentemente moderno, tem como horizonte o conjunto do espaço econômico. Se aquele é uma extensão natural de vínculos primários, este se baseia em cálculos racionais de ganho e de poder político. Se o clientelismo tradicional declina, e é cabível admitir que isso esteja de fato ocorrendo, o moderno demonstra notável vigor e parece aumentar exponencialmente (LAMOUNIER, 2014, p. 223,224).

O clientelismo moderno, portanto, nasce no processo decisório, onde haja espaço para algum grau de discricionariedade. Apesar de assemelhar-se ao tipo tradicional, pois implica na troca de favores, as diferenças são importantes. Vale mencionar a complexidade das operações e valores transacionados e, mais importante para a identificação do domínio da ideologia neoliberal, a “modernidade”. Lamounier define esta diferença nos seguintes termos:

Trata-se aqui de um “mercado” despojadamente utilitário, isento de qualquer viscosidade afetiva ou ligadas a marcas de honra ou de status, no sentido que estes termos possuíam no universo das famílias patricias. O fornecedor de apoios e serviços é aqui um peculiar “empresariado”, uma miríade de personagens cujas identidades ou origens sociais se tornaram rigorosamente irrelevantes (2014, p.225)

Schwartzman (1986) expressa que o Brasil possui uma longa tradição autoritária, não superada por rearranjos institucionais (que também podemos definir como rupturas inconclusas). Como explica o autor,

o termo autoritarismo é pouco mais do que uma expressão de conveniência que utilizamos para nos referir a uma história cheia de contradições e contra-exemplos, onde, no entanto, um certo padrão parece predominar: o de um Estado hipertrofiado, burocratizado e ineficiente, ligado simbioticamente a uma sociedade debilitada, dependente e alienada.

Afirma também que a sociedade não tem sido capaz de se opor e superar este traço marcante, pois confunde dois problemas de ordens diversas: I) Estado patrimonial (irracional, centralizador, autoritário) X Setores sociais autônomos (racionalismo privado); e II) Ideologia

liberal (não-intervencionismo, privatismo) X Planejamento governamental (intervenção na vida econômica e social do país). O autor conclui, com razão, que o Brasil precisa “completar simultaneamente as duas transições” (1986, p. 1). Ou seja, constituir uma administração mais ágil e eficiente, capaz de gerir as demandas sociais; e enfrentar o desafio do planejamento governamental, extremamente necessário numa sociedade desigual como a nossa, definindo valores sociais e nacionais acima dos interesses privatizados.

Refletindo com Martins,

É impossível entender o Brasil tradicional, o Brasil moderno e já nesta altura o Brasil pós-moderno, sem levar em conta esta tensa combinação de moderno e tradicional que freia o nosso desenvolvimento social e político e que se renova a cada momento. Somos, estruturalmente, uma *sociedade de história lenta*, um conjunto de relações socialmente arcaicas mediatizando, viabilizando e, ao mesmo tempo, tolhendo e limitando o desenvolvimento econômico, social e político (2011, p. 8).

Uma questão indispensável é a forma de organização da democracia, ainda que seja entre nós um “lamentável mal-entendido”. A institucionalidade da democracia no Brasil hoje deve ser pensada sob a perspectiva de *três dimensões*, sendo cada uma delas portadoras de “princípios, formas organizacionais e mecanismos operativos específicos” (GOMIDE; PIRES, 2014, p. 33) que se influenciam reciprocamente. O *sistema representativo* constitui a primeira dimensão. Neste âmbito, estão as instituições responsáveis pelas eleições, pelo estabelecimento de procedimentos que disciplinam a existência e funcionamento dos partidos políticos e a disputa entre grupos politicamente organizados. A segunda dimensão, por sua vez, diz respeito às instituições participativas, como, por exemplo, as como conferências, os conselhos gestores de políticas públicas. Por esta razão, denomina-se esta dimensão de *sistema participativo* que, como o nome informa, pretende garantir estruturalmente a participação dos cidadãos nos processos relacionados às políticas públicas. A terceira dimensão é o *sistema de controles da burocracia*, que corresponde aos mecanismos de *accountability*: o controle de procedimentos e da atuação dos agentes administrativos, o controle de resultados, o controle parlamentar e judicial e o controle social. Estes instrumentos pretendem prevenir a corrupção, garantir direitos e “contrapor-se ao insulamento e à prevalência da especialização e do discurso técnico típicos das burocracias modernas, por meio da ampliação do escrutínio destas por parte de atores da sociedade e do próprio Estado” (GOMIDE; PIRES, 2014, p. 33)

Assim, a realidade do ambiente institucional comprova a existência do que “Santos e Avritzer (2002) denominaram “demodiversidade”” (GOMIDE; PIRES, 2014, p. 35), ou seja,

os distintos formatos através dos quais opera da democracia brasileira. Longe de significar uma fragilidade, a multiplicidade nos modos de atuação enriquece as práticas democráticas e significa sua consolidação nos marcos das relações entre Estado e sociedade. Contudo, o sistema não é responsivo, e as razões não provêm da qualidade das instituições em funcionamento, e sim do perfil das relações políticas e eleitorais que se configuraram no país.

Estas descrições devem ser objeto das reflexões de Wanderley Guilherme dos Santos, que afirma o Brasil tratar-se de uma poliarquia, definida “por elevado grau de institucionalização da competição pelo poder (existência de regras claras, públicas e obedecidas) associado à extensa participação política, só limitada por razoável requisito de idade” (1993, p.80). Esta morfologia, “*excessivamente legisladorae regulatória*” (SANTOS,W.,1993, p.79), alia-se a “um hobbesianismo social pré-participatório e estatofóbico” (SANTOS,W., 1993,p.79), consubstanciando, de acordo com este autor, um híbrido institucional que é razão importante para a dificuldade de governar o país. Como resultante, uma poliarquia que corresponde “a pouco mais do que minúscula mancha na turbulenta superfície do país” (SANTOS,W., 1993, p.80). Conclui Wanderley Santos que “é este híbrido que faz com que o governo governe muito, mas no vazio – um vazio de controle democrático, um vazio de expectativas legítimas, um vazio de respeito cívico”(1993, p. 80).

Este híbrido institucional, haja vista a história recente, está sob a égide do pensamento neoliberal, entendido como

reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar.[...] Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 1995, p. 1).

A hegemonia alcançada por esta vertente ideológica alcançou não apenas os governos de direita, como também – e aqui reside uma surpresa ética – aqueles que se apresentavam como de esquerda. Analisando os resultados alcançados por este ideário, Anderson (1995) afirma que, em termos econômicos, o neoliberalismo não obteve êxito pois não houve a revitalização do capitalismo avançado; socialmente, foram significativos os objetivos alcançados – sociedades ainda mais desiguais – embora a presença do Estado ainda se faça sentir mais do que o modelo prescreve; por fim, política e ideologicamente, “o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, tem de adaptar-se a suas normas” (1995, p.12). Por esta

razão, “o cenário político segue sendo ditado pelos parâmetros do neoliberalismo, mesmo quando seu momento de atuação econômica parece amplamente estéril ou desastroso” (ANDERSON, 1995, p. 8). O império da “razão instrumental”, como se verá no subitem 5.1.

Portanto, de acordo com a concepção neoliberal, o Estado funciona de maneira equivocada, assumindo responsabilidades que não deveriam estar contidas em sua agenda e, desta forma, dá causa a períodos de instabilidade. Seguindo esta linha de raciocínio, para superar as tais crises seria fundamental enquadrar o Estado, reduzindo-o às suas funções de articulador e gerente das relações sociais de produção. Por conseguinte, a perspectiva neoliberal, enxergando o Estado como instaurador das crises, apresenta como solução, dentre outras, a redução dos gastos e dos serviços públicos ofertados, o que traz como consequência direta “o enfraquecimento das áreas de governo voltadas para a entrega de bens e serviços públicos à sociedade e o fortalecimento das áreas responsáveis pelo ajuste fiscal, desestatização, controle e criação de regras para travar o gasto público” (MELO *et alli*, 2012, p.10).

Para que a máquina pública passasse a funcionar obedecendo às diretrizes fundamentais do neoliberalismo, as reformas administrativas foram implementadas, sendo no Brasil conhecidas como gerencialismo. Neste contexto, é importante destacar a observação elaborada por Navarro *et alli*:

Cabe investigar com mais cuidado a contribuição efetiva do discurso do gerencialismo no aprimoramento da gestão pública. Ocorre que ele pode consumir a energia das instituições para a organização de meios em detrimento da emergência dos principais desafios do país, subtraindo dimensões fundamentais do planejamento, em especial a que possibilita explicar a realidade e fazer acontecer as escolhas para viabilizar a vontade do povo e objetivos da República. As inconsistências são ainda maiores quando se nota que o discurso da melhoria de gestão foi aplicado a partir da reorganização de processos e procedimentos com vistas à redução de custos, enxugamento administrativo e remodelagem organizacional, como se isto, associado à introdução de indicadores de qualquer natureza, fosse capaz de alçar o Estado a um patamar mais elevado de prestação de serviços públicos (2012,p.27).

É preciso mencionar, contudo, que diante dos dados concernentes às políticas públicas sociais, os gastos apropriados traçam uma curva ascendente no Brasil contemporâneo. O neoliberalismo não se fez sentir de forma tão radical como pretende o modelo teórico. As suas consequências são perceptíveis na priorização do capital financeiro, com o comprometimento do Orçamento da União para pagamento dos juros, e no planejamento estatal precário, pouco competente.



Neste contexto de reforma neoliberal, é importante conhecer a ação do Estado brasileiro, quando pautada primordialmente no planejamento – associado à busca de objetivos nacionais estratégicos (CARDOSO JR, 2014) – ou na gestão – aparato administrativo. O Brasil foi colonizado sem qualquer esforço de planejamento, como mencionado; um longo período norteado pela acumulação primitiva e suas redescrições. A partir de 1930, percebe-se com nitidez que o Estado se concentra na tarefa de desenvolver-se, o que à época significava promover a industrialização. Como país de capitalismo tardio, sem tecnologia e capital acumulado, a industrialização só se tornaria factível com a liderança decidida do Estado, de forma que, para alcançar a finalidade do desenvolvimento e a superação de atraso, a tarefa de planejar era essencial. Assim, motivado pela vontade política industrializante, o sistema de planejamento estrutura-se mais rapidamente que os aparelhos administrativos responsáveis pela gestão – “com destaque óbvio aos sistemas destinados à estruturação e ao gerenciamento da burocracia, bem como às funções de arrecadação, orçamentação, gestão da moeda, implementação, monitoramento, avaliação e controle das ações de governo” (CARDOSO JR, 2014, p.11). Como explica Cardoso Jr.:

Em outras palavras, a *primazia do planejamento frente à gestão*, ao longo praticamente de quase todo o século XX, decorreria, em síntese, do contexto histórico que obriga o Estado brasileiro a correr contra o tempo, superando etapas no longo e difícil processo de montagem das bases materiais e políticas necessárias à missão de transformação das estruturas locais, visando ao desenvolvimento nacional. Basicamente, fala-se, neste contexto, da montagem dos esquemas de financiamento e de apropriação tecnológica – isto é, suas bases materiais – e da difusão da ideologia do industrialismo e da obtenção de apoio ou adesão social ampla ao projeto desenvolvimentista – ou seja, suas bases políticas (2014, p. 11).

A gestão das atividades estatais, em que pese a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e as disposições contidas no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado pelo governo militar, e na Constituição Federal de 1988 (CF/88), permaneceu por longo período numa posição subalterna. Em 1990, com o domínio neoliberal e diante das recomendações do Consenso de Washington, as posições se invertem e a gestão ocupa o centro das preocupações a atividades estatais. Numa época de ideário neoliberal, de fato, o planejamento surge como uma incômoda e desnecessária intervenção.

Neste momento, cabe destacar alguns trechos e comentários presentes na relevante discussão colocada por Pinho (1998) sobre o aparelho executivo do Estado. Inicialmente, destaca este autor a opinião de Bresser Pereira (1997): o Estado mínimo, de acordo com o

ideário neoliberal, é irrealista, dado que os “cidadãos continuam a exigir mais do Estado” e que as políticas públicas desempenham um papel tão grande no capitalismo contemporâneo que o mercado não tem condições de substituí-lo. Nesse sentido, sendo a ação governamental tão vital, observam-se, desde o Decreto Lei 200/1967, tentativas de reformulação da máquina administrativa buscando torná-la ainda mais promotora do desenvolvimento capitalista e provedora das demandas da sociedade.

De acordo com Pinho, para Nogueira (1996), o Estado seria conduzido por um conjunto administrativo que expressava uma *macrocefálica bifrontalidade*: uma racional-legal e outra patrimonialista, que “comunicam-se e interpenetram-se em clima de recíproca competição e hostilidade” (PINHO, 1998, p. 62). Observa-se uma máquina *quase esquizofrênica*, um híbrido administrativo onde a estrutura patrimonialista busca atualizar-se, ser contemporânea. As palavras de Pinho reforçam o referencial utilizado, ao identificar um *patrimonialismo camaleônico* que, apesar das alterações da ordem econômica brasileira, demonstra alta capacidade de resiliência, sendo capaz de “absorver mudanças modernizantes da sociedade brasileira e de se amoldar à nova situação” (1998, p. 63). Tal capacidade, de acordo com este autor, decorre do fato de que “quem gere a ordem econômica é fundamentalmente a mesma ordem política”, sendo esta caracterizada por “interesses patrimonialistas fortemente enraizados e instalados” (1998, p. 72).

Segundo Nogueira, a reforma da administração “tornou-se inseparável de uma reforma do Estado, pois depende de uma profunda revisão das funções e práticas estatais, das instituições políticas e das relações Estado – sociedade civil, cujo padrão histórico é perverso e de baixa qualidade” (apud PINHO, 1998, p. 76). A questão da reforma é muito mais ampla, “tornou-se eminentemente política, dizendo respeito à democracia, à refundação de pactos e consensos societários, à participação da cidadania, à valorização das instituições representativas e não apenas à mera racionalização administrativa” (PINHO, 1998, p. 76).

Sobre as consequências da tentativa recente de reforma administrativa, Oliveira destaca que os processos de desregulamentação significam séria ameaça à cidadania, tanto nos países desenvolvidos quanto no Brasil, onde “o “desmanche” – como o chamou Roberto Schwarz – chegou antes de o edifício estar de pé: é o “desmanche” do simulacro do Estado de Bem-estar” (2001, p. 16). No entanto, esta visão não deve acarretar paralisia, pois o desafio que se apresenta, a globalização, exige grandes esforços uma vez que “caduca não apenas a democracia representativa, radicalizando a separação entre dominantes e dominados; tende a caducar mesmo o Estado-Nação, o que desfaz a própria cidadania” (OLIVEIRA, 2001, p. 16).

Como elemento constituinte da democracia e elo essencial entre o Estado e a Sociedade, uma reflexão mais detalhada sobre a *accountability* se faz necessária. Pinho e Sacramento ensinam que a “*accountability* nasce com a assunção por uma pessoa da responsabilidade delegada por outra, da qual se exige a prestação de contas, sendo que a análise dessas contas pode levar à responsabilização” (PINHO & SACRAMENTO 2009, p. 1350). A partir deste conceito, é possível perceber os dois momentos da *accountability* formulados por Schedler e citados pelos autores: *answerability*, que se traduz no dever dos mandatários públicos de prestar informações e explicações sobre as suas decisões e atos, ao tempo em que se responsabilizam por eles; e *enforcement*, quer dizer, a capacidade dos órgãos competentes de impor sanções àqueles que descumprirem ativa ou passivamente seus deveres públicos.

Apresentando a contribuição de Campos, os autores registram que para a administração pública brasileira tornar-se *accountable* necessário se faz observar as

seguintes ocorrências, as quais, como podem ser verificadas, guardam certa interdependência e estão diretamente relacionadas à democracia: a) organização dos cidadãos para exercer o controle político do governo; b) descentralização e transparência do aparato governamental; e c) substituição de valores tradicionais por valores sociais emergentes (CAMPOS, 1990, p. 48 *apud* PINHO *et al*, 2009, p. 1344).

Neste mesmo sentido, os autores nos informam que o Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD)

alertou, mais recentemente, para o fato de que a realização do valor político da *accountability* depende de dois fatores: um deles é o desenvolvimento da capacidade dos cidadãos de agir na definição das metas coletivas de sua sociedade, já que uma população indiferente à política inviabiliza tal processo; o outro é a construção de mecanismos institucionais que garantam o controle público das ações dos governantes ao longo de todo o seu mandato (PINHO *et al*, , 2009, p. 1352).

Diante do exposto, resta evidente que a realização da *accountability* depende de uma sociedade politicamente forte, capaz de articular-se em torno de interesses coletivos e de exercer, tanto difusa quanto diretamente, o controle das ações executadas pelo Estado, Pinho *et ai* (2009) reconhecem que nos últimos 20 anos a sociedade civil brasileira assumiu iniciativas que revelam uma aproximação, ainda que tímida e lenta, da *accountability*.

Esta aproximação encontra a resistência interposta pelos "interesses do que Faoro (1979) chama de estamento, grupo que controla o Estado e tem sido resistente às transformações fundamentais à modernização, mantendo um "capitalismo politicamente

orientado"" (PINHO *et al*, 2009, p. 1362). Ou seja, o estamento incorpora as estruturas econômicas e tecnológicas do capitalismo sem, contudo, adotar sua racionalidade impessoal, o que permite a sobrevivência do patrimonialismo brasileiro. Mais uma vez, "deitou-se remendo de pano novo em vestido velho, vinho novo em odres velhos, sem que o vestido se rompesse, nem o odre rebentasse" (FAORO, 1979, p. 733-748 apud PINHO *et al*, 2009, p. 1362). De modo semelhante, afirma Nogueira (1998) que o Estado brasileiro, caracterizado pela heterogeneidade.

provavelmente tenha se convertido em espaço e instrumento de conciliações intermináveis, não pôde se tornar completamente moderno e autenticamente republicano, nem deixar de se submeter a práticas e concepções fortemente vinculadas ao tradicional privatismo das elites (apud PINHO *et al*, 2009, p. 1363).

#### 4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

No âmbito do Estado, uma atenção especial deve ser dada às políticas públicas como o seu *modus operandi* por excelência. O recorte proposto destaca os processos relacionados às políticas públicas brasileiras contemporâneas. Assim, ganha relevância a observação crítica da Administração Pública: sua formação, questões internas, interfaces e, principalmente, seus movimentos expressos. No contexto do problema formulado, estudar o funcionamento da Administração Pública nacional assume importância vital porque é esta o agente institucional dotado de competência e legitimidade para conduzir os rumos do país e responder em primeiro plano pela assimetria entre suas possibilidades materiais e a efetividade dos direitos sociais de sua população. Como salienta Souza,

as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos (2006, p.25).

Desde logo, é preciso compreender a expressão políticas públicas. Dentre muitas outras, duas definições trazidas por Souza são interessantes: 1) a concepção de Laswell, segundo a qual “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (2006, p. 24), o que permite

discussões políticas amplas; e 2) “política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (2006, p.26). Nesta segunda perspectiva, do governo em ação, é relevante o comentário da autora sobre a concepção teórica da “autonomia relativa do Estado”, que não o impede de governar, porém torna a sua atividade mais complexa.

Na perspectiva do governo em ação, um ponto no texto de Fernandes (?) merece ser observado com atenção: o reconhecimento da esfera política como sendo essencial para a compreensão do significado das políticas públicas. O autor traz uma definição de Lamounier que é ilustrativa:

De acordo com Bolívar Lamounier a compreensão do significado das políticas públicas corresponde a um duplo esforço: de um lado entender a dimensão técnico-administrativa que a compõe buscando verificar a eficiência e o resultado prático para a sociedade das políticas públicas; e de outro lado reconhecer que toda política pública é uma forma de intervenção nas relações sociais em que o processo decisório condiciona e é condicionado por interesses e expectativas sociais(? , p.1).

Ora, se a política, incluídos nesta esfera os interesses e as expectativas sociais, é elemento fundamental para influenciar e definir a ação governamental, qualquer determinismo pode ser superado. Neste fulcro, Lowi (1964), utilizando-se da construção teórica de Schattscheider, afirma a inexistência de uma única teoria de poder. Partindo da idéia de que as relações sociais se constituem por expectativas recíprocas, tem-se que a busca por benefícios e vantagens governamentais conformam arenas reais de poder. Não há, portanto, uma só estrutura de poder – como teorizam os pluralistas, marxistas, elitistas – e as políticas, deste modo, podem ser de diversos tipos, conforme funcionamento da arena respectiva, afinal “los problemas pueden ser atendidos de diversas maneras y com diferentes instrumentos” (Villanueva, 2006, p.59).

Oslzak, por sua vez, põe no centro de sua análise os conflitos sociais, a burocracia como arena política, o caráter não monolítico do Estado; em suma, expõe a normalidade do comportamento humano e do funcionamento diversificado de suas instituições, o que sob as outras abordagens seriam definidas como patologias. Conclui:

El estado ya no puede concebirse como una entidad monolítica al servicio de un proyecto político invariable, sino que debe ser visualizado como un sistema em permanente flujo, internamente diferenciado, sobre el que repercuten también diferencialmente demandas y contradicciones de la sociedad civil. El proceso de reacomodación interna requerido para responder a clientelas diversificadas, en el que las unidades estatales tratan

de preservar y promover sus respectivos intereses y programas, supone em cierto modo reproducir em el seno del aparato estatal el proceso de negociación y compromiso, de alianzas y enfrentamientos, que se desarrolla en el ámbito de la sociedad (p.11, 1980).

Ainda observando o “governo em ação”, Villanueva (2006) destaca a pouca importância atribuída ao estudo do processo de elaboração das políticas públicas. Por um lado, no âmbito da ciência política e conforme as teorias sistêmicas, as decisões do governo são resultantes de forças e estruturas sociais que determinam sua forma e conteúdo, tornando-as, portanto, uma variável dependente, com caráter reativo e instrumental. Sob a perspectiva administrativa, apresenta-se uma visão sustentada na dicotomia política X administração, onde os políticos decidem e os gestores executam tais decisões. Assim, não seria possível investigar o como e o porquê da decisão governamental, pois o pressuposto é que a decisão já chegava pronta, advinda da esfera política. Para citar o autor:

Frente a la cuestión de las políticas, la ciência-sociologia política no tenia problemas sino respuestas seguras. Una vez conocidas cuáles eran las relaciones de poder existentes em um sistema social, se sabía a cuál lógica obedecía el proceso decisório de cualquier política, cuál instrumental iba a emplanar, a cuáles restricciones se sujetaba. (...) No tenia por qué existir uma ciência de políticas si la decisión estaba condicionada de antemano (VILLANUEVA, 2006,p. 45).

É claro que sob a óptica marxista, e diante da realidade, ainda é evidente a dicotomia entre os que possuem os meios de produção e os que vendem como mercadoria a sua força de trabalho; ainda há uma compreensão do Estado como escritório da burguesia e a indicação clara das restrições estruturais postas pelo poder objetivo do capital. Contudo, dado o conflito permanente entre as diversas pressões sociais sobre o melhor direcionamento para sua ação, o Estado age – elabora e implementa políticas públicas, portanto – em várias frentes, por vezes contraditórias. Assim, é possível perceber o que já foi mencionado acima e que diversos autores denominam como *autonomia relativa do Estado*, o que explica decisões adotadas em favor do proletariado ou contra os interesses capitalistas. A partir da leitura dos neomarxistas, como Miliband e Poulantzas, é possível ampliar a compreensão a respeito de um Estado que foi criado com determinada finalidade, está inserido num sistema capitalista hegemônico e, ainda assim, é múltiplo o suficiente para ser mais que um mandatário do capital.

Neste fulcro, Konder (1999, p. 10,11), ao escrever sobre Walter Benjamin, demonstra antigos desafios, que persistem, e o movimento ininterrupto das mudanças:

O estado de espírito da nova geração não podia ser idêntico ao da geração dos pioneiros. Os contemporâneos de Marx se insurgiam contra um Estado

que repelia a representação do movimento operário; os socialistas alemães do começo do século XX se faziam representar no Parlamento e arrancavam concessões limitadas, porém significativas à burguesia. Por um lado, os socialistas aprendiam a fazer política, com eficácia, no interior de um movimento que – independentemente da vontade deles – tornara-se mais lento, mais tortuoso e gradual: a complexidade das novas batalhas exigia deles um novo treinamento, impunha-lhes o uso de instrumentos mais sofisticados de análise política. Por outro lado, esse aprendizado positivo era acompanhado por uma tendência negativa, que os levava, cada vez mais, a pensar em termos empíricos ou pragmáticos, abandonando a dimensão filosófica – inquietante e radical – da reflexão de Marx.

Sendo desta forma, o Estado contemporâneo, fruto de uma formação social dinâmica, que responde a uma sociedade plural, ao qual se dirigem inúmeras demandas novas, age e faz surgir novos horizontes possíveis. Como salienta Villanueva, “es la busque da actual de nuevosequilibrios entre el Estado necesario y la sociedad autónoma” (2006, p.47).

Mais especificamente, entretanto, salienta-se um dos fatores explicativos apresentados por Souza para ampliação do estudo em torno das políticas públicas: países de democracia recente ou recém-democratizados, sobretudo os da América Latina, não conseguiram ainda “formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população” (2006, p.21) e estas incertezas limitam consideravelmente a capacidade de intervenção dos governos.

#### 4.4 A ERA DA INDETERMINAÇÃO

No seu texto *Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento* (2007), Chico de Oliveira adota o conceito de política de Rancière<sup>3</sup>: “a reclamação da parte dos que não tem parte, e por isso se constitui em dissenso” (2007, p.15). Fazer política, a partir do entendimento esboçado nesta definição, significa pautar o adversário, delimitando o espaço dentro do qual deverá se mover. Tais limites são delineados a partir da imposição de “uma agenda de questões sobre as quais e em torno das quais se desenrola o conflito. Impor a agenda não significa necessariamente ter êxito, ganhar a disputa; antes, significa criar um campo específico dentro do qual o adversário é obrigado a se mover” (OLIVEIRA, 2007, p.15). O adversário, por sua vez, tenta desvencilhar-se da agenda imposta e, neste interação conflituosa, acontece a política.

---

<sup>3</sup>Jaques Rancière, O desentendimento: política e filosofia

Oliveira, então, afirma que “essa concepção abre as portas para sua permanente reinvenção, no sentido de que toda proposta, e sua resposta, que consiga sair do campo anteriormente demarcado cria um novo campo, que é, em si mesmo, uma nova qualidade dos atores políticos” (2007, p.15). A invenção inaugura um novo campo e, para mantê-lo – circunscrevendo assim a atuação do adversário aos seus limites – deverá ser hegemônica, no sentido formulado por Gramsci,

no sentido preciso de uma cultura que torna indeclináveis as questões propostas, que obriga o adversário a jogar com as linguagens, situações, instituições e cultura inventadas, as quais se tornam, assim, a cultura dominante. A hegemonia é a produção conflitiva do consenso. Nos termos de Marx e Engels, a ideologia dominante (OLIVEIRA, 2007, p.16).

Esta concepção é importantíssima porque, para Oliveira, “o período entre 1964 e 1990 correspondeu a uma época de forte invenção política no Brasil” (2007, p.16). A ditadura militar fomentou o crescimento econômico, promovendo o “milagre brasileiro”. Esta aceleração produtiva movimentou os fatores reais de poder, que se moviam no campo marcado pelo que Celso Furtado denominou de “internalização das decisões”, não somente porque caracterizado pelo “crescimento da economia na forma de dominação predominantemente da burguesia nacional, como porque a tutela do operariado estruturava a produção de um consenso brutalizado, mas de inequívoca afirmação do espaço nacional como centro do conflito e das decisões” (OLIVEIRA, 2007, p.17).

No entanto, o golpe militar não gerou outro “modelo”, nem tampouco outra sociabilidade; significou que “as exigências do processo de acumulação substitutiva requeriam radicalização do controle do novo ator fundamental – o operariado – e uma acumulação primitiva ainda mais profunda” (OLIVEIRA, 2007, p.19). Os setores produtivos mais importantes foram amplamente estatizados pelas mãos dos militares e o proletariado vivenciou, para além da tutela varguista dos anos 30, o férreo controle salarial, “sugerindo parentesco com o que Pollock chamaria de “produção de mercadorias sem equivalência” no caso nazista, característica, aliás, de todos os “capitalismos tardios” (OLIVEIRA, 2007, p.19,20). A análise sobre o PAEG, no próximo capítulo, explicará melhor esta questão.

Com o modelo militar de desenvolvimento capitalista, a “internalização das decisões” foi reforçada. Todavia, quase paradoxalmente, deu início ao processo de abertura, não apenas por ter se apoiado em capitais estrangeiros, mas sobretudo por ter se apoiado na dívida externa. Tem-se, neste período, a formação do “tripé desenvolvimentista empresas estatais-empresas privadas nacionais-empresas multinacionais” (OLIVEIRA, 2007, p.20). Grande



parte do excedente continuava a seguir para o exterior, desta vez com o intuito de pagar a dívida. O desenrolar da dívida externa, e suas exigências, esvaziaram a redemocratização política, que em 1984 afastou a ditadura, de eficácia econômica. De acordo com Oliveira, “o que a literatura veio chamar depois de “financeirização” da economia já se insinuava, subordinando a acumulação interna de capital ao movimento internacional do capital, e retirando centralidade das decisões internas” (2007, p.20).

Entretanto, o processo de redemocratização inaugurou uma nova sociabilidade; a política foi reinventada, com o desenho de outro espaço para o conflito, com a imposição de uma nova agenda, em suma, a movimentação do adversário deveria obedecer a novos limites. A burguesia, graças à acumulação de capital gerada pelo setor I, “pela primeira vez na história brasileira, internalizou, de fato, a geração do progresso técnico” (OLIVEIRA, 2007, p 21). Por outro lado, Oliveira destaca que

as mais importantes operações de construção da agenda estiveram calcadas no permanente “esforço de Sísifo” das classes dominadas, expressas em primeiro lugar no renascimento do sindicalismo sobre novas bases, com a emergência das frações do proletariado que operavam na base produtiva das multinacionais do automóvel, e em segundo lugar, mas não secundário, no deslocamento do campo das políticas sociais operado pelos novos movimentos sociais, que obrigaram o Estado militar autoritário ao desenho de um conjunto de políticas, verdadeira inovação na *longuedurée* brasileira(2007, p.20, 21).

A Nova República, que institucionalizou a redemocratização, não representou um momento de ruptura; é fruto “da sociabilidade e do campo de forças longamente gestado desde o golpe militar de 1964, passando pela intensa transformação produtiva e da estrutura social e das novas formas de representação social e política” (OLIVEIRA, 2007, p.22). Sobre este tema, Lamounier expõe que as causas da transição podem ser interpretadas por três óticas principais, não excludentes:

A primeira faz referência à pressão de baixo para cima, ou seja, à longa série de manifestações que começa poucos meses após o golpe e prossegue até o fim do regime [...]. A segunda linha de interpretação destaca a iniciativa do presidente Ernesto Geisel e do ministro Golbery do Couto e Silva de abrir controladamente o regime. Goés (1984, p. 1,2) sintetiza com propriedade essa linha de análise: “No caso brasileiro, o escasso desenvolvimento das classes sociais fez pender a balança do poder para a articulação burocrático-militar que domina o Estado. Os outros grupos sociais são heterogêneos e se caracterizam por baixa capacidade de intervenção política”. A terceira perspectiva [salienta a] tradição institucional e eleitoral brasileira como uma fator capaz de restringir as opções de um regime militar, impondo alguma limitação ao recurso à força. (2014, p. 167-169).

A tentativa da Nova República era a de “criar uma política que fosse a tradução dos novos interesses criados pela intensa expansão capitalista, recuperando as linhas de força entre classe e representação, o que conferia previsibilidade à política” (OLIVEIRA, 2007, p.22). O cenário era o seguinte: o PFL, como sucedâneo do partido da ditadura, representava o atraso; o PMDB, cuja origem era de resistência, de oposição à ditadura, representava o “interesse nacional”; PT, novo partido, acenava com a possibilidade do consenso; e o PSDB, novíssimo partido, representava as novas classes médias. Assim organizados os partidos, a política era a imagem da estrutura social. Reconhece Oliveira: “As linhas entre classe e representação, interesses e representação, pareciam tão claras como nunca estiveram na política brasileira” (2007, p.23).

Foi retomado pelo governo Sarney o projeto desenvolvimentista, com o fito de garantir a viabilidade financeira do tripé empresas estatais-empresas privadas nacionais-empresas multinacionais, com ênfase nas empresas estatais e empresas privadas nacionais. Contudo, a dívida externa impediu esta iniciativa de obter êxito. Enquanto isso,

as bases “fordistas” da nova transparência propunham a rearticulação do pacto, agora incluindo o “sindicalismo cutista”: Lula alcançou a metade dos votos na eleição de 1989. Collor era a indeterminação elevada à décima potência: seu messianismo revelava a impossibilidade de uma política que ligasse classes, interesses e representação. [...] Uma densa opacidade, uma neblina, um nevoeiro (OLIVEIRA, 2007, p.24).

A inflação, na virada dos anos 1990, chegou a 89% ao mês e instalou uma espécie de *estado de necessidade*. As conquistas políticas, democráticas, estruturadas e fortalecidas durante todo o período anterior de invenção foram deixadas de lado, porque a “sociedade inteira clamou por uma mudança radical, drástica e rápida” (OLIVEIRA, 2007, p.29,30). Para tanto, deveria escolher entre dois discursos: Luiz Inácio Lula da Silva, “detentor do capital simbólico do “sindicalismo autêntico”, representante da representação de interesses de classe, então ainda com a promessa de mudança para uma sociedade socialista” (OLIVEIRA, 2007, p.30); e Fernando Collor de Mello, “contra todo o sistema político, lançando a ponte diretamente ao povo, passando por cima de toda institucionalidade: com um golpe de *ippon*, o golpe perfeito, liquidaria a altíssima inflação, a corrupção governamental, o sistema político apodrecido”(OLIVEIRA, 2007, p.30).

O resultado é conhecido. Para o Estado brasileiro, iniciou-se o que Roberto Schwarz (apud OLIVEIRA, 2003), como dito anteriormente, denominou de “desmanche”:

Desregulamentação do mercado, abertura indiscriminada às importações, perda do controle cambial, financeirização total da dívida interna e da dívida externa e, não menos importante, a construção do discurso com o qual se acusava os adversários de “corporativismo”, negando a “ação comunicativa” anterior e tentando instaurar uma nova sociabilidade, cuja matriz central era tanto o discurso liberal da iniciativa dos indivíduos quanto a desregulamentação e o desmanche que davam bases materiais à nova “ação comunicativa” (OLIVEIRA, 2003, p.30).

Fernando Henrique Cardoso levou adiante o desmanche iniciado. O tripé empresas estatais-empresas privadas nacionais-empresas multinacionais foi desmontado; a predominância passou a ser das empresas multinacionais “nos principais eixos de acumulação do capital, extrovertendo o centro de decisões” (OLIVEIRA, 2003, p.31). Sob a perspectiva do Estado, este assume o velho papel de escritório da burguesia, desta vez uma burguesia internacionalizada, produtiva e/ou financeira.

E assim chega aos domínios públicos a “financeirização” do capitalismo – “a forma específica da mundialização do capital na expressão de François Chesnais” (OLIVEIRA, 2007, p. 25) – que determina a abertura dos sistemas monetários e financeiros nacionais. O trabalho cada vez mais barato, haja vista os avanços técnicos, associado à financeirização do capital, “gerou o fenômeno formidável da sobre determinação do capital financeiro em relação ao capital produtivo, talvez sem paralelo com qualquer outra época do sistema [...]” (OLIVEIRA, 2007, p. 26). A nova sociabilidade, pois, na era da dessimbolização, desloca-se: a categoria trabalho perde centralidade, e com ela a base produtiva e os direitos sociais conquistados. Este movimento propaga a indeterminação, que chega a esfera política desinstitucionalizando conquistas históricas do estado de bem-estar, incluindo o reconhecimento crescente aos direitos humanos. Nota-se aquilo que Boaventura Santos, na conceituação do pensamento abissal, denominou *regresso do colonial*, quando prevalece, hoje de forma crescente, a lógica da apropriação/violência sobre a lógica da regulação/emancipação.

De modo semelhante ao descrito por Boaventura ao tratar do *fascismo social*, Oliveira afirma que “paradoxalmente, a absolutização do mercado, ou sua autonomização [...], desfaz as relações mercantis de contrato. [...] desaparecem a alteridade, a previsão dos movimentos dos atores e, nesse diapasão, a política” (2007, p. 29). Como resultado, o espaço público onde seria possível a alteridade esvazia-se; indivíduo encontra-se restrito ao seu espaço privado – verifica-se o fenômeno da “privatização” no sentido formulado por Hannah Arendt (OLIVEIRA, 2007). A dessimbolização operada pelo capitalismo recente concede a liberdade para a busca egoísta e utilitária de satisfação, ao tempo em que impõe essa busca – imperativo

superegóico de gozo. Sendo assim, o espaço da política como construção coletiva, consenso no conflito, perde importância e, como toda consequência da dessimbolização, *desumaniza* a convivência, abrindo espaço para intolerâncias variadas. Conclui Oliveira:

A esfera pública é sempre uma suspensão do Estado hobbesiano: sua dissolução significa a volta aos conflitos primitivos, em que o objetivo é eliminar o inimigo. Quando se trata do capitalismo contemporâneo, então é o retorno à lei da força bruta. Não pode haver “política”, nem “polícia”: há apenas administração (2007, p.29).

Instaura-se o hobbesianismo social apresentado por Wanderley Guilherme dos Santos. Nas palavras de Oliveira, “uma sociabilidade marcada pela “lei de Gérson”, vale dizer, um truncamento individualista feroz, fruto antes da profunda desigualdade que da disputa das oportunidades, descendo do alto da pirâmide social até os degraus mais baixos dos infernos das favelas” (2003, p.34). As mudanças na estrutura social, com classes unificadas por todo o território, abriram espaço para uma ampla coalizão política:

articulada pelo grupo paulista universitário-empresarial, incluía poderosas lideranças regionais, novos e velhos coronéis, oligarcas de quatro costados. Um espectro político que agrupava em torno da vanguarda intelecto-burguesa o amplo “naipe” do atraso, com suas modulações intermediárias. O sonho gramsciano (?) da hegemonia: para conduzir o “atraso”, sem o qual não se governa, uma vanguarda preparada nas caldas da contemporaneidade produtivo-financeiro-intelectual. Um cosmopolitismo *nouveau, à la* brasileira [...] (OLIVEIRA, 2003, p.34).

Diante desse contexto, a sociabilidade decorrente do trabalho não resistiu aos processos de financeirização capitalista, traduzida no comportamento estatal pela privatização e desnacionalização. A culpa recai sobre os próprios trabalhadores, desqualificados. Entre empresas e empresários, não se verifica a sociabilidade firmada na concorrência, pois a transição entre o patrimonialismo e a formação dos oligopólios deu-se rapidamente e a famosa autorregulação do mercado não aconteceu no Brasil. A sociabilidade, de volta a cultura cívica hobbesiana, é marcada pelo vale tudo, numa disputa permanente e sem lei. Sendo este o cenário, a coerção estatal é requisitada para evitar o caos. Esta situação é dramática, como explica Oliveira:

Na fórmula gramsciana de consenso mais coerção, a porção de coerção continua sendo a mais importante e por isso não há nenhuma possibilidade de “interesses bem compreendidos” toquevillianos, e a república não nasce da “virtude” do mercado. Uma espécie de “exceção permanente” schmittiana que anula as possibilidades de *virtú* da sociedade civil, entendida esta no sentido de blocos de interesses organizados que se demarcam entre si e com relação ao Estado. Trata-se de “ação anticomunicativa”. De uma falta de formas, sem as quais a política não se faz (2007, p.37).

A condição de “exceção permanente” não significa dizer que o Estado tem em mãos o monopólio da violência; quer dizer, sim, que o Estado também é de exceção. A política ressentiu-se. Foram desfeitas as relações entre interesses e representações, construídas no período de invenção, e a possibilidade do consenso, conquistado no conflito, distanciou-se ainda mais, mesmo com o crescimento das associações da sociedade civil e participação eleitoral. Não há conexões, nada se distingue ou se compartilha; é a indeterminação.

Em 2002, a disputa presidencial traduz esta indeterminação. As três coalizões que se apresentam para disputa são indistintas: adotam a ideia de desenvolvimento; pretendem congregar todos, como se não houvesse classes ou interesses diversos e mesmo antagônicos; transformam a opção política entre pagar os juros da dívida e realizar programas sociais em uma questão administrativa, de gestão; pretendem representar o que não pode ser representado (a burguesia nacional, que não manda; o capital financeiro, que é livre de representação; e a classe trabalhadora, desarticulada pelas investidas neoliberais). Por esta razão, “o marketing saltou à frente dos programas e das posições político-ideológicas. Na falta de formas, a imagem como efemeridade, que sustenta as coalizões no momento do programa de televisão, que passou a ser decisivo. [...] é a indeterminação do *momentum* brasileiro” (OLIVEIRA, 2007, p. 40). A espetacularização chega à política.

Na era da indeterminação, a atuação dos partidos políticos é, pois, pautada pelas pesquisas de opinião. No que concerne ao que deveria ser a sociedade civil, o crescimento do número das entidades associativas mais esfacela que une propósitos. Como diz Oliveira “essas organizações se transformaram em entidades supletivas das insuficiências do aparelho estatal e estão no interior de um complexo processo de disputa do sentido do que quer dizer “social” e “política”” (2007, p.41), alcançando as empresas, que promovem a “responsabilidade social”. Oliveira explica que

o deslocamento do trabalho e das relações de classe esvazia essa “sociedade civil” do conflito que estrutura alianças, opções e estratégias; pode-se tornar uma noção enganosa e anacrônica, porque restaura a “comunidade”, impossível num tempo de mastodontes. Essa “comunidade” não é aquela a que se refere Hannah Arendt na qual se constitui a política: é o seu contrário, porque é um recorte como especificidade não universal. A soma dessas “comunidades” não faz a *comunidade* arendtiana. A “sociedade civil” fica restrita aos arranjos locais e localizados, enquanto as operações da política se tornam “reserva de caça” das grandes empresas e do mercado (2007, p.42).

Os múltiplos subsistemas sociais, com valores específicos, recortados, já mencionados por Wanderley Guilherme dos Santos, organizam-se, portanto, em torno de instituições não-

governamentais. A impressão é de ser esta mais uma rota de fuga: na era da indeterminação, não há conexões de sentido e a angústia apodera-se do sujeito; para não encarar a verdade do antagonismo e, ao mesmo tempo, aplacar a angústia, posiciona-se ao lado do bem, verdadeiro, contra os poderes do mal – só erram na identificação do alvo. O mecanismo é sutil e, como não poderia deixar de ser, essencialmente ideológico: a verdade das injustiças sociais é reconhecida e chega-se a conclusão de que é preciso fazer algo; ora, o Estado deveria fazer algo, mas, vejam só, ele é ineficiente, não possui capacidade de gestão. Então, ao invés de politizar a discussão, a “única” solução possível é a “privatização das políticas sociais, a desuniversalização, a volta ao assistencialismo ou, na perspectiva da Escola de Serviço Social da PUC-SP, a “filantropização da pobreza”” (OLIVEIRA, 2007, p. 42).

O sistema capitalista financeirizado, que motiva a indeterminação, reinventou a política, demarcando um novo terreno para o conflito: “a metamorfose do capital produtivo em capital financeiro retira o conflito da agenda entre os atores, sobretudo entre os trabalhadores e o empresariado, para deslocá-lo para a Nação” (OLIVEIRA, 2007, p.45). Os trabalhadores, nesta posição, não enfrentam o capital financeiro, que é difuso, sem identidade, deslocalizado, justamente porque não estabelecem com ele relação direta. A sociabilidade individualista, a mercantilização da vida e até mesmo a crítica ao neoliberalismo experimentado no Brasil, que focaliza as *medidas econômicas* e não a *economia*, incorporam e reproduzem as diretrizes desse sistema. Os atores políticos movem-se no espaço delimitado por sua agenda. E este espaço caracteriza-se, conformando um aparente contra-senso, pela ausência de política. Aparente porque a falta de política é, em si, uma determinação política.

Oliveira explicita que, nas eleições de 2006, observou-se novamente uma considerável diversificação nas coligações e coalizões, em torno das quais se reuniram partidos de orientações ideológicas, ao menos em tese, opostas. Estas alianças indiscriminadas afiguraram-se desde 2002 e demonstram como a consistência política é irrelevante na contemporaneidade. Nos países periféricos, principalmente, os conteúdos programáticos expressos nos programas partidários pouco importam; a política gira em de personalidades. No mesmo sentido, a “indiferença” eleitoral (OLIVEIRA, 2010) – votos brancos, nulos e abstenções (somaram, em 2014, 29% no primeiro turno e 27% no segundo, de acordo com dados do TSE) – evidencia que política não interessa ou as candidaturas não motivam parcela considerável da população.

É neste contexto que ocorre um fenômeno político complexo, batizado por Chico de Oliveira de *hegemonia às avessas*, em um texto com esse título datado janeiro de 2007.

Explica o autor que este fenômeno é uma nova espécie de dominação e não se confunde com as anteriores, como o patrimonialismo, patriarcalismo ou populismo. A hegemonia – preponderância de uma classe sobre outra – de acordo com o conceito gramsciano, é alcançada através do consentimento. O consentimento, por seu turno, é obtido graças ao funcionamento da ideologia: a classe dominante faz da sua a ideologia dominante, como não poderia deixar de ser, e “trabalha a construção das classes dominadas à sua imagem e semelhança” (OLIVEIRA, 2010, p. 26). Pois bem. Na *hegemonia às avessas*, não são os dominados que consentem com a sua exploração, por meio da ação ideológica; são os dominantes que consentem em ser conduzidos politicamente pelos dominados. Permitem, assim, que a “direção moral” (OLIVEIRA, 2010) esteja nas mãos dos dominados, criando um ambiente onde parece que os dominados dominam: eles ganham eleições presidenciais e legislativas e ocupam altos cargos no governo. Chegam mesmo a garantir conquistas sociais.

Dois grandes exemplos são citados pelo autor: a derrota do apartheid na África do Sul e a eleição de Lula, com a implementação do Bolsa-Família, no Brasil. A “revolução moral” realizada pelos dominados, desde que a exploração capitalista possa seguir livremente o seu curso (OLIVEIRA, 2010). No entanto, a *hegemonia às avessas* é um simulacro. Apesar de fazer crer ao povo de que agora ele tem poder e pode derrotar seus inimigos, o consentimento da classe dominante assemelha-se em realidade com uma descentralização de tarefas. Com o capitalismo financeirizado mundialmente, não se faz necessário dominar, incluindo aqui o uso da força, as unidades nacionais. A própria ideologia *em-si-e-para-si*, “espontânea”, garante a base da dominação essencial à acumulação capitalista. Então, por que não deixar os dominados assumirem a árdua tarefa da gestão administrativa? Note-se: a pobreza e a desigualdade já foram despolitizadas e devidamente transformadas em problemas de gestão.

## 5 ECONOMIA

O capítulo presente está organizado em três subitens: Capitalismo e Sujeito, Subdesenvolvimento à brasileira e Ornitorrinco, além desta seção introdutória. A lógica aqui empregada segue percurso idêntico ao traçado para os capítulos anteriores: primeiro, são elaboradas reflexões gerais aplicáveis a qualquer Formação Social, fundamentais para a contextualização do que está a seguir; logo após, descreve-se as características pertinentes à Formação Social brasileira, no tocante à dimensão econômica.

De acordo com Amartya Sen (1999), é possível identificar duas origens distintas para a economia. Embora ambas relacionem-se à política, as posturas são consideravelmente diversas: um delas concerne à “ética” e a outra se fundamenta, para usar a terminologia do autor, na “engenharia”.

Sob a égide da ética, a economia é um campo ampliado de estudo. Embora a busca pela riqueza seja seu objeto imediato – ou mais precisamente, seu objeto aparente –, a economia, em essência, deve ampliar seus horizontes de observação porque o desejo de obter riqueza vincula-se a outros propósitos; acumular bens não é um fim em si mesmo, e sim o meio utilizado para o alcance de outros objetivos, valorados pessoal e socialmente. Por isso, conclui-se que “a economia, em última análise, relaciona-se ao estudo da ética e da política, e esse ponto de vista é elaborado na *Política* de Aristóteles” (SEN, 1999, p.19).

Desta perspectiva, partem duas questões. Primeiro, a questão ética explicitada na Introdução deste trabalho: “como devemos viver?”. Como diz Sen,

ressaltar essa ligação não equivale a afirmar que as pessoas sempre agirão de maneira que elas próprias defendem moralmente, mas apenas a reconhecer que as deliberações éticas não podem ser totalmente irrelevantes para o comportamento humano real. Denominarei essa idéia “concepção da motivação relacionada à ética” (1999, p.19,20).

Aproxima-se esta consideração daquela crítica elaborada por Polanyi (2012), quando percebeu que a racionalidade “de mercado” reduzia a apenas duas as motivações para o agir humano em sociedade: ou a fome ou a ganância. Ora, outros fatores são levados em consideração para que o ser humano aja de um ou de outro jeito. É interessante destacar que, para Weber (2012), a ação social pode ser motivada – a atribuição de *sentido* pode se dar – por um interesse utilitário a ser satisfeito; por valores éticos, estéticos, religiosos, etc., independente do resultado a ser alcançado – o ser humano pratica uma ação porque acredita



que deve agir daquele modo, mesmo que não obtenha nenhuma utilidade material decorrente; por razões afetivas ou emocionais; e pelos costumes. Desta forma, diante dos múltiplos motivos norteadores da ação humana, uma investigação que se pretende mais completa não pode partir de uma perspectiva unidimensional da racionalidade.

A outra questão decorrente da ligação entre ética e economia vincula-se a realização social. Sen (1999) informa que Aristóteles relacionou a avaliação da realização social ao alcance do “bem para o homem”; porém, para o filósofo grego, seria “mais admirável e mais divino atingi-lo para uma nação ou para cidades-estados” (apud SEN, 1999, p.20). Esta visão, denominada “concepção da realização social relacionada à ética” (SEN, 1999, p.20), não impõe à avaliação social os bridões da eficiência, pois assume uma perspectiva ética essencial: a realização do bem. Sendo assim, “a primeira das duas origens da economia, relacionada à ética e a concepção ética da política, indica assim, de fato, certas tarefas irreduzíveis da economia” (SEN, 1999, p.20).

A economia, consoante a abordagem da “engenharia”, volta-se para questões logísticas – descobrir ou desenvolver os meios apropriados – que deverão garantir a consecução de fins estabelecidos diretamente, sem necessidade de questionamentos éticos. De modo semelhante, os “estudos econômicos que se desenvolveram a partir de análises técnicas da estatística” (SEN, 1999, p.21) compartilham sua origem na noção da economia “engenheira”. Aqui, o agir humano fundamenta-se em motivações simples e pode ser facilmente reduzível a modelos de comportamento previsíveis; impera a “razão instrumental”.

Resta evidente que estes dois tipos são, como classificaria Weber, *tipos ideais*: representam um conteúdo que não existe na realidade de forma pura ou absoluta. Como afirma Sen, “de fato, muitos expoentes da abordagem ética, de Aristóteles a Adam Smith, também se ocuparam intensamente das questões de engenharia, dentro do enfoque direcional do raciocínio ético” (1999, p.22,23). Na atualidade, contudo, as reflexões éticas passam ao largo das ponderações sobre o agir humano e sobre o agir econômico.

Após serem vislumbradas as duas origens da economia, tratar-se-á do capitalismo, dada a sua reconhecida hegemonia. Nunca é demais ressaltar: o conceito de Formação Social acolhe a possibilidade de existência de outros modos de produção com as suas respectivas superestruturas; mas, uma se superpõe às demais. No presente caso, pretende-se conhecer mais de perto a organização dominante. O capitalismo pode ser definido sob duas perspectivas: 1) como subsistema econômico, um modo de produção específico e historicamente marcado; e 2) como uma relação social, atinente a certa formação social

qualificada pelo seu respectivo modo de produção (BOBBIO *et al*, 2010). Importante ressaltar que tal diferenciação possui caráter didático, a fim de possibilitar o exame restrito das características atinentes ao capitalismo, sob o ponto de vista econômico, ou ampliado, considerando as influências recíprocas face aos outros campos do sistema social e político. Na prática, as duas acepções interagem constantemente, posto que não é possível desvencilhar um modo de produção que disciplina o agir econômico em uma dada sociedade dos demais fatores sociais, políticos – liberalismo burguês, por exemplo – e culturais que legitimam e valoram este mesmo agir. O modo de produção é uma instituição criada, mantida e reproduzida no âmbito de um espaço simbólico, dotado de múltiplas outras instituições correlatas.

De maneira geral e entrelaçada, pode-se identificar alguns fatores básicos que definem o capitalismo

como conjunto de comportamentos individuais e coletivos, atinentes à produção, distribuição e consumo de bens[...]: a) propriedade privada dos meios de produção, para cuja ativação é necessária a presença do trabalho assalariado formalmente livre; b) sistema de mercado, baseado na iniciativa e na empresa privada, não necessariamente pessoal; c) processos de racionalização dos meios e métodos diretos e indiretos para a valorização do capital e a exploração das oportunidades de mercado para efeito de lucro. (BOBBIO *et alli*, 2010, p.141)

As interpretações serão diversas de acordo com a relevância atribuída a cada um dos elementos citados. A corrente marxista, por exemplo, privilegia a clivagem estabelecida entre a propriedade privada dos meios de produção e o trabalho assalariado – o antagonismo que surge como aparição espectral e conforma a realidade, na interpretação de Zizek. Assim, resta evidente como estas características determinam, dentre outras coisas, a produção estrutural da desigualdade, pois trazem como consequência a apropriação, por parte dos proprietários do capital, das riquezas socialmente produzidas, via extorsão da mais-valia gerada pelos trabalhadores.

É importante destacar que desde O Manifesto do Partido Comunista (MARX; ENGELS, 2009), o capitalismo é evidenciado como uma relação social que se espalha de forma avassaladora por todo o conjunto das relações humanas de produção e distribuição – com exuberância da primeira e atrofia da segunda – nos limites nacionais e pelo mundo. Tendo em vista que a prática é o critério da verdade, no passado recente, a economia mundial tem atestado a validade da “lei” da tendência à concentração e à centralização do capital, dado que um pequeno grupo de proprietários de grandes corporações é dominante em seus

respectivos setores e mercados de atuação. Como visto, o processo de expansão capitalista tanto nos mercados locais como em áreas externas tem por suporte programas e ações de Estados nacionais e de agências públicas internacionais e estão calcados em uma organização social forjada culturalmente.

O Estado – consoante as explicações de Adam Smith, passando pela concepção marxista – surge para proteger a propriedade privada. Em consequência lógica e historicamente confirmada, é cúmplice estrutural – mesmo condição necessária – da vigência e reprodução da sociedade capitalista, da qual é aspecto co-constitutivo, como nos ensina O'Donnell (2004). Assim, é possível dizer que o Estado “puxa” o capitalismo, visto que, como salienta Ribeiro, “es el Estado quien assume latarea de “instaurar” uma sociedad moderna” (2001, p.83). Cabe também ao Estado

administrar y negociar las relaciones y intereses complejos y incluso contradictorios entre el subsistema nacional internacionalizado y los subsistemas capitalistas avanzados, con el fin de garantizarla eficiencia Del proceso de acumulación del capitalismo nacional (RIBEIRO, 2001, p. 83 e 88).

É preciso não esquecer que as sociedades, com todas as suas características específicas, estão inseridas no mundo globalizado, desde muito tempo. As grandes navegações globalizaram o comércio, por exemplo. Termo de semântica plural, a globalização gira em torno de uma ideia que “pode ser denominada *des-localização*: a desvinculação de atividades e relacionamentos das origens culturais e locais” (GRAY, 1999, p.79). Sendo desta forma, as atividades que outrora estavam contextualizadas apenas regionalmente, são laçadas em redes mundiais; estas relações globalizadas condicionam as atividades sociais ao tempo em que são por ela condicionadas, resultando no “surgimento de novos tipos de capitalismo” (GRAY, 1999, p. 82). Por “novos tipos de capitalismo” compreende-se aqui não aquele processo ideológico que apreende como novo o que é resultante do velho; o capitalismo contemporâneo pode conter – e contem – características singulares, como a passagem da produção para a violenta financeirização, porém isto não chega a transformá-lo em novidade. O que é novo neste contexto é a intensidade da globalização, da *desterritorialização* do capital. A globalização, portanto, não conduz à homogeneidade; ao contrário, o capital fluido e volátil, *desterritorializado*, busca ampliação diante das diferenças econômicas, apresentadas como vantagens – baixo custo da mão de obra, juros, infraestrutura, subsídios.

Ao observarmos a inserção periférica e subordinada do capitalismo brasileiro frente ao sistema capitalista global, a autonomia relativa do Estado é diminuta, pois o compromisso com recursos financeiros de terceiros é substancial. As políticas sociais e os investimentos

sofrem as consequências da opção estatal pelo cumprimento dos acordos financeiros (dados recentes ao final deste capítulo). A questão é que, como destaca Pochmann, as despesas financeiras, além de improdutivas, deprimem a geração de emprego e “[...] contribuem para a maior transferência de renda aos segmentos mais ricos da população” (2005, p.8). Explicitando as medidas possíveis de manobra, especificamente na área econômica, o mestre Furtado (1974, p.56) nos informa:

A experiência tem demonstrado que a margem de manobra de que gozam os estados, para atuar no plano econômico, é relativamente estreita. Se uma economia sofre uma deslocação, as pressões externas para que o respectivo governo adote certas medidas pode ser considerável. Essas pressões são exercidas por outros governos, por instituições internacionais e diretamente pelas grandes empresas. Cabe referir que estas últimas dispõem de uma massa de recursos líquidos bem superior ao conjunto das reservas dos bancos centrais.

Este cerceamento de possibilidades ditado por atores econômicos, internos ou externos, existe. O conteúdo do discurso reveste-se de veracidade. Contudo, a dinâmica dos processos ideológicos evidenciou que existe aqui uma verdade obscura que protege uma relação de dominação social: deve-se aceitar como inevitável as consequências da globalização e justifica-se antecipadamente a inação do Estado. A verdade da dominação parece ficção, haja vista ser a veracidade do discurso comprovada, e a verdade de que é possível fazer diferente parece ficção, pois sua impossibilidade é uma “evidência”. Neste sentido, é preciso lembrar a observação de O’Donnell:

No hay duda que la globalización impone fuertes restricciones, incluso a los estados más fuertes y desarrollados. Pero, como he argumentado em un texto ya mencionado (O’Donnell 2002), hay una importante distancia entre esa constatación y la pasividad gubernamental — es la distancia que media, por un lado, entre controlar algunas de las consecuencias negativas de la globalización y, por el otro, adaptarse pasivamente y hasta celebrar esas consecuencias (2004, p.181).

Rey, por sua vez, faz uma análise sobre o processo de globalização salientando a inevitável articulação de cada Estado com a divisão internacional do trabalho, as tentativas de atração de capital para o interior de suas fronteiras e a diversidade de consequências decorrentes das providências adotadas ou não por cada unidade nacional. Ainda assim, afirma, na mesma perspectiva de O’Donnell (contrária à passividade governamental) que

más que enfocar los debates en términos de pérdida de soberanía, o ver al capital global como externo al Estado, es preciso subrayar que los Estados nacionales no son simplemente afectados por las “tendencias económicas” o por la “globalización”, sino que son parte de esta crisis del todo social y que

em eses cenário deben pensarse sus estrategias como espacio específico (com mayor o menor grado de autonomía y soberanía) de la determinación global (2008).

Em linhas gerais, eis o desafio que a esfinge nos apresenta.

## 5.1 CAPITALISMO E SUJEITO

Para tecer considerações sobre a relação entre o capitalismo e o sujeito conformado em suas entranhas, pergunta-se com Zizek: “Então, em que pé estamos hoje?” (2008, p.391). E a resposta, a princípio, é acessível: na contramão dos sistemas “totalitários”, a exemplo do fascismo e do stalinismo, “que pregavam a mobilização sacrificatória do organismo social inteiro, uma espécie de estado de exceção permanente, nosso capitalismo tardio se caracteriza por uma permissividade sem precedentes” (ZIZEK, 2008, p.391). É certo. Contudo, o grande problema da permissividade contraria o senso comum. A interpretação generalizada afirma que a falta de limites frustra a todos porque conduz de um excesso ao outro. Para romper com esse ciclo vicioso, tão somente a imposição de limites e proibições seria capaz de manter a estabilidade e promover a satisfação; satisfação esta obtida via transgressão do limite, da proibição. Zizek, então, esclarece:

o que esse *topos* deixa de lado é o verdadeiro paradoxo em ação aqui: longe de nos frustrar porque simplesmente não impõe limites, *a ausência de limitações explícitas nos faz confrontar o Limite como tal, o obstáculo inerente à satisfação*; a verdadeira função da limitação explícita, portanto, é manter a ilusão de que, ao transgredi-la, conseguiremos atingir o ilimitado (2008, 391).

A limitação explícita, quando deixa de existir, promove o encontro com o Real, com a impossibilidade de reencontro do objeto perdido, com a falta estrutural. E cai-se no ressentimento. Quando a limitação explícita deixa de existir, para preencher o vazio do sem-sentido passa a existir uma provocação constante para que se faça, já que se pode fazer. Nas palavras de Zizek, “o imperativo de gozo superegóico serve de inversão do “Du kannst, denn Du sollst!”[Podes, porque tens de!]de Kant – baseia-se num “Tens de, porque podes!”(2008, p.409). Se não há repressão, o permitido transforma-se em obrigatório.

E, novamente, questiona-se: “a injunção capitalista ao gozo visa de fato incitar a *jouissance*em seu caráter excessivo ou, antes, em última análise estamos lidando com uma espécie de *princípio do prazer* universalizado, com uma vida dedicada aos prazeres?” (ZIZEK, 2008, p.410). Ou seja, é preciso refletir sobre a intenção do imperativo de gozo

superegóico que impõe a diversão e a auto-realização. Para Zizek, tais injunções estão postas para “*evitar a jouissance excessiva*” (2008, p.410), por meio do estabelecimento de um equilíbrio homeostático. Todavia, surge um problema explicitado pelo autor: “embora a injunção imediata e explícita exija o domínio de um princípio do prazer que mantenha a homeostase, o funcionamento real da injunção faz explodir essas restrições num esforço rumo ao gozo excessivo” (2008, p. 410). O capitalismo adota o excesso como força propulsora; ainda que pretenda exercer o controle, não altera sua natureza.

A *jouissance* fundamenta-se, pois, no capitalismo. Além da propulsão pelo excesso, o capitalismo global e a injunção superegóica do gozo compartilham o caráter “*sem mundo*” (ZIZEK, 2008, p. 417). Este ponto merece atenção especial:

Talvez seja aí que devemos localizar o “perigo” do capitalismo: apesar de global, de englobar todos os mundos, ele sustenta uma constelação ideológica “sem-mundo” *stricto sensu*, privando a grande maioria do povo de todo e qualquer “mapeamento cognitivo” que tem sentido. A universalidade do capitalismo reside no fato de que o capitalismo não é o nome de uma “civilização”, de um mundo simbólico-cultural particular, mas o nome de uma máquina simbólico-econômica neutra que opera tanto com valores asiáticos quanto com outros [...] fato universal, matriz neutra de relações sociais. Há uma Verdade “universal” genuína que atravessa a miríade de mundos (ZIZEK, 2008, p.418).

Claro está que, diante destas relações perigosas, o modo de interpelação ideológica transformou-se. Durante a Idade Média, a Igreja, na função de aparelhos ideológicos do estado (AIE), coordenava a dominação ideológica. Na modernidade, o capitalismo assumiu este papel através da ordem legal e da educação; o cidadão vive sob o domínio da ordem legal e os indivíduos são educados nesta mesma ordem. Desta forma, inaugura-se uma clivagem essencial: de um lado, o sujeito, que se relaciona com o Estado – o cidadão; do outro, o indivíduo, formado para viver sob a lei, mas tendo os limites de seu modo de ser particular respeitados. O indivíduo está livre para ser egoísta e buscar a realização do autointeresse. Inicia-se o processo de dessimbolização. Pela compreensão espontânea, a ideologia reina na esfera do Estado, do ordenamento jurídico, da cidadania; a esfera privada está numa posição “pré-ideológica”. Ao assumir esta diferenciação entre o que é ideologia e o que ainda não é ideologia – a existência de um espaço livre de qualquer domínio invisível –, como se observou no subitem 3.2 deste trabalho, estamos no campo da ideologia.

No capitalismo contemporâneo o que se evidencia é que “*a própria economia (a lógica do mercado e da concorrência) se impõe cada vez mais como ideologia hegemônica*” (ZIZEK, 2011, p.10). Assim, as atividades humanas, nas palavras de Sen, deixam de lado

motivações relacionadas à ética e passam a ser orientadas por finalidades econômicas mais próximas à “engenharia”. Pode-se mencionar como exemplo a educação e a saúde, o processo de automercadorização das relações “amorosas” e mesmo as eleições. A “razão instrumental”, portanto, deixou de ser uma ideia observável no campo da crítica da ideologia, como mecanismo de dominação social, e tornou-se a base da dominação.

Então, se os interesses privados estão na esfera pré-ideológica, este “admirável mundo novo de mercadorização global se considera pós-ideológico” (ZIZEK, 2011, p.12). É a percepção – ideológica – da ausência de ideologia na esfera econômica. Zizek explica:

Isso não significa que a ideologia apenas reflita diretamente a economia como sua base real; continuamos totalmente dentro da esfera do aparelho ideológico de Estado, a economia funciona aqui como modelo ideológico, de modo que temos toda razão em dizer que a economia funciona aqui como aparelho ideológico de Estado – ao contrário da vida econômica “real”, que definitivamente não segue o modelo idealizado do mercado liberal (2011, p.12).

Exemplo estonteante da economia como aparelho ideológico de Estado reside no fato da apresentação de decisões políticas como questões de necessidades econômicas. Mais uma vez, a despilitização dos fenômenos sociais, lançando-os para a esfera puramente administrativa.

O sujeito do capitalismo pós-moderno, assim, possui uma subjetividade marcada pela demanda, que difere do desejo. A demanda ainda vincula-se a necessidade. O desejo, por sua vez, surge da falta, quando os objetos de satisfação tornam-se monótonos; torna-se urgente buscar outros objetos parciais para dar conta, sempre momentaneamente, do instinto pulsional. Essa busca forma a particularidade do sujeito. O desejo surge nos interstícios da demanda (na demanda por alimento, por exemplo, estrutura-se o desejo por amor); por isso, focar somente na satisfação das demandas sufoca o aparecimento do desejo. Se quer (demanda), se tem, não se sabe o que se quer (deseja). Vale lembrar: não basta impor limites ao ter; a grande questão é o encontro com o limite fundamental: não se pode ter tudo – a satisfação será sempre parcial e não há remédio para a morte. Acontece que o imperativo superegótico para o gozo, que não barra a *jouissance*, na sua frenética busca de felicidade, na sua fuga do real do sem-sentido, impele à satisfação imediata, confundindo demandas e desejo. O sujeito pós-moderno é, pois, desbussolado quanto ao seu desejo.

## 5.2 SUBDESENVOLVIMENTO À BRASILEIRA

Ladislau Dowbor indaga, numa formulação que traduz a bom termo a motivação deste trabalho: “Por que o Brasil é tão profundamente desigual, e por essa desigualdade se mantém e se reproduz em pleno século XXI?” (2009, p. 7). Este autor registra o paradoxo conhecido, quando afirma que tal desigualdade ocorre em paralelo ao crescimento econômico. Então, não seria a escassez de recurso a causa fundante das nossas abissais diferenças sociais. Buscar-se-á explicações plausíveis na Formação Social brasileira.

Para início de conversa, agora sob a perspectiva da dimensão econômica, complementando o que foi exposto no capítulo 2, cabe registrar a explicação de Furtado acerca da ideia de desenvolvimento. Segundo este autor, tal concepção encontra origem no pensamento europeu, a partir do século XVIII, sobretudo em três correntes:

A primeira dessas correntes se filia ao Iluminismo, com a concepção da História como uma marcha *progressiva* para o racional. A segunda está ligada à ideia de *acumulação de riqueza*, na qual está implícita uma opção entre o presente e o futuro ligada a uma promessa de maior bem estar. A terceira, enfim, vincula-se à ideia de que a expansão geográfica da civilização europeia significa para os demais povos da terra, que passam a ser considerados como “retardados” em graus diversos, o acesso a formas superiores de vida (2013, p. 198).

Em todas as três versões, evidencia-se a visão unilateral do desenvolvimento – desenvolvimento é aquilo o discurso hegemônico define como sendo desenvolvimento – e a possibilidade de diferenciação entre sociedades mais ou menos desenvolvidas, de acordo com os critérios balizadores de cada uma das correntes expressas. De modo complementar, características sociais não constituintes da definição oficial são descartadas, pois não possuem valor positivo, isto é, elementos importantes considerados por outros discursos são desconsiderados. A complexidade e riqueza próprias das relações humanas, desta forma, são reduzidas para, obedecendo ao paradigma da cientificidade moderna, tornarem-se passíveis de mensuração e controle. Note-se: tentar controlar, classificar e, sobretudo, valorar características sociais – a própria cientificidade moderna – era, e ainda é, uma postura discursiva dominante.

Ainda neste tema, Furtado afirma que, a partir da história recente, o desenvolvimento costuma ser definido a partir de três critérios inter-relacionados de forma complexa: como “evolução de um sistema social de produção na medida em que este, mediante a acumulação e progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho” (2013, p. 210); relacionando-o com a satisfação das necessidades humanas;



e sob a óptica da “consecução de objetivos que se propõem distintos grupos de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos” (2013, p. 211).

A primeira perspectiva obedece à lógica pragmática do produtivismo. A difusão da racionalidade instrumental nada mais é do que “a ampliação da área das relações sociais submetidas aos critérios da organização mercantil” (FURTADO, 2013, p. 201). Desta forma, submetendo a dimensão social, o capitalismo tomou a frente da organização da produção. Como resultante, tem-se uma realidade complexa, calcada numa permanente tensão que conjuga duas faces essenciais: por um lado, ao assegurar a reprodução dos privilégios, “o avanço da técnica encontra nessa sociedade todas as facilidades para efetivar-se” (FURTADO, 2013, p. 209); a acumulação, por seu turno, é ponto de partida para a instabilidade, pois fomenta as pressões sociais que pretendem reduzir desigualdades cada vez mais explícitas, de tal sorte que “a ação conjugada da inovação técnica e da acumulação conciliam a reprodução dos privilégios com a permanência das forças sociais que os contestam” (2013, p. 209). Estas novas formas de poder, que surgem das transformações sociais fruto das tensões próprias da dinâmica capitalista, conduzem os conflitos sociais para a esfera política.

Neste processo, o progresso técnico não deve ser considerado tão somente um meio para preservar um *fator de produção*, analisado simplesmente sob uma perspectiva microeconômica. Numa abordagem adequada, o entendimento sobre a questão do avanço da técnica deve compreender, de acordo com Furtado, “o conjunto das transformações sociais que tornam possível a persistência do processo de acumulação, por conseguinte a reprodução da sociedade capitalista” (2013, p. 204). Isto porque no sistema capitalista a acumulação alcançará um ponto de saturação – se mantida sem alterações a disponibilidade dos recursos naturais, a tecnologia e a composição da demanda final. Para superar este ponto de rendimentos decrescentes, é preciso, portanto, laçar mão do progresso técnico, cuja manifestação pode ser percebida na “a) maior eficácia dos processos produtivos; e b) introdução de novos produtos finais” (FURTADO, 2013, p. 205). Compreende-se, assim, o comportamento das grandes corporações transnacionais que se diferenciam pela inovação contínua de processos e produtos. Para tanto, utilizam-se do trabalho material encontrado a baixo custo na periferia do sistema e revestem de valor o trabalho imaterial no centro. Explicado está porque os “novos capitalismo” não são tão novos assim; decorrem da necessidade de atualizar o sistema para garantir sua reprodução.

O segundo critério traz em si elevado grau de ambigüidade. As necessidades humanas partem de um patamar básico, onde se busca a sobrevivência; neste caso, as tais necessidades humanas indispensáveis à manutenção da vida (comer, dormir, morar, não morrer) podem ser mensuradas mediante critérios objetivos. Todavia, como dito anteriormente, nem só deste tipo de necessidade vive o ser humano; imerso na linguagem, estruturado num espaço simbólico, ele torna-se um ser desejante. Furtado percebe, então, que neste patamar é preciso referir-se “a um sistema de valores, pois a ideia mesma de *necessidade*, quando não se trata do essencial, perde nitidez fora de certo contexto cultural” (2013, p. 211). Sob o ponto de vista da sociedade, ao tratarmos do tema Ideologia, ficou evidenciado que uma das estratégias ideológicas consiste em não reconhecer uma Necessidade, considerando-a mera contingência, e em transformar em Necessidade uma contingência sem sentido. O terceiro critério, por seu turno, refere-se à capacidade de negociação de interesses entre os diversos grupos sociais, ou seja, as regras que disciplinam a disputa devem permitir que os recursos escassos sejam distribuídos, possibilitando que diferentes grupos alcancem os objetivos a que se propõem. Uma democracia de oportunidades, por assim dizer.

A maneira peculiar de fazer interagir estes critérios, assim como o grau de relevância e prioridade concedido a cada um deles, tornará específica cada Formação Social. De modo semelhante ao que acontece entre as esferas de direito que compõem a cidadania, quando uma categoria pode contribuir para o alcance de direitos pertencentes à outra, os critérios definidores do desenvolvimento também se reforçam mutuamente. O aumento de produtividade pode colaborar diretamente para a satisfação das necessidades humanas básicas e mesmo de desejos; a possibilidade democrática de captação de recursos por um grupo social pode redundar no aumento de produtividade, etc. Isto não significa dizer o contrário: a satisfação das necessidades humanas não depende necessariamente do aumento de produtividade; depende antes das escolhas sociais. Por isso, a “*concepção de desenvolvimento* de uma sociedade não é independente de sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento é concebível sem a tutela de um sistema de poder” (FURTADO, 2013, p. 211).

E o subdesenvolvimento? A divisão internacional conformaria formações nacionais de vários tipos: países centrais, periféricos, desenvolvidos e subdesenvolvidos, apresentando, alguns, significativos desajustes e desequilíbrios econômicos e sociais, com segmentos atrasados e modernos. Furtado considera que o subdesenvolvimento “não é uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de

desenvolvimento”(1971, p. 181), isto é, o subdesenvolvimento não é uma fase constituinte de um processo evolutivo; mas uma formação constituinte do sistema capitalista. Para este autor, o subdesenvolvimento pode ser compreendido como “um aspecto do modo pelo qual o capitalismo industrial vem crescendo e se difundindo desde seu surgimento. Assim sendo, é totalmente enganoso construir um modelo de uma economia subdesenvolvida como um modelo fechado”. (1974, p.96).

Então, a condição de subdesenvolvido não decorre de qualidades ou defeitos intrínsecos ao país assim caracterizado. A condição de subdesenvolvido é dada por um arranjo sistêmico, forjado historicamente, qual seja “o quadro das formações tardias, o capitalismo bastardo, que de alguma forma previa e exigia que algumas nações do concerto mundial permanecessem nesse estágio” (CEPÊDA, 2008, p. 50), sendo a dependência ingrediente essencial desta relação. Assim, Furtado conclui que

Desenvolvimento e subdesenvolvimento são, portanto, dois processos históricos que derivam do mesmo impulso inicial, ou seja, que tem suas raízes na aceleração da acumulação ocorrida na Europa do fim do século XVIII e começos do XIX. Para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, vale dizer, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial (2013, p. 230, 231).

Pode-se afirmar, portanto, que desenvolvimento e subdesenvolvimento têm sua origem comum na Revolução Industrial, que inaugurou um sistema internacional de divisão do trabalho de considerável complexidade. Na segunda metade do século XIX, as transformações adquirem ritmo acelerado, sobretudo em duas vertentes: acumulação de capital nos sistemas de produção e comércio internacional (FURTADO, 2013). A convergência destes dois processos permite que o fator trabalho experimente aumento de produtividade, o que gera excedente. Furtado destaca: “como foi apropriado e como foi orientada a utilização desse excedente, constitui o problema fundamental no estudo da evolução do capitalismo industrial em sua fase de amadurecimento” (1974, p. 23). Apropriação e uso do excedente fruto da produtividade: eis o traço marcante que diferencia o desenvolvimento do subdesenvolvimento.

De acordo com a explicação de Furtado (1974), a evolução do capitalismo industrial pode ser estudada a partir de três fases. Na primeira fase do capitalismo industrial, o excedente foi centralizado na Inglaterra, onde se concentravam as atividades industriais. A segunda fase pode ser caracterizada pela consolidação de sistemas econômicos nacionais, que

reagiram diante do domínio inglês no cenário da economia mundial. Outras forças surgiam; é o grande momento do Estado Moderno. Registre-se: os países que alcançaram a posição de desenvolvidos, neste período via industrialização, implementaram uma política direcionada explicitamente para essa finalidade. Não foi uma passagem à toa. E aqueles que ficaram para trás deveriam empreender um esforço relativo ainda maior, porque, como a acumulação promove mais acumulação, os países industrializados se distanciaram rapidamente. Pior: o atraso, a depender do ponto, engendrou um sistema econômico sujeito ao sistema econômico internacional; já não há chances para a conformação de um sistema econômico nacional.

A terceira fase testemunhou a industrialização do mundo capitalista, desta vez sob o comando das empresas dos centros do sistema. Os países líderes iniciaram um processo de integração de suas economias, intensificando sua taxa de crescimento, facilitando o movimento de capitais e a implantação das grandes empresas – e suas estruturas oligopólicas – nos subsistemas nacionais. O início da desterritorialização acentuada fica aqui narrado. O surgimento do mercado internacional de capitais, para fechar com chave de ouro, termina por libertar as empresas dos inconvenientes enfrentados junto aos sistemas monetários e financeiros nacionais. Às favas com o Estado nacional, dirigente das atividades econômicas em prol do interesse geral da nação.

Diante da evolução do capitalismo industrial, Furtado afirma que “o ponto de origem do subdesenvolvimento são os aumentos de produtividade do trabalho engendrados pela simples realocação de recursos visando a obter vantagens comparativas estáticas no comércio internacional” (2013, p. 177). Isto quer dizer que os países são subdesenvolvidos, sob a perspectiva deste processo ampliado de industrialização, porque desde a primeira fase, com a criação sistêmica da divisão internacional do trabalho, alcançaram aumentos de produtividade sem a necessidade de quaisquer investimentos criativos; antes, bastou realocar recursos já disponíveis. Aproveitaram-se – e/ou foram forçados a isso – de “vantagens comparativas estáticas no comércio internacional”; a antiga função colonial de ofertantes de bens primários (nossas tão conhecidas *commodities*) foi mantida. Ainda assim, a agricultura fomentada pelo comércio exterior, mesmo não investindo em novos métodos de produção, galgou obter maior produtividade graças à especialização geográfica (FURTADO, 2013).

Como já dito, a apropriação e uso deste excedente será a marca que qualifica o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. É certo que, no caso das economias coloniais, quase todo o excedente era encaminhado ao exterior, onde permanecia. Furtado explica que

Nos casos em que esse excedente foi parcialmente apropriado do interior, seu principal destino consistiu em financiar uma rápida diversificação dos hábitos de consumo das classes dirigentes, mediante a importação de novos artigos. Este uso particular do excedente adicional deu origem às formações sociais atualmente identificadas como economias subdesenvolvidas (2013, p.178).

Então, enquanto os países desenvolvidos – industrializados – aplicavam o excedente na acumulação de capital, no aprimoramento de processos produtivos – melhorar técnicas e criar novos produtos – na ampliação de suas fronteiras comerciais – os seus domínios, o excedente dos países subdesenvolvidos – exportadores de produtos primários – era travestido em importações, e não na formação de capital. Sendo desta maneira, resta evidente que o excedente adicional oriundo dos incrementos de produtividade era gozado, nos países periféricos, por uma pequena minoria, consumidora dos novos bens produzidos pelo centro do sistema. Alerta Furtado: “as elites locais estiveram, assim, habilitadas para seguir de perto os padrões de consumo do centro, a ponto de perderem contato com as fontes culturais dos respectivos países”(2013, p.179, 180). A elite busca uma ilusão confortadora: mesmo diante de uma realidade diferente, de uma base econômica com menor grau de acumulação, esforça-se para viver como se pertencesse aqueles lugares onde o processo de acumulação era avançado. É uma fuga do ressentimento.

Para identificar historicamente o funcionamento das engrenagens que permitem o subdesenvolvimento, por conseguinte, é importante conhecer a matriz institucional que regula a formação social. Na dimensão econômica, necessário se faz atentar para dois momentos: a produção e a circulação. Observando a produção, verificar-se-á a alocação de recursos, a origem do excedente e a forma de sua apropriação; a circulação informará sobre como este excedente é utilizado. Caracteriza o subdesenvolvimento, a concentração do excedente em poucas mãos e seu uso voltado para a internalização de padrões de consumo copiados dos países onde a acumulação alcançou patamares mais elevados. Vislumbra-se neste processo a dependência cultural que serve de base para a reprodução das estruturas sociais.

Pela reprodução dos padrões de consumo, as elites importam padrões culturais. A mercadoria não é apenas uma coisa neutra; como toda criação humana, está envolta em sentido. Valores e comportamentos são igualmente importados como mercadorias. Correndo o risco de ser repetitiva, a ideologia *Em-si-e-Para-si*. Aqui está o meio através do qual as relações de dependência são introjetadas na estrutura social, como citado no subitem 3.5 deste trabalho. Importante esclarecer que a dependência é um fenômeno diferente do subdesenvolvimento. As formações sociais subdesenvolvidas são dependentes, afinal o

subdesenvolvimento nasce da dependência. No entanto, a dependência nem sempre originou países subdesenvolvidos. Tendo como referencial a dependência, cujo cerne é a contínua reprodução de padrões de consumo oriundos do centro – e o fato de serem os bens produzidos ou não localmente possui importância diminuta – as classes dominantes dos países periféricos consideram, como dito no mesmo subitem 3.5, o desenvolvimento como o mimetismo cultural de modelos importados. Em uma linha de análise bastante próxima, Dowbor, reconhece que o “Brasil já nasceu globalizado” (2009, p.8) e que

a relação de dependência não é uma relação externa apenas, é uma relação subordinada mas intensamente interativa, em que as elites nacionais buscam maximizar os proveitos num espaço econômico cujas regras são definidas de fora. [...] A articulação perversa do interno com o externo constitui um eixo explicativo essencial de nossa história. Como no caleidoscópio, as peças mudam de lugar, a configuração se desloca, mas permanece firme a articulação dos privilegiados com a economia dominante, reproduzindo a desigualdade (2009, p.11).

Como consequência deste processo de introjeção social via importação, o mercado para produtos manufaturados é formado nas regiões subdesenvolvidas por dois grupos distintos: de um lado a maioria da população com renda baixa, que consome uma restrita cesta de bens e serviços, e de outro uma minoria de renda elevada que busca produtos diversificados, sofisticados e de complexo conteúdo tecnológico. A tendência é que haja a utilização de processos produtivos intensivos em capital e tecnologia, permitindo às filiais das empresas transnacionais significativas vantagens no mercado interno. O fosso que separa os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos é, pois, reproduzido internamente, pondo em lados distintos a minoria privilegiada e a massa da população. A separação original – entre os países desenvolvidos (industrializados) e os subdesenvolvidos (exportadores de bens primários e importadores, mais que de bens, de padrões de consumo) – e a separação dela decorrente, esta aqui mencionada, pertencem ao mesmo quadro evolutivo. Como explica Furtado:

A integração do centro permitiu intensificar sua taxa de crescimento econômico, o que responde, em grande parte, pela ampliação do fosso que o separa da periferia. Por outro lado, a intensidade de crescimento no centro condiciona a orientação da industrialização na periferia, pois as minorias privilegiadas desta última procuram reproduzir o estilo de vida do centro. Em outras palavras: mais intenso o fluxo de novos produtos no centro (esse fluxo é função crescente da renda média) mais rápida a concentração de renda na periferia (1974, p. 46).

Esta disparidade é possível, dentre outras razões, porque nos países subdesenvolvido o aumento de renda é concentrado e a modernização ocorreu sem desenvolvimento econômico.

Como nos ensina Furtado, o aumento da renda de uma comunidade é derivado a partir de pelo menos três processos diferentes:

a) o desenvolvimento econômico: isto é a acumulação do capital e adoção de processos produtivos mais eficientes; b) a exploração de recursos naturais não renováveis; c) a realocação de recursos visando a uma especialização num sistema de divisão internacional do trabalho (1974, p. 97).

O aumento de renda implica em uma diversificação na cesta de produtos ofertados e consequente aumento do consumo, mas este cenário pode ocorrer sem desenvolvimento econômico. As nações subdesenvolvidas geram renda, como ressaltado anteriormente, a partir da realocação dos fatores produtivos, seja para a exploração de recursos naturais não renováveis – minério, por exemplo –, seja para o alcance da especialização no sistema da divisão internacional de trabalho – a obediência às regras das vantagens comparativas de David Ricardo, traduzida em cores fortes nos ciclos das monoculturas brasileiras. Assim, podemos definir modernização como a “adoção de padrões de consumo sofisticados (privados ou públicos; civis e militares) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos” (FURTADO, 1974, p. 81). O autor destaca uma questão relevante ao reconhecer que, pelo fato do acesso a novos produtos, no mais das vezes, ser limitado a uma “minoría formada por pessoas de altas rendas, o desenvolvimento baseado principalmente na introdução de novos produtos corresponde a um processo de concentração de renda” (FURTADO, 1974, p.96). Isto porque ao processo externo de dependência, no âmbito do subdesenvolvimento, corresponde o processo interno de exploração. A concentração de renda permite a modernização e a modernização retroalimenta a concentração de renda; o rio só corre para o mar.

O processo de modernização torna-se ainda mais importante quando os países subdesenvolvidos promovem a industrialização via substituição das importações. A tecnologia então “incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim com o perfil da demanda (o grau de diversificação do consumo) do setor modernizado da sociedade” (FURTADO, 2013, p.81). Mais um abismo se impõe: é esta distância entre os procedimentos técnicos utilizados para a produção daquilo que antes se importava e o verdadeiro patamar de acumulação que irá caracterizar o subdesenvolvimento industrializado.

Uma construção lógica: a industrialização intentada pelos países subdesenvolvidos substitui importações. Ora, quem importa é a minoría, apropriando-se e utilizando-se do

excedente adicional para tanto. Seguindo com o raciocínio, a industrialização nestes países será, em consequência, orientada para ofertar bens que satisfaçam (parcialmente, sempre!) a minoria modernizada. A diferença entre o grau de diversificação de consumo deste grupo privilegiado e a massa da população será, então, expressa concretamente na organização do sistema produtivo. Um corpo para um sintoma. Não por outra razão, “o chamado “desequilíbrio ao nível dos fatores” deve ser considerado como inerente à economia subdesenvolvida que se industrializa” (FURTADO, 2013, p.88). Para realizar o sonho:

A cooperação das grandes empresas de atuação internacional passou a ser solicitada pelos países periféricos, como a forma mais fácil de contornar os obstáculos que se apresentam a uma industrialização retardada que pretende colocar-se em nível técnico similar ao que prevalece atualmente nos países cêntricos. O dito no parágrafo anterior evidencia que, à medida em que avança o processo de industrialização na periferia, mais estreito tende a ser o controle do aparelho produtivo, aí localizado, por grupos estrangeiros (FURTADO, 2013, p.89).

Para Furtado, assim, a conformação do aparelho produtivo nacional passa a ser referenciada pela “forma de programação pelas subsidiárias das grandes empresas dos padrões de consumo a serem adotados” (1974, p.89). A ação das empresas transnacionais e o comércio exterior intensificariam um processo que tende a perpetuar a concentração da renda e o aprofundamento das desigualdades sociais, setoriais e regionais. Em outras palavras, para Celso Furtado, tais disparidades têm origem nas relações comerciais internacionais instituídas desde o período colonial que tenderam à ampliação ao longo dos séculos sendo, mais recentemente, impulsionada pelo crescimento das atividades econômicas modernas. O autor registra os rebatimentos políticos e sociais da ação resultante dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), afirmando que

num país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas, conduzirá quase necessariamente a tensões intra-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional (FURTADO, 1992, p. 35).

Como são aspectos constitutivos recíprocos, ao observar as relações econômicas, as relações de poder devem ser consideradas. Sobre o sistema de poder, em sua vasta obra Furtado destaca em muitas oportunidades a contínua intervenção do Estado nas questões econômicas e sociais. E reconhece que o ente que tutela é também tutelado: o autor ressalta a influência exercida pelos programas dos organismos internacionais e pelas corporações privadas globais sobre as condições políticas e econômicas das unidades nacionais. Registra,



também, os relevantes impactos determinados pelos fluxos financeiros e comerciais decorrentes da lógica das empresas transnacionais sobre as realidades nacionais e regionais, haja vista as características próprias de seus respectivos ambientes que absorvem e refletem alterações ocorridas no contexto internacional, tanto no campo político econômico como nas questões culturais e ambientais. Furtado, desde *O Mito do desenvolvimento econômico* (1974), chama a atenção para responsabilidade dos países que “constituem a vanguarda da civilização industrial” com respeito à destruição ambiental e às heranças culturais; a *fatura ecológica* a ser paga pelos países que se beneficiaram de um estilo de vida difundido em todo o mundo por suas empresas (1974, p.77). Parece complicado formular uma política de desenvolvimento com um tão diverso sistema de poder.

Outro autor cuja obra é obrigatória para compreensão da Formação Social brasileira é Francisco Oliveira, que destaca a importância das especificidades dos países latino-americanos, cujo estatuto de ex-colônias moldou suas condições políticas e o escravismo, o rebaixamento social de sua força de trabalho. Oliveira reconhece a articulação estruturante entre as formas econômicas subdesenvolvidas e a totalidade do sistema capitalista:

O termo subdesenvolvimento não é neutro: ele revela, pelo prefixo “sub” que a formação periférica assim constituída tinha lugar numa divisão internacional do trabalho capitalista, portanto hierarquizada, sem o que o próprio conceito não faria sentido (2003, p. 128).

Em sua *Crítica à Razão Dualista* (1972), Oliveira também buscou explicitar os elementos marcantes da questão do subdesenvolvimento nacional. É interessante observar várias passagens da *Crítica* em que este autor enuncia aspectos relevantes para a melhor compreensão da intervenção pública, componente importante da problemática nacional, haja vista que sua análise “incorpora, como variáveis endógenas, o nível político ou as condições políticas do sistema” (2003, p. 29), pois, para Oliveira, “o *subdesenvolvimento* pareceria ser um sistema que se move entre sua capacidade de produzir um excedente que é apropriado parcialmente pelo exterior e sua incapacidade de absorver internamente de modo produtivo a outra parte do excedente que gera” (2003, p. 34). A outra parte do excedente que gera transforma-se em produtos importados.

Em sua abordagem dos processos decorrentes da Revolução de 1930, Oliveira destaca que a economia brasileira testemunhava “o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano industrial” (2003, p.35). Dito de outro modo: o propósito da introdução de um “novo modo de acumulação, qualitativa e

quantitativamente distinto, que dependerá substancialmente de uma *realização parcial interna crescente*” (2003, p. 35).

Decisivo para instauração ou reforço deste novo modelo de acumulação era a transformação do grande contingente populacional em uma categoria essencial para a reprodução capitalista: o “exército de reserva”. O “exército de reserva” garantia estabilidade para o cálculo econômico do capitalista, haja vista isentá-lo da competição pelos fatores de produção num mercado livre; a mão-de-obra estaria sempre ali, à disposição. No sentido desta (trans)formação as leis trabalhistas, dentre outras medidas, desempenharam um papel fundamental: o salário mínimo reduzia, ao invés de incrementar, o preço da força de trabalho e, ao fixá-lo uniformemente, impedia que a concorrência no mercado pudesse oferecer melhor pagamento a categorias especializadas. Nas palavras de Oliveira, esta era uma “operação de *igualar pela base*” (2003, p.38).

O Estado realizou outras intervenções na esfera econômica visando à criação de bases para a acumulação capitalista industrial,

operando na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídios a outras atividades produtivas. Essa intervenção tem um caráter *planificador* [...] para destruir o modo de acumulação para o qual a economia se inclinava naturalmente, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação. (OLIVEIRA, 2003, p. 40).

Os preços do “velho mercado” são, neste novo processo de acumulação, substituídos pelos “preços sociais”, que objetivam consolidar o “novo mercado” (OLIVEIRA, 2003), garantindo-lhe sustentação até que possa andar com as próprias pernas. Explica Oliveira que

Os “preços sociais” podem ter financiamento público ou podem ser simplesmente a imposição de uma distribuição de ganhos diferente entre os grupos sociais, e a direção em que eles atuam é no sentido de fazer da empresa capitalista industrial a unidade mais rentável do conjunto da economia. Assim, assiste-se à emergência e à ampliação das funções do Estado, num período que perdura até os anos Kubitschek (OLIVEIRA, 2003, p. 40).

Outro vetor importante para o novo modelo de acumulação é a agricultura, que ganha contornos qualitativamente diferentes. Como setor de exportação, a agricultura não deverá mais se prestar simplesmente ao pagamento de bens de consumo importados; antes, “deve suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa” (OLIVEIRA, 2003, p. 42); enquanto setor voltado para o consumo interno, a agricultura deverá satisfazer as

necessidades da massa populacional urbana. Posto que representante por excelência do “velho mercado”, do ciclo agrário-exportador, a agricultura deve ser mantida, porém não estimulada como centro do novo sistema.

Oliveira destaca a solução do denominado “problema agrário” nacional, apoiada “no enorme contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras”(2003, p.43) e na ação do Estado que, unindo estes dois fatores, constrói a infraestrutura rodoviária e incentiva a ocupação de áreas. Tais processos podem ser compreendidos como uma “acumulação primitiva” redefinida, reforçando as condições da expansão capitalista, pois, embora não tenham resultado na expropriação da propriedade, implicaram na expropriação do excedente alcançado pela posse transitória da terra – o trabalhador prepara a terra para a atividade agrícola do proprietário (OLIVEIRA, 2003).

Em poucas palavras, pela mão do Estado as relações entre a agricultura, com seu “padrão primitivo”, e a indústria, com sua produtividade crescendo de forma acelerada, estavam integradas dialeticamente; ambas desempenham funções vitais para consolidação, o fortalecimento e a expansão do sistema. Oliveira afirma: “Nessa combinação é que está a raiz da tendência à concentração da renda na economia brasileira”(2003, p. 47). Mais adiante, de forma enfática, Oliveira descarta a utilização da idéia de setores “*atrasados*” e “*modernos*” em nossa economia. A originalidade, após 1930, consistiria em que

a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global. [...] *Nas condições concretas descritas, o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder, em que as próprias medidas de intenção corretiva ou redistributivista – como querem alguns – transformaram-se no pesadelo prometeico da recriação ampliada das tendências que se queria corrigir* (OLIVEIRA, 2003, p. 60).

Na trajetória brasileira, o moderno – representado pela produção urbano-industrial – alimentou-se das relações econômicas e sociais existentes – das exportações de bens primários e da economia de subsistência, aproveitando-se, como acima mencionado, de “benfeitorias como *acumulação primitiva*” (OLIVEIRA, 2003, p.129). As atividades produtivas atrasadas, portanto, constituem elementos fundantes de nosso “transformismo”: “forma de modernização conservadora, ou de uma revolução produtiva sem revolução burguesa” (OLIVEIRA, 2003, p.131); são mesmo necessárias à expansão capitalista. Dowbor (2009), de modo semelhante, questiona a abordagem dualista na caracterização do *antigo X*

*novo*, ou entre o *pré-capitalista e o capitalista*, optando por reconhecer que estes elementos compõem uma única realidade.

Tal percepção é acompanhada por Oliveira, para quem, longe de modelos clássicos em que “o tipo de relações de produção estabelecido entre o capital e o trabalho na indústria” tende a “exportar-se” para o restante da economia, no Brasil,

a implantação das novas relações de produção no setor estratégico da economia tende, por razões em primeiro lugar históricas, que se transformam em razões estruturais, a perpetuar as relações não-capitalistas na agricultura e a criar um padrão não-capitalístico de reprodução e apropriação num setor como o de serviços. A “especificidade particular” de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga “periferia” onde predominam padrões não capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema (2003, p. 69).

Neste momento, é importante reconhecer na obra de Oliveira a postura crítica diante do que Zizek descreveu como um estratagema ideológico: a polaridade dos opostos fazendo sombra ao real do antagonismo. Oliveira não se deixa iludir: o setor agrário e o setor industrial não são polaridades opostas; são o real do antagonismo, combinado de forma dialética. Não há um território do atraso e outro do moderno, nem tão pouco um terceiro território neutro onde um dos dois setores oponentes possa vencer a disputa econômica (e ideológica, claro). Ou o atraso ou o moderno, “é preciso superar o atraso, optar pelo moderno” e coisas do gênero não são cabíveis. O atraso não fica “para trás” porque o espaço é um só – o Brasil neste caso – e a coexistência do atraso com o moderno conforma o antagonismo estrutural da economia, política e sociedade brasileira.

No período Kubitschek, Oliveira destaca algumas das iniciativas do Estado brasileiro: construção e ampliação da infra-estrutura e avanço da fronteira agrícola “externa”; operação “de uma estrutura fiscal primitiva e extremamente regressiva” (2003, p.72), que promove o contínuo aumento de seus déficits e endividamento; e, ainda, a opção pela associação com o capital estrangeiro, principalmente para o uso de sua tecnologia. Para o autor, a partir da existência de “*condições estruturais*, intrínsecas que poderiam alimentar tanto a acumulação como a formação do mercado interno [...] os atores atuaram deliberadamente em busca de ampliação e consolidação de estruturas de dominação capazes de propiciar crescimento” (2003, p.75). Assim, sua rápida apreciação do Plano de Metas no período 1956-1960, que pretendia avançar cinquenta anos em cinco, é positiva, pois as intervenções do Estado brasileiro são consideradas coerentes, visando impedir o aparecimento de pontos de

estrangulamento na oferta de bens intermediários para os novos segmentos produtivos industriais, bem como de infraestrutura para viabilizar o avanço da fronteira agrícola “externa”, com obras como Brasília (OLIVEIRA, 2003).

Oliveira descarta as críticas sobre a possível má qualidade do planejamento esboçado no Plano de Metas, afinal “o importante é reconhecer que os meios e os fins objetivados não eram apenas coerentes entre si, como foram logrados” (2003, p.75). No período, as prioridades definidas, a legislação tarifária e o câmbio “não podem ser entendidas como acaso, nem como medidas tópicas para equilibrar o balanço de pagamentos, que tiveram por resultado a aceleração da industrialização. Ao contrário, elas foram concebidas exatamente para isso” (2003, p.75).

Por sua importância, consideramos ser pertinente explicitar um rápido panorama da economia brasileira e de algumas medidas governamentais adotadas no período 1955-1964 antes de registrar os elementos principais da análise sobre o Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG. As intervenções do governo Juscelino Kubitschek, na ausência de uma reforma fiscal condizente com os gastos estipulados, apoiaram-se em emissões monetárias, observando-se, ao lado das altas taxas de crescimento da economia (9,3% ao ano de 1957 a 1961) a aceleração dos preços (de 15,7% em 1957-58 para 34% no triênio 1959-61).

A escalada dos preços mobilizou os trabalhadores organizados e várias lutas reivindicatórias por aumentos salariais e greves ocorreram: “de uma média anual de 22 greves no período 1955-58, subiu para 67 greves no período 1959-60 e 127 em 1961-63” (SOUZA, 2007, p.45). Tais ações possibilitaram a relativa preservação do poder de compra dos trabalhadores e um pequeno aumento do salário real do pessoal ocupado na indústria.

Em 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros assumiu a Presidência e sua equipe de governo pretendia viabilizar o pagamento da dívida externa e controlar a inflação, cuja causa era atribuída aos aumentos nominais de salários. No entanto, a desvalorização da moeda brasileira, como efeito da Instrução nº 204 da SUMOC, de 13 de março de 1961, onerando a importação de bens e insumos essenciais como petróleo e trigo, fomentou o aumento dos preços e a intensificação da luta sindical. Do outro lado, “os grupos econômicos oligopolistas aumentavam suas margens não só para anular os efeitos inflacionários, mas também para aumentar sua lucratividade” (SOUZA, 2010, p. 143). Tal panorama perdurou ao longo do Parlamentarismo, da posse de João Goulart em 7 de setembro até 6 de janeiro de 1963.

Oliveira destaca questões interessantes advindas deste período. O Plano Trienal considerava que o processo inflacionário era decorrente de “desequilíbrios estruturais da economia brasileira, os quais somente seriam sanados mediante políticas de longo prazo” (2003, p.147). Os determinantes da estagnação da economia seriam o refreamento do processo de substituição das importações, visto que a evolução do segmento industrial já induzia o comportamento do conjunto da atividade produtiva; as consequências da Instrução 204 e a redução dos gastos públicos. No período 1961-64 houve “um pequeno ganho da massa salarial em relação à inflação de preços” (OLIVEIRA, p.156). Segundo Sousa, na primeira metade da década de 1960 questões econômicas eram ressaltadas por atores políticos para fomentar situações de “*exceção* em que valores humanísticos como a liberdade individual de pensamento e opinião necessitariam de *cerceamento*” (2010, p.158). As questões econômicas já superam quaisquer motivações de ordem ético-política.

Após o golpe de 1964, o regime militar buscou conter a inflação de forma a constituir um ambiente econômico favorável à retomada dos investimentos públicos e privados. A própria realidade justificava tal prioridade, pois a média anual de aumento de preços de cerca de 31%, nos anos de 1960 e 1961, salta para 92% em 1964. As medidas adotadas pelo governo proporcionaram a regressão anual da taxa de inflação, em 1967, para o citado patamar do início da década. Em 1968 tal variação chegou a *apenas* 22%.

Além das medidas usuais de controle inflacionário – redução do déficit público mediante a redução dos gastos e ampliação das receitas, restrição do crédito através do aumento da taxa de juros –, o governo passou a “determinar os reajustes salariais, via política salarial, objetivando romper as expectativas e conter reivindicações. A fórmula de reajustes decidida pela política salarial (Circular 10 de 1965) teve por consequência uma grande redução do salário real” (GREMAUD, 1996, p.185). Tais perdas foram posteriormente, em 1996, reconhecidas e estimadas em 25% por seu próprio autor, Mário Henrique Simonsen. Considerando-se como base 100 o ano de 1960, o índice de salário mínimo diminuiu de 92, em 1964, para 70 em 1968 (SOUZA, 2010, p.173).

Assim, Oliveira destaca que o Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG inova ao adotar a prática de uma “política *seletiva* de combate à inflação”, que possibilitará a almejada expansão do sistema, que requer, principalmente, a elevação da taxa geral de lucro. Oliveira assim caracteriza o PAEG:

A política seletiva implantada distingue, antes, *seletividade das classes sociais e privilegia as necessidades da produção* [...]. Em poucas palavras, a

política de combate à inflação procura transferir às classes de rendas baixas o ônus desse combate, buscando que as alterações no custo de reprodução da força de trabalho não se transmitam à produção, ao mesmo tempo em que deixa galopar livremente a inflação que é adequada à realização da acumulação, através do instituto da correção monetária (2003, p.94).

Sobre este período, interessantes são os comentários de Ribeiro (2001), que estuda o modelo de administração política dos militares e demonstra que estava dirigido a oferecer apoio aos investimentos estrangeiros através das sociedades de economia mista. Para Ribeiro (2001), entre 1967-84, a maioria dos setores industriais no Brasil foi dominada pelas corporações multinacionais, por *joint-ventures* ou por empresas mistas, controladas por empresas multinacionais em associação com o Estado. Considera ainda que a administração política neste período “no contenia contradicciones que se pudiesen contraponer a la dinámica del capitalismo” (2001, p. 113). Questões como o centralismo das decisões, a centralização da formulação e da produção pela União e a concentração espacial da indústria foram conseqüências e “estaba en consonância com la necesidad de construir el capitalismo industrial” (RIBEIRO, 2001, p.113).

Segundo Oliveira, com o passar dos anos as características e as restrições impostas pelo modelo se avolumaram. O mercado para os “produtos dos novos ramos industriais assentava-se exatamente numa distribuição extremamente desigualitária da renda” (2003, p. 96). A tradução para a estruturação produtiva da diferenciação dos padrões de consumo das elites e das classes populares de que falou Furtado. Dado que a taxa de lucro é o motor da expansão da economia, nos ramos denominados “dinâmicos”, as empresas irão requerer a homogeneidade monopolística da economia tanto para a proteção de mercados, mas principalmente como necessidade de sua expansão “em áreas e setores da economia ainda não sujeitos às práticas da monopolização” (2003, p.101). Apoiado na alta taxa de lucro e no “subsídio ao capital”, o conglomerado, “unidade típica dessa estruturação monopolística” é também uma “*estruturação da expansão*”(2003, p.101). Seria parecido com a união entre os interesses políticos e interesses econômicos que fomentaram a segunda fase da evolução do capitalismo industrial, com a participação efetiva do Estado na conquista e manutenção de fronteiras comerciais, se não fosse o planejamento para beneficiar poucos, excetuando o país. Por outro lado, “a fim de incentivar e manter alta a taxa de lucro, o Governo abre mão de parte de suas receitas e, para financiar suas inversões, recorre, em níveis cada vez mais altos, ao crédito externo”(2003, p. 105).

Problemas na esfera produtiva que determinam problemas na taxa de lucro do setor empresarial, mesmo que conjunturais, reduzem a “confiabilidade” do modelo explicitada pela órbita financeira e incrementada pela “especulação bursátil” (2003, p.116). Buscando minimizá-los, “as políticas de incentivo à inversão” – aumento da capacidade produtiva – constituem “uma forma desesperada de manter alta a taxa de acumulação”, socializando os recursos aplicados, reduzindo “o custo do capital para os investidores, para os quais as taxas de lucros que os novos investimentos possam propiciar poderão continuar sendo *altas em relação ao próprio capital investido*” (2003, p. 116). Para fugir ao espectro da depressão, em busca da preservação ou se possível, a elevação da taxa de lucro, são penetrados “os espaços e setores ainda não-monopolísticos; esse movimento, necessariamente, tem como resultado uma maior concentração da renda.” (2003, p. 117).

As ações decorrentes do PAEG para o controle do processo inflacionário e para a expansão do parque produtivo acabaram por restringir o aumento real da remuneração dos trabalhadores, assim como a absorção por eles dos ganhos de produtividade alcançados pelas empresas. Esta restrição ocorre por força da fixação dos salários, diminuindo mais que incrementando, nivelando pela base; do perfil da estrutura tributária, indireta e regressiva; pela ocorrência da inflação; e pela herança concentradora de capital e renda. Como foi vetado o acesso das massas aos ganhos da produção, após 1964 a expansão capitalista aprofundou a exclusão e, “*mais que isso, tornou a exclusão um elemento vital de seu dinamismo*” (2003, p. 118). Cabe destacar que já há mais de 40 anos o autor já identificava as “contradições entre relações de produção e o nível de desenvolvimento das forças produtivas” sendo “*resolvidas pelo aprofundamento da exploração do trabalho*” (2003, p.105), bem como “o crescente distanciamento entre a órbita financeira e a órbita da produção é o preço a ser pago por essa precoce hegemonia do capital financeiro” (2003, p.106).

### 5.3 O ORNITORRINCO<sup>4</sup>

A questão proposta por Francisco de Oliveira, em seu texto *O ornitorrinco*, de 2003, decorre da sua percepção de que a sociedade brasileira situa-se em um complexo patamar para o qual foi levada por um conjunto de elementos externos e internos. Deste lugar, tem poucas

---

<sup>4</sup>O sociólogo Francisco de Oliveira apresenta o ornitorrinco - estranho animal com características de várias espécies, improvável na escala evolutiva defendida por Darwin - como metáfora para qualificar o padrão do capitalismo que ocorre no Brasil.



chances de sair. Fazendo menção à contribuição de Anibal Pinto, Oliveira define o ornitorrinco como uma “exarcebação da heterogeneidade estrutural” (2003, p.150). Condenado a “acumulações primitivas” em sua trajetória, sejam as privatizações, seja sua submissão à voracidade financeira, “o ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão” (OLIVEIRA, 2003, p. 150). Assim sendo, de certa forma podemos identificar características da sociedade e da economia brasileiras como conformadoras do ninho nascedouro do *ornitorrinco*: “o ornitorrinco é uma das sociedades capitalistas mais desigualitárias”, resultante da “combinação do estatuto rebaixado da força de trabalho com a dependência externa” (2003, p. 143). Consubstancia o presente de uma das possibilidades do futuro enunciado na *Crítica à Razão Dualista* de 1972: firmou-se o signo do *apartheid* (2003, p.119).

É importante salientar que a heterogeneidade estrutural, que particulariza os países subdesenvolvidos de acordo com a citada elaboração de Aníbal Pinto, contrapõe-se ao processo de homogeneização experimentado pelos países do centro do sistema. E, para não restar dúvidas, é preciso definir homogeneização social, lembrando que este conceito “não se refere à uniformização dos padrões de vida, e sim a que os membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais (FURTADO, 1974, p.38).

Para Oliveira, os traços herdados de formação colonial brasileira e da de sua trajetória econômica acabaram sendo ainda mais aprofundados pelos efeitos da Terceira Revolução Industrial, da mundialização produtiva e da crescente importância do capital financeiro sobre as políticas macroeconômicas dos estados nacionais. Nas palavras de Roberto Schwartz, trata-se de um patamar no qual o Brasil se define pelo que não é: “pela condição subdesenvolvida, que já não se aplica, e pelo modelo de acumulação que não alcança” (2003, p.15).

Já mais recentemente, no final da década passada, Francisco de Oliveira proporcionou duas provocações consistentes para a melhor interpretação da economia brasileira. Em 2007, no texto *Hegemonia às Avessas*, já analisado no quarto capítulo deste trabalho, o autor comenta a vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno, no qual, “um dos resultados formidáveis da eleição, incluindo os pleitos para os Estados e a renovação do Congresso, foi a salada de coligações e coalizões” (OLIVEIRA, 2010, p 21). Esperava-se a continuidade do Programa Bolsa Família e “a manutenção do conservadorismo na política econômica”, evidenciando que “Lula não tem objetivos porque não tem inimigos de classe”

(2010, p.24). Nesta época, lançando seu olhar inquieto para o futuro, incomoda-o a possibilidade do Brasil, seguindo os passos da África do Sul, estar construindo sua *hegemonia às avessas*. O destaque político concedido à questão da pobreza e da desigualdade, graças a “era da invenção”, e o Bolsa Família como instrumento para a derrota de nosso *apartheid*, acaba por despolitizá-las, transformando-as em um problema de administração (OLIVEIRA, 2010). Assim, Oliveira identifica a consolidação dos fundamentos desta nefasta *hegemonia*, que se diferencia das práticas já conhecidas de dominação, não sendo patrimonialismo nem patriarcalismo, mas que, efetivamente permite que os dominados não questionem o processo de reprodução capitalista e capitulem perante a “exploração desenfreada” (2010, p.24). Sob a perspectiva da economia, esta é a questão essencial:

Nos termos de Marx e Engels, da equação "força + consentimento" que forma a hegemonia, desaparece o elemento "força". E o consentimento se transforma no seu avesso: não são mais os dominados quem consentem na sua própria exploração. São os dominantes - os capitalistas e o capital, explicita-se - que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, à condição de que a "direção moral" não questione a forma da exploração capitalista.

Dois anos depois, em 2009, o autor destaca o conteúdo reformista do mandato presidencial e a manutenção de amplas alianças para viabilizar a governabilidade, articulando coalizões “acima e à margem de definições ideológicas” e operando um “pragmatismo irrestrito” (2010, p.370). Oliveira relaciona alguns dos aspectos marcantes da trajetória de nossa “ordem capitalista avassaladora” (2010, p. 370), destacando que, a partir de meados da década de 1990, as privatizações, o desmantelamento dos núcleos de excelência da estrutura do Estado, bem como a redução da capacidade do governo em implementar medidas econômicas perante a voracidade dos interesses da acumulação financeira, “só fez aumentar a autonomia do capital, retirando das classes trabalhadoras e da política qualquer possibilidade de diminuir a desigualdade social e aumentar a participação democrática” (2010, p.370). Prossegue:

Se FHC destruiu os músculos do Estado para implementar o projeto privatista, Lula destrói os músculos da sociedade, que já não se opõe às medidas de desregulamentação. E todos fomos mergulhados outra vez na cultura do favor (OLIVEIRA, 2010, p. 370).

Em poucas palavras, para Oliveira, a “novidade do capitalismo globalitário é que ele se tornou um campo aberto de bandidagem”, que “avassala todas as instituições, rompe todos os limites, dispensa a democracia” (2010, p.376).

Tendo em vista os principais elementos de nosso projeto de investigação, cabe observar as interpretações de Leda Paulani com respeito à conformação no Brasil de um estado de emergência econômico, que – ao tempo em que nos lembra as observações de Celso Furtado (1974) relativas ao fato de que o desenvolvimento é um *mito* – apresenta argumentação que se relaciona e reforça o contexto explicitado anteriormente por Francisco de Oliveira. Em seu texto *Capitalismo Financeiro, Estado de Emergência Econômico e Hegemonia às Avessas no Brasil*, a pesquisadora destaca que atualmente o “capitalismo é presidido pela lógica e pelos imperativos da valorização financeira”, e que sua fração financeira “é o avesso do mercado, da concorrência, do risco capitalista e da ausência do Estado”. Assim, a reprodução ampliada do capital passa por “um estreitamento das relações entre poder e dinheiro, uma vez que o sistema é marcado pela discricionariedade, pelo compadrio e pelo privilégio” (PAULANI, 2010, p. 108).

Por sua importância, cabe registrar que o binômio *poder e dinheiro* explicita o fato de que “a dinâmica capitalista fica completamente incompreensível senão levarmos em conta o movimento simultâneo de suas determinações econômicas e políticas” (TAVARES; FIORI, 1997, p.9). Já na segunda metade da década de 1990, os analistas brasileiros percebiam que a nova etapa da internacionalização capitalista se estruturava a partir do processo de globalização financeira que, apoiado nos mecanismos de desregulamentação comercial e financeira e de liberdade cambial, se caracterizava pela “re-hierarquização de poderes políticos e econômicos regionalizados e assimétricos”(TAVARES; FIORI, 1997, p.11) e por não ser inclusivo nem homogeneizador.

Cardoso de Mello em texto redigido em 1996 é explícito:

o desenvolvimento monstruoso do capital financeiro revelou uma verdade incontestável [...] o capitalismo é um regime de produção orientado pela busca da riqueza abstrata, da riqueza em geral expressa pelo dinheiro. Esta abstração destrutiva aparece com toda sua força nua e crua no atual rentismo especulativo. Mas aparece por assim dizer encoberta pelo véu tecnológico das forças produtivas desencadeadas pela Terceira Revolução Tecnológica, sob a qual também se camufla o conflito entre o capital produtivo e o capital especulativo. O desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a intensificação da disparidade dos rendimentos, a heterogeneidade do mercado de trabalho e o agravamento da pobreza estão aí para quem quiser ver, e reconhecer enfim que no capitalismo o que ele sempre foi, uma gigantesca máquina de produzir desigualdade (1997, p.24).

Talvez seja procedente um rápido comentário sobre o ambiente mundial em que ocorreu o fim do denominado sistema de *Bretton Woods* a partir de 1979, que acabou por deflagrar os vários processos de desregulamentação econômica internacional. Em seu artigo *A*

*retomada da hegemonia norte-americana*, de 1985, a economista Maria da Conceição Tavares destaca a necessidade de que as análises das relações internacionais considerem a predominância política e econômica desta potência. A autora reconhece tanto o poder econômico e militar norte-americano, como sua “capacidade de enquadramento econômico financeiro e político-ideológico de seus parceiros e adversários (decorrente) de uma visão estratégica da elite financeira e militar americana que se reforçou com a vitória de Reagan” (1997, p.29). Posteriormente, em 1997, em um *Pós-escrito*, Tavares observa a evolução assimétrica da economia internacional no período 1980-1995, e ressalta o caráter concentrador da dinâmica do processo da acumulação. Para esta autora é a configuração da “ditadura do capital financeiro” e seus mecanismos de globalização que delineia a trajetória da “transnacionalização produtiva” (1997,p.29).

Sem pretender incluir em nosso trabalho de pesquisa uma resenha comentada da evolução da globalização financeira, consideramos importante destacar suas (nefastas) implicações sobre a capacidade da política pública de garantir aos cidadãos um nível mínimo de bem estar material e de oferta de serviços sociais de qualidade. Assim, as contribuições de José Carlos Braga, divulgadas em 1977, são úteis, pois, ao reconhecer que a dominância financeira determina o padrão sistêmico de riqueza (1997), auxilia à melhor compreensão dos alcances da intervenção pública. De acordo com Braga, nas décadas de 1980 e 1990, os EUA tornaram-se um *mercado nacional transnacionalizado* e, para minimizar turbulências financeiras e tendências recessivas, o Banco Central norte-americano acabou “estabelecendo um déficit público alimentado pelo componente financeiro, restringindo o papel dinamizador do gasto governamental sobre a renda nacional”(1997, p.209). Tal fenômeno se observa em muitos países, atingindo os Tesouros Nacionais, as dívidas públicas e os Bancos Centrais que são compelidos “ao exercício da política monetária segundo as *pautas* do mercado” (1997, p.234), atuando sem ditar ordens, buscando, apenas através da comunicação e da persuasão, implementar suas medidas.

Braga antecipa que as crises financeiras e rupturas nas estruturas de financiamento da esfera produtiva levam à “emergência de *engenharias financeiras* público-privadas, na manutenção do *pânico controlado, socorro a bancos*, resgates e remendos a regime monetários e cambiais, geralmente com ônus fiscais não desprezíveis” (1997, p.234). O autor registra também

a transformação das finanças públicas em reféns ao ponto de lhes reduzir sensivelmente a capacidade de promover o gasto autônomo dinamizador do

investimento, da renda e do emprego; de tornar financeirizada a dívida pública que, como tal, sanciona os ganhos financeiros privados e amplia a financeirização geral dos mercados” (1997, p.238).

Textos recentes atestam a veracidade de suas observações. Ladislau Dowbor (2014) destaca a esterilização dos recursos do Brasil por meio do sistema de intermediação financeira, que drena em volumes impressionantes recursos que deveriam servir ao fomento produtivo e ao desenvolvimento econômico. As taxas de juros praticadas no comércio, 72% ao ano, que segundo os lojistas “facilitam” o consumidor, são extorsivas e estancam a capacidade de reinvestimento da/na esfera produtiva. O investimento privado da pessoa jurídica é também golpeado pela exorbitante taxa média anual de 50%. Com respeito à dívida pública, se são reservadas parcelas do PIB para pagar os juros, há a transferência para um pequeno conjunto de pessoas (aproximadamente R\$ 240 bilhões ao ano, caso a parcela seja de 5%) que, alternativamente, poderiam financiar investimentos públicos e políticas sociais.

Luiz Gonzaga Belluzzo comenta que, no Brasil, “ o patrimonialismo capitalista vestiu muitas máscaras ao longo da história, mas hoje sua identidade fugidia pode ser desvendada na fiscalidade” (2015). É uma maneira explícita de reforçar, demonstrando, aquilo que Pinho (1998) denominou de *patrimonialismo camaleônico* brasileiro. Para este economista a alocação dos recursos públicos decorrentes de nossa estrutura tributária, reconhecidamente indireta e regressiva, permitiu que entre 1995 e 2011 o Estado transferisse“ para os detentores da dívida pública, sob a forma de pagamento de juros reais, um total acumulado de 109,8% do PIB. Se avançarmos até 2014, essa transferência de renda e riqueza chega a 125% do PIB” (BELLUZZO, 2015).

O alerta do Professor Belluzzo interpreta bem o fato de que o alcance das ações do governo é condicionado qualitativa e quantitativamente pela própria repartição dos recursos disponíveis. De acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida (2013), a Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2014 estimou despesas totais de R\$ 2,4 trilhões, sendo que R\$ 1,0 trilhão (42%) serão destinados para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Tal quantia corresponde a 10 vezes o valor previsto para a Saúde e a 12 vezes o valor previsto para a Educação. Por sua vez, os 26 estados, Distrito Federal e mais de 5 mil municípios receberão 9,9%. Em linhas gerais, tal distribuição prevista para 2014 não alterou substancialmente a alocação efetivada em 2012: aproximadamente 44 % foram utilizados para o pagamento dos encargos da dívida; 22,5% na Previdência Social; as transferências governamentais obtiveram 10,2%; Saúde: 4,2%; Educação: 3,3% e Assistência Social: 3,1%.

Como então compreender que, desde 2003, os mandatos presidenciais alcançados com o apoio das principais centrais sindicais do país têm reduzido o diálogo e as medidas de interesse dos trabalhadores? De acordo com Leda Paulani, após a queda da ditadura militar brasileira e de seu estado de exceção jurídico, surge um estado de emergência econômico que, continuamente, ao longo dos anos, transforma “em regra a emergência, fazendo da exceção o paradigma de governo” (PAULANI, 2010, p.115). A autora comenta as sucessivas medidas que tem conformado tal contexto, desde o Plano Cruzado de 1986, que perante a hiperinflação e diante da possibilidade de haver “uma ameaça real de desorganização das cadeias produtivas e da vida material do país, além do prejuízo imposto às classes mais baixas, [demonstrou que] qualquer solução era admitida, mesmo se infringisse as regras jurídicas e a ordenação dos poderes” (2010, p. 118).

Os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, período 1990/2002, em linhas gerais, são contemporâneos do amadurecimento do discurso neoliberal no Brasil e do fortalecimento da hegemonia do capital financeiro na dinâmica capitalista internacional. São conhecidos os elementos principais da agenda neoliberal: redução do papel do Estado, privatização de empresas estatais, controle dos gastos públicos, abertura da economia, através dos quais o Brasil alcançaria um desenvolvimento sustentado, com estabilidade monetária e melhor distribuição de renda, além de um moderno parque produtivo. A autora destaca as medidas adotadas em 1992 e 1993 relacionadas à internacionalização dos títulos públicos, a securitização da dívida externa, a desregulamentação do mercado financeiro e a abertura do fluxo internacional de capitais (2010, p.121). Segundo Paulani (2010), os governos FHC, mantendo a combinação de promessas de sucesso e alertando sobre fantasmas e ameaças econômicas, conformam um sentimento difuso de “emergência econômica”, no sentido da exceção, e adotam uma série de medidas de eficácia duvidosa sobre o desempenho da economia, com graves repercussões sociais. Para evitar o retorno da inflação, a perda de credibilidade, o desequilíbrio fiscal, a desvalorização da moeda, atraso e perder o *bonde da história*, determinou-se a valorização cambial de janeiro de 1999, na qual ocorreu a perda de US\$ 40 bilhões em quatro meses; foi aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000; promovida a abertura da economia, a venda de setores estratégicos, o aumento da taxa real de juros a 40% ao ano; concedidas isenções de contribuições e impostos nas aplicações financeiras e lucros (PAULANI, 2010). O uso do receituário ortodoxo se mantém a partir de 2003 e, dada a continuidade do discurso de que “estávamos à beira do abismo”, que as medidas emergenciais seriam passageiras e que o PT logo em futuro próximo adotaria seu

próprio programa, o conjunto adotado incluiu: a elevação do superávit primário (para 4,25% do PIB, além dos 3,75% exigidos pelo FMI; chegou a alcançar 8% do PIB e foi mantido no patamar de 5%), o aumento da taxa básica de juros de 22% para 26,5% ao ano e sua manutenção como a mais elevada do mundo; a redução da liquidez, as transformações na Previdência Social e a defesa da independência do Banco Central (PAULANI, 2010).

Ainda de acordo com Paulani, no Brasil, segundo o ambiente caracterizado por Francisco de Oliveira por *hegemonia às avessas*, a posição alcançada pela burguesia é confortável, pois pode exercer “sua liderança material (explora), sem pagar o preço das concessões e reformas” (2010, p.127), enquanto a liderança moral é exercida pelos dominados (que ganharam as eleições). É ainda possível observar tal situação por outro prisma:

a hegemonia continua a ser dos dominadores (continua a ser do capital), mas é operada pelos dominados (que detêm o comando do Estado. Contudo, do ponto de vista de sua funcionalidade para tocar o processo de acumulação obedecendo á lógica da valorização financeira, tanto faz de que de lado se olhe a figura, o resultado é sempre o mesmo: hegemonia às avessas e estado de emergência econômico funcionam de modo conjunto e sincrônico, e funcionam admiravelmente bem (PAULANI, 2010, p. 127).

A autora propõe um foco interessante para a análise das relações entre uma economia *emergente* da periferia do sistema, como a brasileira, e o centro: é o estreitamento de seus laços financeiros “que explica boa parte das razões que levam os subservientes estados periféricos a condenar suas sociedades e a si mesmos a um permanente estado de emergência, em que tudo é permitido e a exceção é a norma” (PAULANI, 2010, p.129).

Tendo em vista que o regime capitalista contemporâneo é dominado pela valorização financeira, o rentismo se torna hegemônico, e, por buscar segurança máxima sem arriscar, sendo avesso à concorrência, irá integrar-se ao contexto público. Como o novo clientelismo descrito por Lamounier (2014), Paulani explica esta integração:

Acesso privilegiado a informações sobre papéis públicos, concorrências públicas, fundos públicos e vendas de ativos públicos tornam-se então fundamentais. O poder público maneja negócios e recursos sempre volumosos, de modo que atrelar o rentismo ao poder do Estado parece a forma mais segura de aliar o retorno elevado e liquidez a segurança (poder e dinheiro cada vez mais juntos) (*op cit*, p.131). O estado de emergência parece ser a única forma de compatibilizar, de um lado, o capitalismo rentista com seu conjunto de práticas discriminatórias e seu permanente e concreto açambarcamento da riqueza social por uma aristocracia capitalista privilegiada e bem postada junto ao Estado e nele, e de outro, o discurso globalizante, produzido pela doutrina liberal e reverberado pela mídia, como se o mercado fosse o grande maestro dessa orquestra (2010, p.132).

Como retrato da situação enunciada por Maria da Conceição Tavares a respeito da capacidade das potências hegemônicas de enquadramento econômico financeiro e político-ideológico de seus parceiros, cabe destacar a participação dos titulares do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil no Fórum Econômico Mundial de Davos de janeiro de 2015. Tais autoridades têm a missão de reconquistar a confiança do mercado internacional, mostrando ações concretas: corte de gastos e aumento de tributos para garantir o superávit primário (saldo para o pagamento de juros da dívida). Segundo a Agência Globo (2015), a avaliação do governo é que, assim, resgatariam a “credibilidade na economia e ajudariam a atrair mais investimentos para a nova rodada do programa de concessões na área de infraestrutura”.

No horizonte, entretanto, poucas são as providências que poderiam conter o processo destacado pelos analistas citados anteriormente – a crescente hegemonia da lógica financeira como dinâmica de acumulação capitalista. Segundo Joel Kotkin (2015), o Congresso dos Estados Unidos aprovou uma legislação que reduz os controles sobre as negociações arriscadas de *Wall Street*, permitindo que os grandes bancos continuem a utilizar recursos de correntistas em operações de alto risco, no mesmo padrão que contribuiu para a crise financeira de 2008. Para este articulista, tanto os republicanos como o atual governo democrata estão “acostumado a rezar no altar de *Wall Street*”. Assim sendo, dificilmente, a tendência ao fortalecimento da “ditadura do capital financeiro” assinalada por Tavares tanto em 1985 como em 1997, será alterada, cabendo, infelizmente, concordar com Francisco de Oliveira sobre a voracidade dos interesses da acumulação financeira, que tornou a exclusão um elemento vital de seu dinamismo, que determina a exploração desenfreada e dispensa a democracia.

Assim, o ornitorrinco é a mascote da Formação Social brasileira. Este símbolo de nossa exacerbada heterogeneidade estrutural terá que cumprir uma longa, sofrida e tumultuada trilha, dificultada pelos percalços da pesada máquina administrativa cuja *fiscalidade* atualmente encobre a ação do patrimonialismo capitalista brasileiro. Todo este esforço ao longo do caminho tem por objetivo ampliar o acesso precário aos direitos civis, políticos e sociais por grande parte da nossa população.

Em manifestação recente, Reginaldo Santos propõe a ruptura da

hegemonia do pensamento liberal, utilitarista e hedonista de nosso tempo [...] mostrar que os caminhos pelos quais trilha o capitalismo não deixará outra opção senão: ou a parcela excluída será transformada em seres não mais pertencentes à raça humana! Ou haverá uma ruptura da ordem de consequências totalmente desconhecidas – cujo movimento parece estar em curso (2014, p. 15).



## 6 CONCLUSÃO

O ser humano é dotado de certa inconsistência ontológica. Isso significa dizer que ele não possui uma programação genética que poderia guiá-lo no curso da vida. Assim, o ser humano precisa aprender a viver e este processo, necessariamente, acontece em sociedade. Eis, de modo simplificado, a origem da primeira dominação, de natureza ontológica, à qual estamos submetidos. E desta não há como escapar sem perder a humanidade. Contudo, não se para por aí. Do mesmo modo que para o sujeito os objetos que tentam satisfazer a demanda tornam-se monótonos, repetitivos, e, a partir de então, o desejo se constrói nas entrelinhas do que falta, descolando-se da necessidade, também sobre a dominação ontológica sobrepõe-se outra, de ordem sociopolítica. Não basta saber o que fazer – garantir a sobrevivência – é preciso saber *como* fazer. A administração política da vida.

O modo de agir para se alcançar a finalidade da sobrevivência será determinado por um conjunto de instituições construídas socialmente ao longo de muito tempo. Estes modos de agir são descritos e valorados. Conforme o tempo e o espaço observados, serão diversos os modos de agir e a valoração – bom ou mau, certo ou errado – a eles atribuídas socialmente. Claro está que estabelecer o *como* se deve agir e se este ou aquele agir é bom ou ruim guarda estrita ligação com as fontes de poder, que podem ser variadas. Nas comunidades primeiras, e até a Idade Média, a descrição do como fazer e a verdade sobre os atos eram determinadas por um ente sagrado e superior. Ao menos para a grande maioria das pessoas era assim. E o poder era exercido por aqueles autorizados pela força transcendental. Logo em seguida, o iluminismo destronou o sagrado e colocou a razão como guia superior. O poder passou a ser exercido por aqueles estavam de acordo com as regras estabelecidas por uma ordem racional. De um jeito ou de outro, era possível saber sobre o certo e o errado, sobre como as coisas deveriam ser feitas.

No entanto, também não se parou por aí. Os golpes sofridos pelo narcisismo humano, com Copérnico, Marx e Freud, apresentaram dúvidas ao império da razão – ao menos à razão disposta no estilo moderno – e, junto a isso, os impulsos do capitalismo lançaram por terra os limites, as fronteiras, os valores. É bom destacar que estes impulsos do sistema econômico só existem porque existe antes um sujeito que o sustenta. Dito de outro modo, a organização social e ideológica respalda-se na falta estrutural de todos e de cada um; esta falta pode promover o encontro com o Real ou garantir meios para uma fuga permanente, para uma

ilusão de completude incessante. Eis o ser humano contemporâneo, que precisa da estruturação simbólica para fazer frente a sua inconsistência ontológica, imerso num mundo sem regras. Um sujeito transgressor não porque desobedece alguma lei; ao contrário, é transgressor justamente porque se move num espaço onde a lei simbólica – divina ou racional – esvaiu-se, desmanchou-se no ar. O certo e o errado, deste modo, está nos dias atuais marcado pela valência da incerteza; não há autoridade que, ao fim e ao cabo, determine definitivamente o que é bom e o que é mau, o que se deve ou não fazer. A angústia toma a todos de assalto, pois a sensação permanente é de que o caos está próximo.

Pode-se caracterizar este momento como um estado de exceção, quando não se exercita a política e tudo se organiza a partir da gestão e da coerção. É perigoso viver neste mundo tão confuso, então é melhor buscar a segurança, por um lado, e garantir a provisão de mais e mais bens, por outro. O contexto que se apresenta pode ser resumido em alguns termos: capitalismo (como relação social) deslocalizado, *sem mundo*, dessimbolizado e ordenado pelo imperativo superegóico do gozo.

Se observarmos a Formação Social brasileira, notar-se-á que ela é marcada pela exploração predatória a serviço de interesses privados. Por esta razão a realidade brasileira não se *realiza* como um ideal de cidadania para todos. Analisando a literatura, não se encontra resposta diferente. O *transoceanismo* colonial deitou raízes e o Brasil, a todo tempo, é visto como fonte de renda, a ser usado sem compromisso, sem limites, sem fronteiras. Não possui uma identidade que fortaleça os laços sociais, sendo a sociedade civil fragmentada e desarticulada. Desta forma, parece-nos que a Formação Social brasileira aparenta ser o futuro de um presente anunciado. É como se sempre tivéssemos sido o que o capitalismo contemporâneo determina para os dias atuais. Sem dúvida, uma triste interpretação para a máxima “o Brasil é o país do futuro”.

Para compreendermos melhor as características da Formação Social brasileira, com fulcro nos resultados da pesquisa teórica empreendida, propusemos a elaboração de um quadro de análise que, em oportunidades futuras, pode preencher sua falta com fenômenos sociais diversos. Ou seja, será possível analisar um fenômeno observável na realidade a partir da abordagem sistêmica aqui desenhada. O conceito de Administração Política – o *como* viver – articula-se ao conceito de Formação Social – como a vida é organizada numa determinada sociedade –, que é ilustrado pelo nó Borromeano. A partir de então, são delineadas, para fins de análise, três dimensões: Sociedade, o Estado e a Economia. Estas dimensões são constituídas por categorias e guardam características que permitem o melhor entendimento

acerca do Brasil e – isto é fundamental – só devem ser pensadas em conjunto, ainda que um ou outro aspecto seja circunstancialmente destacado. Tais categorias, pela sua importância na estruturação da realidade, agrupam os aspectos a serem observados.

Mais um esclarecimento: os aspectos a serem observáveis referem-se muitas vezes a mais de uma dimensão simultaneamente. Isto ocorre, como já repetido, pela interação sistêmica que as dimensões mantêm entre si. E nem sempre todos os aspectos poderão ser identificados em todos os fenômenos; é preciso fazer uso do bom senso.

Diante de todo o exposto, assim sistematizamos o quadro de análise:

<b>Dimensão</b>	<b>Categoria</b>	<b>Aspectos observáveis</b>
<b>SOCIEDADE</b>	<b>Ideologia</b>	Em-si, Para-si, Em-si/Para-si
		Necessidade X contigência
		Novidade X continuísmo
	<b>Sujeito</b>	Motivação para agir (ética, valores, razão instrumental, afetiva, tradicional, etc)
		Ressentimento
		Niilismo filosófico lúcido X niilismo cansado
		Transoceanismo (reconfigurado)
	<b>Sociedade Civil</b>	Hábito de associação
		Entidades organizadas
		Privatização das políticas sociais / Filantropização da pobreza
	<b>Posições sociais</b>	Capital econômico
		Capital social
		<i>Habitus</i>
	<b>Lógica</b>	Regulação/emancipação
		Apropriação/violência
	<b>Cultura Cívica</b>	Minissociedades
		Hobbesianismo social

<b>Dimensão</b>	<b>Categoria</b>	<b>Aspectos observáveis</b>
<b>ESTADO</b>	<b>Cidania</b>	Direitos civis
		Direitos políticos
		Direitos sociais
	<b>Democracia</b>	Sistema participativo
		Sistema de controle
		Sistema representativo
		Responsividade do sistema
	<b>Espaço público</b>	Invenção da política
		Consenso/dissenso
		“indiferença” eleitoral
	<b>“Grilhões”</b>	Novo clientelismo
		Neopatrimonialismo
		Populismo
	<b>Políticas Públicas</b>	Planejamento X Gestão
		Patrimonialismo X Racionalidade legal
		Recursos efetivamente gastos
Ciclo da política pública		
Arena de disputa		

<b>Dimensão</b>	<b>Categoria</b>	<b>Aspectos observáveis</b>
<b>ECONOMIA</b>	<b>Modo de produção</b>	Capitalismo
		Outro modo de produção
		Atrasado/moderno
	<b>Relações de trabalho</b>	Desemprego
		Precarização
	<b>Neoliberalismo</b>	Imperativo de gozo
		Desigualdades sociais
		Mercado globalizado
		Dessimbolização

A riqueza da Formação Social brasileira e a destituição da autoridade simbólica pode mudar as condições de vida da população, integralizando a cidadania, desde que o *como* viver seja definido a partir de reflexões corajosas. Concluimos com Zizek:

a fórmula de Lacan de superação de uma impossibilidade ideológica não é “tudo é possível”, e sim “o impossível acontece”. O real/impossível lacaniano não é uma limitação a priori que deveria ser levada em conta de modo realista, mas o domínio do ato, de intervenções que podem mudar suas coordenadas: o ato é mais que uma intervenção no domínio do possível; o ato muda as próprias coordenadas do que é possível e, portanto, cria retroativamente suas próprias condições de possibilidade (ZIZEK, 2011, p. 13).

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI (orgs) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, C.D. **Verdade**.
- ARISTOTELES. **A Política**. São Paulo: Ed. Hemus, 2005.
- BANDEIRA, M. O dedo de Deus, o dedo do alemão e o dedo do brasileiro. In: **Crônicas inéditas II, 1930-1944**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- BELLUZZO, L.G. Feliz ajuste fiscal. **Carta Capital**, 11/01/2015. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/revista/832/feliz-ajuste-fiscal-1731.html>>. Data de acesso: 12/01/2015.
- BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BOBBIO, N. **Estado Governo Sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 2 v. Brasília: Editora UnB, 2010.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BRAGA, J.C. **Financeirização Global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo**. In: Maria da Conceição Tavares e Jorge Luis Fiori (orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. Prólogo: a contra revolução liberal conservadora e a tradição crítica latino-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, Jorge Luis (orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CARDOSO JR., J.C. **Estado, planejamento, gestão e desenvolvimento: Balanço da experiência brasileira e desafios no século XXI**. Santiago, Chile: CEPAL/Nações Unidas, 2014.
- CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- COUTINHO, C.N. **Gramsci**. (Coleção Fontes do Pensamento Político – vol.2). Porto Alegre: L&PM, 1981.

DUFOUR, D-R. **A Arte de Reduzir as Cabeças:** Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

DURKHEIM, E. **Lições de Sociologia.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FAO, IFAD and WFP. **The State of Food Insecurity in the World 2014.** Rome, 2014.

FERNANDES, A. S. **Políticas Públicas: Definição, Evolução e o Caso Brasileiro.** Mimeo.20p. Documento PDF.

FONSECA, E. G. **Vícios privados, benefícios públicos?: a ética na riqueza das nações.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura. In: FURTADO, Rosa Freire D'Aguiar (Org). **Rio de Janeiro:** Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento do ponto de vista interdisciplinar. In: **Essencial Celso Furtado. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar.** 1ª ed. São Paulo: Pinguin Classics Companhia das Letras, 2013.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMIDE, A.; PIRES., R.; **Capacidades estatais e democracia :** arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília : Ipea, 2014.

GRAY, J. **Falso amanhecer:** os equívocos do capitalismo global. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GREMAUD, A.P. A crise política dos anos 1960: A ditadura militar e o Paeg (1964-1967). In: PIRES, Marcelo Cordeiro (coord.) **Economia Brasileira:** da Colônia ao Governo Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

GREMAUD, A.P; SANDOVAL, M.A; TONETO JR, R. **Economia Brasileira Contemporânea:** para cursos de economia e administração. São Paulo: Atlas, 1996

HOBBS, T. **Leviatã.** São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, A; VILLAR, M.S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2013/ IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

KLIASS, P. Quais são essas "vozes" da nova classe média? **Carta Maior**, 09/12. Disponível em: <[www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br)>. 27/09/2012.

KONDER, L. **Walter Benjamin**: o marxismo da melancolia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KOTKIN, J. O poder do Touro. **Carta Capital**, 14/01/2015. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/revista/832/feliz-ajuste-fiscal-1731.html>>. Data de acesso: 15/01/2015.

LACAN, J. **O Seminário**: o sinthoma livro 23. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

LAMOUNIER, B. **Tribunos, profetas e sacerdotes**: intelectuais e ideologias no século XX. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LOWI, T. American business and public policy. *In*: **World Politics**, Vol. 16, No. 4 (Jul, 1964), p 677-715.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma antologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARTINS, J.S. **A política do Brasil**: lúpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 2ª ed. São Paulo: M. Claret, 2009.

MELO, E.; MARTINS NETO, R.; SOUZA e SILVA, M. Dilemas na construção de um modelo de Acompanhamento do planejamento governamental. **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento**, volume 2, nº 1, pp. 5-23, 2012.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

NAVARRO, C.; SANTOS, E.; FRANKE, F. A estrutura do PPA 2012-2015. **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento**, volume 2, nº 1, pp. 24 – 47, 2012.

O'DONNELL, G. **Acerca del estado em América Latina contemporánea**: diez tesis para discusión. *In*. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo La democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos: contribuciones para el debate. 1ª ed. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Alfaguara, 2004.

OLIVEIRA, F. **Entrevista Roda Viva** 02/04/2012



OLIVEIRA, F. **Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

\_\_\_\_\_. **Crítica à Razão Dualista O ornitorrinco.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco, Rizek Cibele (orgs.). **A Era da Indeterminação.** São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco; BRGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia as avessas.** São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. O avesso do avesso. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; Rizek, Cibele (orgs.). **Hegemonia as avessas.** São Paulo: Boitempo, 2010.

OSZLAK, O. **Políticas públicas y regímenes políticos: reflexiones a partir de algunas experiencias Latinoamericanas.** Documento de Estudios CEDES, vol. 3, n. 2, Buenos Aires: 1980.

PAULANI, L. M. Capitalismo Financeiro, Estado de Emergência Econômico e Hegemonia Às Avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; e RIZEK, Cibele. (Org. ). **Hegemonia Às Avessas: Economia, Política e Cultura na era da Servidão Financeira.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

PINHO, J.A. Reforma do Aparelho do Estado: limites do gerencialismo frente ao patrimonialismo. **Organizações & Sociedade**, Salvador, n. 12, v. 5, maio/agosto, 1998.

PINHO, J.A; SACRAMENTO, A.R. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **RAP.** Rio de Janeiro 43(6), novembro/dezembro, 2009.

PISA. **Relatório Nacional: Resultados Brasileiros**, 2012.

PNUD, OMS e UNODC. **Relatório Sobre a Situação Mundial da Prevenção à Violência**, 2014. Disponível em: [http://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/violence/status\\_report/2014/en/](http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/status_report/2014/en/). Data de acesso: 05/01/2015.

POCHMANN, M. **Gasto social e seus efeitos recentes nonível de emprego e na desigualdade da renda do trabalho noBrasil.** Campinas, SP: Unicamp, 2005. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/unicamp/sites/unicamp.br/files/paginas\\_estaticas/divulgacao/art-pochmann060321.pdf](http://www.unicamp.br/unicamp/sites/unicamp.br/files/paginas_estaticas/divulgacao/art-pochmann060321.pdf)>. Data de acesso:16 abr. 2011.

POLANYI, K. **A falácia economicista.** In: POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PONDÉ, L.F. **A Era do Ressentimento: uma agenda para o contemporâneo.** São Paulo: LeYa, 2014.

PRADO, P. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira.**10 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

REY, M. T. **¿Qué Estado trase experimento neoliberal?** *Revista del CLAD Reforma y Democracia*. No. 41. (Jun. 2008). Caracas.

RIBEIRO, D. **A América Latina existe?** Brasília, DF: Editora UnB, 2010.

RIBEIRO, E. M. Los modelos de administración política brasileño y español. *Revista de Administração Pública*, FGV, Rio de Janeiro, v. 35; n. 5; 2001.

ROUDINECO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal**; das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos* 79, novembro 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

\_\_\_\_\_. Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, junho 1977. AGB, São Paulo.

SANTOS, R. Em busca da apresentação de um conceito para a Administração Política In: SANTOS, Reginaldo de Souza (Org.), **A Administração Política como Campo do Conhecimento**. 2ª ed. Salvador: FEAUFBA; São Paulo: Hucitec-Mandacaru, 2009, p.23-61.

\_\_\_\_\_. R. Prefácio. In: GOMES, Fábio Guedes. **Ensaio Sobre o Desenvolvimento e a Economia Política Contemporânea**. São Paulo: Hucitec, 2014.

SANTOS, Reginaldo S.; RIBEIRO, Elizabeth M. **A administração política brasileira**. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 102-135, out./dez. 1993.

SANTOS, W. G. **Razões da Desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SCHWARZ, R. Prefácio com perguntas. In: OLIVEIRA, F. **Crítica à Razão Dualista O Ornitorrinco**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Disponível em <[http://www.schwartzman.org.br/simon/bases.htm#\\_1\\_2](http://www.schwartzman.org.br/simon/bases.htm#_1_2)>. Data de acesso: 01 março 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Sobre Ética e Economia**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, vol. 8, n. 16, jul.-dez. 2006, p. 20-45.

SOUZA, L. **Economia Brasileira Contemporânea**: de Getúlio a Lula. São Paulo: Atlas, 2007

TAVARES, M.C.; FIORI, J. L. **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

TOSTA, W. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 nov 2012.

VILLANUEVA, L. F. A. **Políticas públicas**. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs.). Brasília: ENAP, 2006.

WEBER, MAX. **Ciência e Política**: duas vocações. 18 ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

\_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade**. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

ZIZEK, S. **A visão em Paralaxe**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O espectro da ideologia**. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da Ideologia**. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.